

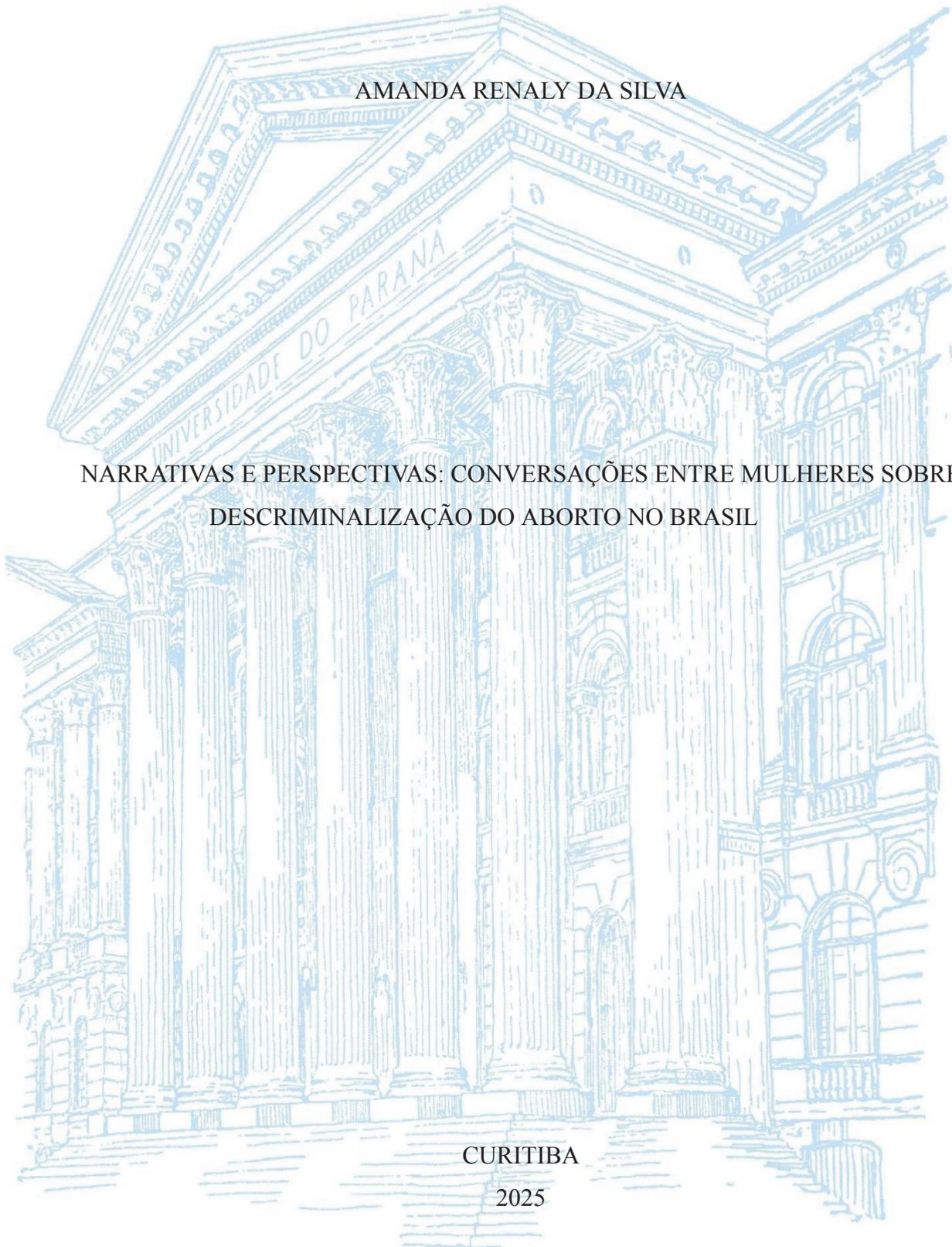
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AMANDA RENALY DA SILVA

NARRATIVAS E PERSPECTIVAS: CONVERSÇÕES ENTRE MULHERES SOBRE
DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL

CURITIBA

2025



AMANDA RENALY DA SILVA

NARRATIVAS E PERSPECTIVAS: CONVERSÇÕES ENTRE MULHERES SOBRE
DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação, na linha de pesquisa em Comunicação e Política.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Candida Rizzotto

CURITIBA

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS
BIBLIOTECA DE ARTES COMUNICAÇÃO E DESIGN - CABRAL

S586 Silva, Amanda Renaly da
Narrativas e perspectivas: conversações entre mulheres sobre
descriminalização do aborto no Brasil. / Amanda Renaly da Silva. –
2025.

1 recurso online : PDF

Orientadora: Prof. Dra. Carla Candida Rizzotto
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de
Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-graduação em
Comunicação.

Inclui referências.

1. Aborto. 2. Conversações. 3. Justiça social. 4. Narrativas. 5. Grupo
focal. I. Rizzotto, Carla Candida. II. Universidade Federal do Paraná.
Setor de Artes Comunicação e Design. Programa de Pós-graduação em
Comunicação. III. Título.

CDD: 302.2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE ARTES COMUNICAÇÃO E DESIGN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO -
40001016071P8

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação COMUNICAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **AMANDA RENALY DA SILVA**, intitulada: **NARRATIVAS E PERSPECTIVAS: CONVERSACIONES ENTRE MULHERES SOBRE DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL**, sob orientação da Profa. Dra. CARLA CANDIDA RIZZOTTO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 26 de Março de 2025.

Assinatura Eletrônica

31/03/2025 13:47:06.0

CARLA CANDIDA RIZZOTTO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

31/03/2025 11:23:22.0

KELLY CRISTINA DE SOUZA PRUDENCIO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

31/03/2025 14:41:11.0

LUCIANE LEOPOLDO BELIN

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

Para as minhas amigas, mas em especial, dedico este trabalho à Fernanda Sartor. Desde que você se foi, ouvir as histórias da Rádio Novelo não é a mesma coisa. Sinto saudades.

AGRADECIMENTOS

Escrevendo este trabalho, entendi que há uma diferença entre o que é idealizado e o que é feito. O idealizado não leva em consideração todas as reviravoltas que a vida dá, a todo momento, sem esperar que a gente se recupere de algo, já vem outra logo atrás. Isso até gera frustração e nos ensina que o clichê é real: o feito é mesmo melhor que perfeito. No meio de processos de mudança, luto e entendimento pessoal, percebi que o melhor trabalho que podemos construir nasce desse mar de caos e só é possível com a ajuda das pessoas que estão ao nosso redor.

Primeiramente, quero agradecer à minha orientadora-amiga maravilhosa, Carla Rizzotto, que, no meio de tantos momentos de desespero e ansiedade, sempre me mostrou o caminho. Mesmo quando tudo parecia impossível. Como foi bom partilhar essa caminhada tendo você ao meu lado.

À Kelly Prudencio e Lu Belin, pelas trocas e contribuições tão valiosas na qualificação, pelos banhos de mar em Salvador e por serem vocês. Vocês são uma inspiração para mim.

À Universidade Federal do Paraná, minha casa desde que saí de casa. Sou o que sou hoje graças a esta instituição de ensino pública, gratuita e de qualidade, bem como a todas as políticas de permanência estudantil. Sempre acreditei na educação, e a UFPR me ajudou a seguir com os meus sonhos. À CAPES, pela concessão da bolsa que viabilizou esta pesquisa.

À Alice Lima e à Fernanda Sartor, meus presentes da pós-graduação. Sou uma grande cética, mas até começo a acreditar que alguma coisa se alinhou para que eu tivesse a sorte de conhecer vocês na turma da pós. Alice, obrigada por tudo, por me ouvir, ler meus trabalhos, me ajudar a afrouxar um pouco as cobranças e por me acalantar quando passamos pelo momento tão difícil de nos despedir da Fer, que está aqui, sempre com a gente. A amizade de vocês é o meu maior presente da pós-graduação.

À Karin e à Ana, meu grupinho de produção do podcast “Aborto com Ciência”, desenvolvido durante a pesquisa. Nossa, como aprendi e ri com vocês! E a todas e todos compinhas do grupo de pesquisa em Comunicação e Participação Política, o COMPA.

À Greta, Alice, Adélia, Agnes, Conceição, Virgínia, Zélia, Lélia, Patrícia e Sueli, mulheres que aceitaram doar um pouquinho do seu tempo e contribuir com esta pesquisa. Tudo isso só foi possível porque vocês aceitaram compartilhar suas vivências, histórias e opiniões

sobre um tema tão caro a nós, mulheres. À Tieme, parceira que aceitou moderar os três grupos focais, desempenhando o papel com uma maestria sensacional e colaborando tanto para que esta pesquisa tomasse vida.

Ao meu amor, companheiro, alma gêmea, que, mesmo do outro lado do oceano, se fez presente como um ombro acolhedor nos momentos em que duvidei de tudo. Você sempre me fez acreditar que sim, eu sou capaz. Obrigada por fazer os pratos mais deliciosos na reta final da escrita deste trabalho, quando eu achei que só teria tempo para o computador e miojo.

Agradecimento especial aos meus companheiros de escrita de quatro patas, que passaram longas horas ao meu lado enquanto este trabalho tomava forma. Se fosse possível, o nome de vocês também deveria constar nos créditos: Zezinho, Ada Regina e Gaya Siriguela, que virou uma estrelinha no meio desse processo todo.

Às minhas amigas e minha rede de apoio, que sempre me incentivaram a seguir: Fernanda Maldonado, Vanessa Fogaço, Giuliana Cortes, Yeshua Braz, Juliana Ferreira e Charles Correa. À dona Elite, vizinha maravilhosa que sempre me deu sopinha para eu seguir estudando. À minha mãe, Jô, e ao meu irmão, Mateus, que até entrou na empreitada de recrutar participantes para o grupo focal comigo.

É tanta gente para agradecer que faltaria espaço, então deixo aqui o meu obrigada, obrigada, obrigada!

“Elas lutaram para conquistar a felicidade de serem mulheres.”
Frase do filme “Uma Canta, a Outra Não” (1977) de Agnès Varda

RESUMO

A descriminalização do aborto é um tema recorrente no debate público e ganhou destaque com a retomada da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442 no Supremo Tribunal Federal no final de 2023, intensificada pelo voto favorável da ministra Rosa Weber às vésperas de sua aposentadoria. Diante desse cenário, esta pesquisa investiga de que forma as narrativas moldam as discussões sobre a (des)criminalização do aborto. Para isso, tem como objetivo geral analisar a influência das narrativas nas discussões sobre o tema entre mulheres, por meio da realização de grupos focais. Os objetivos específicos incluem: (i) examinar o papel das narrativas como catalisadoras para reflexão; (ii) mapear os apelos argumentativos empregados pelas participantes; (iii) identificar a presença de desinformação nas justificativas das opiniões, especialmente no que concerne ao aborto medicamentoso; e (iv) verificar a presença e a articulação dos conceitos de reconhecimento, redistribuição e representação, com base na Teoria da Justiça Tridimensional de Nancy Fraser. A hipótese formulada (H1) sugere que, ao se depararem com narrativas pessoais sobre o aborto, as participantes podem compartilhar suas próprias histórias, contribuindo para um entendimento mais amplo e coletivo do tema. Os resultados indicam uma centralidade da dimensão do reconhecimento nas discussões, além de uma forte presença de argumentos pautados na moralidade. Ademais, observou-se que as narrativas exerceram papel central, tanto na reflexão das histórias apresentadas quanto na relação estabelecida com as experiências individuais das participantes, que, entre as principais justificativas, traziam a questão do acolhimento, planejamento familiar e educação sexual.

Palavras-chaves: Aborto. Conversações. Justiça Social. Narrativas. Grupo Focal.

ABSTRACT

The decriminalization of abortion is a recurring topic in public debate and gained prominence with the resumption of the Argument of Noncompliance with a Fundamental Precept (ADPF) 442 in the Supreme Federal Court at the end of 2023, intensified by Minister Rosa Weber's favorable vote on the eve of her retirement. Given this context, this research investigates how narratives shape discussions on the (de)criminalization of abortion. To this end, its general objective is to analyze the influence of narratives in discussions on the topic among women through focus groups. The specific objectives include: (i) examining the role of narratives as catalysts for reflection; (ii) mapping the argumentative appeals employed by participants; (iii) identifying the presence of misinformation in the justification of opinions, especially regarding medication abortion; and (iv) verifying the presence and articulation of the concepts of recognition, redistribution, and representation, based on Nancy Fraser's Three-Dimensional Theory of Justice. The formulated hypothesis (H1) suggests that, when faced with personal narratives about abortion, participants may share their own stories, contributing to a broader and more collective understanding of the issue. The results indicate the centrality of the recognition dimension in discussions, along with a strong presence of morality-based arguments. Furthermore, narratives played a key role both in reflecting on the presented stories and in the relationship established with participants' individual experiences, which, among the main justifications, highlighted issues of support, family planning, and sexual education.

Keywords: Abortion. Conversations. Social Justice. Narratives. Focus Group.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa detalhado sobre as leis do aborto ao redor do mundo.....	17
Figura 2 - Fluxograma da Pesquisa da pesquisa.....	25

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Trajetórias resumidas das entrevistadas - Grupo Erva-doce.....	49
Quadro 2: Trajetórias resumidas das entrevistadas - Grupo Arruda.....	54
Quadro 3: Trajetórias resumidas das entrevistadas - Grupo Babosa.....	58
Quadro 4: Análise do Conhecimento.....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Posicionamento em relação ao aborto - Grupo Erva-doce.....	50
Tabela 2 - Posicionamento em relação ao aborto - Grupo Babosa.....	58

LISTA DE SIGLAS

ADPF 442 - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442

GF - Grupo Focal

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PNA - Pesquisa Nacional de Aborto

SUS - Sistema Único de Saúde

STJ - Superior Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. DISCUSSÕES EM TORNO DO TEMA.....	22
1.1. A PESQUISA DA PESQUISA: NARRATIVAS E CONVERSÇÕES SOBRE ABORTO	23
1.1.1. Diálogo entre pesquisas.....	26
2. CONSTRUÇÃO DO MARCO TEÓRICO.....	30
2.1. DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO E JUSTIÇA SOCIAL.....	30
2.2. TEORIA TRIDIMENSIONAL DE JUSTIÇA – REDISTRIBUIÇÃO, RECONHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO.....	32
2.3. NARRATIVAS PARA COMPREENSÃO DO OUTRO.....	35
3. PERCURSO METODOLÓGICO.....	39
3.1. GRUPOS FOCALIS COMO TÉCNICA.....	39
3.1.1. Recrutamento e divisão dos grupos.....	42
3.1.2. Roteiro, mediação e documentação.....	43
3.2. ANÁLISE NARRATIVA COMO MÉTODO DE ANÁLISE.....	46
4. CONTAR E RECONTAR, O INDIVIDUAL-COLETIVO - EXPERIÊNCIA COM OS GRUPOS FOCALIS.....	48
4.1. GRUPO ERVA-DOCE.....	48
4.2. GRUPO FOCAL ARRUDA.....	53
4.3. GRUPO BABOSA.....	56
5. APRESENTANDO E CONHECENDO HISTÓRIAS: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS.....	62
5.1. OUVIR E SER OUVIDA: CODIFICAÇÃO BASEADA EM DADOS.....	62
5.2. DA OBSERVAÇÃO A TEORIA: CODIFICAÇÃO BASEADA EM CONCEITOS.....	75
5.2.1. O individual-coletivo: a dimensão pública das narrativas.....	75
5.2.2. Eu, nós e as outras: onde está o foco da discussão?.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	96
APÊNDICES.....	104
APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	104
APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE MODERAÇÃO DO GRUPO FOCAL.....	108
APÊNDICE 3 - CATEGORIZAÇÃO BASEADA EM DADOS E CONCEITOS.....	114

INTRODUÇÃO

(...) Mas todos deviam imaginar que, mesmo impedidas de abortar, elas encontrariam um jeito de fazê-lo. Diante de uma carreira destruída, uma agulha de tricô na vagina não pesava muito. (...) E, como de costume, era impossível determinar se o aborto era proibido porque ruim, ou se era ruim porque proibido. Julgava-se de acordo com a lei; não se julgava a lei" (Ernaux, 2022, p. 230-231)

Nós sempre estamos envolvidas com narrativas. Nós lemos, escutamos e partilhamos histórias. Seja para entreter, seja para sensibilizar, seja para nos aproximar. Contar histórias nos aproxima, uma vez que a experiência individual pode ser também encontrada no outro, tornando, assim, o individual coletivo. É isso que acontece quando nos identificamos lendo “O acontecimento”, de Annie Ernaux (2022), ou nos revoltamos com histórias em que vítimas de estupro são privadas de seu direito a um abortamento seguro. Isso acontece também quando dizemos que sempre temos uma história sobre aborto de alguém próximo para contar. Principalmente em um contexto brasileiro, em que, como traz a Pesquisa Nacional de Aborto (PNA), o aborto é um evento comum que ocorre, principalmente, no início na vida reprodutiva das mulheres. Cerca de 52% das entrevistadas desse estudo relataram ter feito um aborto quando tinham 19 anos ou menos (Diniz; Medeiros; Madeiro, 2023).

É pensando nesse contexto que o problema dessa pesquisa se desenha: **"de que forma as narrativas moldam as discussões sobre a (des)criminalização do aborto?"**. Aqui, as narrativas são entendidas como formas de contar histórias com papel determinante na construção da identidade individual e coletiva. O estudo busca mapear diferentes perspectivas sobre a descriminalização do aborto, com ênfase no papel que a narrativa pode desempenhar na formação das opiniões das pessoas¹. É importante destacar que essas narrativas não são (necessariamente) sobre as experiências próprias compartilhadas entre as participantes, mas sim sobre histórias reais, de conhecimento público, que servirão como fio condutor da conversa.

Para responder à pergunta de pesquisa, o presente trabalho tem como objetivo geral investigar a atuação da narrativa nas discussões sobre a (des)criminalização do aborto entre mulheres, por meio da realização de grupos focais. Entre os objetivos específicos, pretende-se:

- analisar como as narrativas funcionam como catalisador para discussões de maneira

¹ Esta dissertação é o resultado da segunda etapa de uma pesquisa macro, intitulada "A pergunta formulada corretamente: paridade de participação e justiça social interseccional no posicionamento dos brasileiros sobre o aborto" (Rizzotto, 2023). A primeira etapa consiste em uma pesquisa *websurvey*. Já a etapa que constitui esta dissertação trata-se de verificar o mesmo tema a partir de grupos focais.

- passiva, ou seja, como recurso para a reflexão;
- mapear os apelos argumentativos empregados pelas participantes para sustentar seus argumentos.
 - examinar se há a presença de desinformação nas justificativas das opiniões, principalmente no que concerne ao aborto medicamentoso;
 - verificar se há presença e como são articulados os conceitos relacionados ao reconhecimento, redistribuição e representação, baseados na Teoria de Justiça Tridimensional de Nancy Fraser;

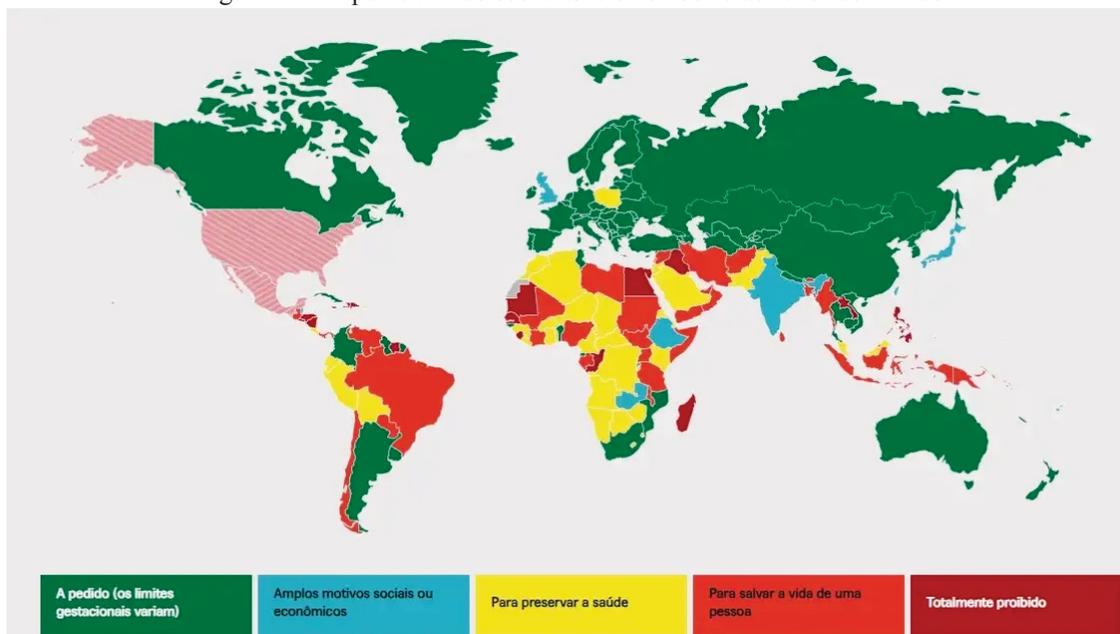
Para isso, serão realizados três grupos focais compostos por até quatro participantes, com moderação profissional. Esses grupos serão conduzidos de forma *online*, utilizando-se um roteiro semi-estruturado para orientar as discussões. A análise do material coletado será realizada por meio da aplicação da análise narrativa².

A presente pesquisa se justifica uma vez que no Brasil, o aborto é permitido em três circunstâncias: em casos de gravidez resultante de estupro, quando há risco à vida da pessoa gestante ou em situações de anencefalia fetal. Dessa forma, o país se enquadra na classificação, conforme estabelecido pelo Centro de Direitos Reprodutivos³, onde o aborto é permitido apenas para salvar a vida da mulher. Essa realidade afeta aproximadamente 416 milhões de mulheres em idade reprodutiva (representando 20%), que residem em 44 países com legislações semelhantes. Entretanto, é importante destacar que essa situação não é a mais comum em todo o mundo. Segundo dados do mesmo centro, cerca de 662 milhões de mulheres em idade reprodutiva (aproximadamente 34%) vivem em 77 países onde o aborto é legalizado. Além disso, em outros 12 países (representando 23%), o aborto é permitido, mas sujeito a restrições de ordem social ou econômica. Em 47 países (12%), o aborto é autorizado somente para preservar a saúde da pessoa gestante. Por último, em 22 países (cerca de 6%), incluindo casos como Suriname e Nicarágua, o aborto é totalmente proibido, mesmo em situações de risco de morte para a gestante.

² Agradeço aqui as sugestões dadas por Luciane Belin na primeira versão deste material, que, durante a qualificação, sugeriu o uso deste método para a análise dos dados.

³ Center for Reproductive Rights. Mapa sobre as leis do aborto ao redor do mundo. Disponível em: <https://bit.ly/4audvzt>. Acesso em: 23 mar. 2023.

Figura 1 - Mapa detalhado sobre as leis do aborto ao redor do mundo



Fonte: Center for Reproductive Rights (2023)

Em seu voto favorável à descriminalização em setembro de 2023, a ministra Rosa Weber destacou que "os abortos inseguros e o aumento do risco de mortalidade revelam o impacto desproporcional da regra de criminalização da interrupção voluntária da gravidez", ressaltando não apenas questões de gênero, mas também de "raça e condições socioeconômicas" (Alves, 2023). Essa declaração joga luz a uma preocupação com a saúde e os direitos reprodutivos das mulheres, reconhecendo que as restrições legais ao aborto têm maiores efeitos em comunidades marginalizadas.

Durante a audiência pública da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442 (ADPF 442) em 2018, Débora Diniz argumenta que a pergunta não deve ser sobre estar a favor ou contra o aborto, pois isso introduz um viés moral na questão e não promove uma discussão produtiva. **A pergunta apropriada é se alguém concorda ou não com a ideia de mulheres serem presas por realizarem um aborto.** Esse ponto foi recentemente reforçado por Luís Roberto Barroso, que assumiu a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) após a aposentadoria de Weber. O ministro explica que "o papel do Estado é impedir que ele [aborto] aconteça, [...] dando educação sexual, contraceptivos e amparando a mulher que deseja ter o filho. Mas colocá-la na cadeia, se viveu esse infortúnio, não serve para absolutamente nada. É

uma má política pública a criminalização"⁴.

É possível adotar a perspectiva de justiça de Nancy Fraser (2003, 2009) e destacar a relação entre acesso ao aborto e redistribuição de direitos. Assim, a ausência de acesso legal ao aborto contribui para a falta de equidade na sociedade (Miguel, 2014), afetando principalmente mulheres de grupos marginalizados. Para Fraser, a justiça não se resume apenas à distribuição equitativa de recursos, mas também requer reconhecimento e representação adequada dos diversos grupos sociais. Dessa forma, ao negar o direito ao aborto, além de se perpetua uma injustiça distributiva, se compromete também a justiça do reconhecimento, uma vez que as condições e especificidades dessas mulheres não recebem a devida atenção, e da representação, já que as mulheres, especialmente as pertencentes a grupos marginalizados, são excluídas do debate público e da tomada de decisões sobre questões que afetam suas vidas de forma significativa. Dessa maneira, ser mulher no Brasil por muitas vezes se torna uma experiência agriçoce.

Apesar de serem autoras dissidentes⁵, as contribuições de Fraser e o conceito de narrativa tratado por Young (2001) serão trabalhados de maneira articulada neste estudo. Esse esforço visa compreender como as narrativas, presentes de forma ativa e passiva nas discussões, podem auxiliar na análise das dimensões de justiça propostas por Fraser. Young argumenta que as narrativas desempenham um importante papel na construção e compreensão das injustiças sociais, pois permitem dar voz às experiências de grupos marginalizados, contextualizando-as em um panorama mais amplo. Assim, o reconhecimento e a valorização das histórias individuais e coletivas tornam-se ferramentas essenciais para revelar as estruturas de poder e opressão que se sobrepõem.

Além disso, Young destaca três formas pelas quais a narrativa pode promover o entendimento mútuo "por meio da diferença, sem tornar simétricos os que são diferentes" (Young, 2001, p. 383): **o compartilhamento de experiências individuais**, que possibilita que pessoas que não vivenciam diretamente situações de injustiça compreendam a realidade daqueles

⁴ UOL Notícias. Cadeia para mulher que faz aborto é má política pública, diz Barroso. Disponível em: <https://bit.ly/4apBhg1>. Acesso em: 23 mar. 2024.

⁵ Apesar de frequentemente alinhadas à Teoria Crítica contemporânea e às críticas feministas direcionadas a essa corrente, Fraser e Young apresentam divergências entre si. Embora compartilhem a preocupação com uma perspectiva de justiça que vá além da abordagem distributiva clássica, suas concepções divergem em aspectos fundamentais. Fraser demonstra preocupação com a possível fragmentação política quando o reconhecimento cultural se torna central, enquanto Young defende que a diversidade das lutas é uma força indispensável para a realização da justiça. Exemplos dessa discussão podem ser encontrados em Young (2019) e Fraser (2022).

que as enfrentam; **a narrativa como fonte de valores, cultura e significados**, ao atuar como veículo de transmissão cultural e ética; e a **capacidade de revelar a perspectiva social de uma pessoa ou grupo**, oferecendo uma visão aprofundada sobre suas condições e desafios.

A partir do proposto por Young, é possível formular uma hipótese de pesquisa: (H1) Ao se depararem com narrativas pessoais sobre o aborto, as participantes podem compartilhar suas histórias individuais, contribuindo para um entendimento mais amplo e coletivo sobre o tema, trazendo um caráter de experiência individual-coletiva.

Antes de partirmos para a pesquisa em si, é necessário expor alguns pontos e posições. Esta dissertação e as escolhas teóricas nela contidas não são neutras. Na verdade, discute-se há tempos sobre a (não) neutralidade da ciência (Sardenberg, 2002; Harding, 1987), e aqui não é diferente. Consideramos importante destacar este ponto para esclarecer a intenção desta pesquisa: ela se baseia na Teoria Crítica e na epistemologia feminista, sendo este um dos principais motivos que nortearam as escolhas teóricas feitas.

Florestan Fernandes, no início do texto "Ciências Sociais: Na Ótica do Intelectual Militante", afirma: "Eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem meu passado e sem a socialização pré e extra-escolar que recebi através das duras lições da vida. (...) Minha formação acadêmica sobrepôs-se a uma formação humana que ela não conseguiu distorcer nem esterilizar" (Fernandes, 1994, p. 123). Dessa maneira, reconhecemos que as escolhas teóricas e metodológicas aqui feitas são profundamente influenciadas por perspectivas críticas e feministas. Essas escolhas são intencionais e refletem um compromisso com uma ciência que reconhece sua própria não-neutralidade e se posiciona de forma explícita em relação às questões sociais e políticas que aborda.

Sandra Sardenberg (2002) questiona o que constituiria o status de um saber feminista em relação à ciência e faz uma crítica à noção da Ciência Moderna em que é preciso haver uma separação entre "fatos" e "valores" para a garantia de uma neutralidade e assim, alcançar a objetividade que a ciência demanda (Sardenberg, 2002, p. 3). A autora explica que essa ruptura com os pressupostos tradicionais ocorreu a partir de dois movimentos principais. Primeiro, os avanços teóricos e metodológicos dentro do próprio pensamento feminista estabeleceram as bases para a construção de uma epistemologia feminista. Segundo, a crítica feminista à ciência tem desafiado a ideia de neutralidade científica ao demonstrar o caráter histórico, social e político das construções científicas. Essas novas abordagens, ao não necessariamente invalidarem os

achados científicos, têm pavimentado o caminho para a desconstrução dos fundamentos da Ciência Moderna e das filosofias iluministas (Idem, p. 5-6).

Almeida (2020), dialogando com Elias (2019), destaca que uma ciência feminista exige mais do que integrar a categoria de gênero, implicando um engajamento acadêmico, político e epistemológico que rejeita universalizações e foca na vida material de sujeitos (Elias, 2019, p. 79 apud Almeida, 2020, p. 17). Críticas frequentes ao pensamento cartesiano incluem seus dualismos (público/privado, razão/emoção), associados a desigualdades de gênero, onde o "universal" reflete a experiência masculina e exclui outras subjetividades (Almeida, 2020; Sardenberg, 2002; Matos, 2017). Nesse sentido, Seyla Benhabib realiza um exercício teórico e propõe um protocolo de retomada do ideal de universalismo, incorporando as críticas, especialmente as feitas pelas feministas, como Nancy Fraser e Iris Young. A autora propõe um "universalismo dialógico", que sugere que os princípios universais de justiça e direitos humanos devem ser interpretados e aplicados de maneira inclusiva e dialogada (Benhabib, 1992; Matos, 2017).

A autora propõe a concretude do sujeito como uma contraposição à noção de "outro generalizado". Nesse contexto, o "outro generalizado" não é mais visto como uma figura desmaterializada e homogênea, mas sim reconhecido como um indivíduo concreto. Esse reconhecimento implica que, embora todos compartilhem uma experiência universal que nos une em um plano moral comum, cada indivíduo possui particularidades que o tornam único⁶.

É interessante considerar que a retomada do universalismo, em diálogo com a epistemologia feminista, transcende tanto uma concepção individualizada do sujeito quanto o essencialismo de ser mulher. Harding (1993) critica o "sujeito universal" representado pelo homem branco ocidental e aponta que, ao desafiar essa lógica, teorias feministas por vezes replicaram-na ao tratar problemas de algumas mulheres como universais. A proposta vai além de "fazer ciência enquanto feminista", buscando construir uma "ciência feminista" (Sardenberg, 2002; Almeida, 2020). Almeida (2020), citando Narayan (1997), ressalta que a epistemologia feminista reconhece como as experiências e contribuições das mulheres foram negligenciadas,

⁶ Para pensar na universalizabilidade como uma inversão de perspectiva e buscar entender o ponto de vista do(s) outro(s), eles devem ser vistos não apenas como outros generalizados, mas também como outros concretos. De acordo com o ponto de vista do "outro generalizado", cada indivíduo é uma pessoa moral dotada dos mesmos direitos morais que nós; essa pessoa moral é também um ser raciocinante e ativo, capaz de ter um senso de justiça, de formular uma visão do bem e de se engajar em atividades para perseguir essa visão. O ponto de vista do outro concreto, por outro lado, nos incita a ver cada pessoa moral como um indivíduo único, com uma certa história de vida, disposição e talentos, bem como necessidades e limitações (Benhabib, 1992, p. 10. Tradução nossa).

ênfatizando a relevância de perspectivas baseadas em diversas vivências. Com isso em mente, e buscando contribuir para a construção de um conhecimento que abranja as singularidades dos sujeitos dentro do universal, este trabalho ganha forma.

Para apresentar o percurso desta pesquisa, inicia-se com um capítulo dedicado à revisão de literatura. Nele, será realizado um levantamento dos estudos relevantes nos campos da Comunicação, Ciência Política e outras áreas pertinentes que contribuam para a discussão do tema. No capítulo seguinte, serão abordadas as teorias e os trabalhos que fundamentam as categorias de análise da pesquisa. Serão discutidas as relações entre a descriminalização do aborto e a democracia, bem como as teorias de justiça tridimensional de Nancy Fraser (2003, 2007, 2008). Ao final deste capítulo, será explorado o papel da narração de histórias nos debates sobre o tema, com ênfase nas contribuições de Iris Young (2001).

O terceiro capítulo apresenta a metodologia utilizada, justificando a escolha do grupo focal como método de pesquisa e destacando sua relevância para a coleta de dados qualitativos e o aprofundamento das discussões. Serão detalhados o processo de submissão ao comitê de ética e a construção do roteiro de moderação. Além disso, esse capítulo se dedica à escolha da análise narrativa como método para a interpretação dos resultados.

O capítulo 4 concentra-se na apresentação dos principais achados obtidos a partir dos três grupos focais. Já no capítulo 5, os resultados serão discutidos, buscando interpretá-los e estabelecer relações entre eles. Nesse ponto, a análise estará voltada para responder aos objetivos específicos propostos nesta pesquisa.

Por fim, as considerações finais retomam os principais aspectos discutidos ao longo do estudo e apresentam os encaminhamentos que a pesquisa pode oferecer.

1. DISCUSSÕES EM TORNO DO TEMA

*"A justiça social reprodutiva, fundada nos pilares de políticas públicas de saúde preventivas na gravidez indesejada, revela-se como desenho institucional mais eficaz na proteção do feto e da vida da mulher; comparativamente à criminalização."
Trecho do voto da Ministra Rosa Weber a favor da ADPF 442⁷*

Em 22 de setembro de 2023, a então ministra e presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, apresentou seu voto favorável pela descriminalização da interrupção voluntária da gravidez nas primeiras 12 semanas de gestação. A ministra era relatora da ADPF 442 e, ao longo das 129 páginas que apresentam seu voto, ressaltou que considera desproporcional a pena de quatro anos para a pessoa que realiza um aborto ou que auxilia na realização do procedimento (STF, 2023). Apesar disso, o julgamento foi suspenso pelo pedido de destaque do ministro Luís Roberto Barroso. Até o presente momento da pesquisa⁸, encontra-se sem novos avanços.

Em seu voto, apesar de não se debruçar sobre esses tópicos com maior profundidade, Rosa Weber traz o papel que a moral exerce na discussão. A discussão sobre o aborto no Brasil se divide principalmente em duas abordagens: uma baseada na moral religiosa, que vê o aborto como contrário à moral da sociedade, e outra no aspecto jurídico, que defende o direito à vida desde a concepção. Essas perspectivas divergentes dificultam o diálogo democrático sobre o assunto:

No entanto, um olhar para os momentos normativos brasileiros nos permite verificar que a colocação da questão do aborto na arena social e política ocorreu a partir de duas abordagens principais. A colocação da questão do aborto na arena social e política se faz a partir de duas abordagens. A primeira referente à suposta moralidade pública derivada da ética religiosa. O aborto é contrário à moral majoritária da sociedade, negligenciando qualquer abordagem do problema desde o espaço da moralidade privada e sua relação com o caráter laico do Estado. A segunda diz com o delineamento do problema jurídico, que pressupõe o caráter absoluto do direito à vida, desde a concepção. A partir dessas formas de enquadramento do problema dificultou/dificulta sobremaneira a conversação democrática, daí sua faceta inacabada, quando não adiada. (Brasil, 2023, p. 6).

No entanto, é importante considerar o quão prejudicial é abordar essa questão sob uma perspectiva moral, reduzindo-a a uma dicotomia entre ser a favor ou contra. Durante sua

⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 442 DISTRITO FEDERAL. Distrito Federal. Voto: Ministra Rosa Weber. 2023. Disponível em: <<https://bit.ly/4bGplaD>>. Acesso em: 11 Mai. 2024.

⁸ Esse texto foi revisto e atualizado em 08 de março de 2025 e o julgamento ainda se encontrava suspenso.

apresentação na audiência pública sobre a ADPF 442 em 2018, a pesquisadora Débora Diniz ressaltou que o problema reside na própria formulação da pergunta quando se trata de temas polêmicos e sensíveis como este. Ao perguntar pela posição, já se direciona para uma resposta, devido à "expectativa moral de uma resposta correta":

Um estudo sobre aborto, por exemplo, que venha a afirmar que 86% da população brasileira é contra ou a favor do aborto - e em resposta se dizia contra - tem um erro de partida, que, em geral, são os erros de pesquisas de opinião sobre temas tão controversos como o aborto. (...) A pergunta sobre aborto não é se nós somos contra ou favor. Na verdade, o que nos interessa saber são práticas. Uma mesma mulher que venha a responder a uma pesquisa de opinião "eu sou contra o aborto" pode ter feito um aborto na vida, porque há uma expectativa moral de uma resposta correta quando há alguém fazendo uma pergunta inquisitorial como essa (BRASIL, 2018, p. 169).|

Assim, a questão não se resume a ser a favor ou contra o aborto, mas sim a considerar se deve haver punição para mulheres e pessoas gestantes que optam pela interrupção da gravidez. É a partir dessa reflexão que esta pesquisa se delinea. Nosso objetivo não é apenas indagar sobre a posição das pessoas em relação à (des)criminalização do aborto voluntário, mas sim compreender a formação desses argumentos além das simples categorias de "favorável" ou "contrária". Para isso, adotamos a estratégia de utilizar narrativas presentes nessas discussões. É importante destacar que as narrativas e a contação de histórias, originadas de casos midiáticos, redes sociais e experiências pessoais, servirão como fio condutor para as discussões nos grupos focais. Essas narrativas não são diretamente das entrevistadas, mas sim construídas a partir de relatos de outras fontes. O processo será detalhado na seção metodológica deste trabalho.

Para começarmos esta caminhada, é importante primeiro examinar o que foi investigado e elaborado sobre o assunto na seção conhecida como "revisão de literatura", "revisão bibliográfica" ou, como optamos chamar aqui, "pesquisa da pesquisa".

1.1. A PESQUISA DA PESQUISA: NARRATIVAS E CONVERSAÇÕES SOBRE ABORTO

Dessa forma, o escopo da pesquisa neste estado da arte é delimitado em relação ao tópico em análise – a descriminalização do aborto – considerando os campos de conhecimento relevantes, com ênfase nas produções das áreas de Comunicação e Ciência Política. Além disso, são examinadas as bases teóricas empregadas, assim como as metodologias de coleta e

interpretação de dados utilizadas no processo de pesquisa.

No âmbito temporal das pesquisas, foi estabelecido um intervalo de dez anos (2013-2023), com exploração nas principais plataformas de divulgação acadêmica, incluindo a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁹ e a Scientific Electronic Library Online (SciELO)¹⁰. Além disso, foram examinados os anais de eventos nacionais de relevância, tais como os da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós)¹¹, da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica)¹² e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)¹³.

Quanto à estratégia de busca, esta foi subdividida em dois eixos. O primeiro concentrou-se na temática específica, utilizando combinações das palavras-chave "descriminalização do aborto" e "comunicação". O segundo eixo direcionou-se para a investigação das produções relacionadas aos conceitos de "narrativas", "conversações" e "justiça social". No caso dos anais de eventos, a identificação dos trabalhos ocorreu de forma manual, combinando-se as etapas de identificação e busca simultaneamente.

Por fim, a estratégia de seleção adotada consistiu em analisar inicialmente os títulos, seguida pela avaliação dos resumos e palavras-chave. Os materiais que não se mostraram pertinentes ao escopo da pesquisa foram excluídos, sendo então realizada a leitura integral dos trabalhos restantes.

Aqui, é importante ressaltar que durante esta etapa, observamos que a maioria dos trabalhos sobre o assunto derivam principalmente das áreas da Saúde e do Direito. Embora esse resultado fosse esperado, o reduzido número de produções encontradas sobre o tema dentro das áreas de Comunicação e Ciência Política sugere uma oportunidade para contribuir com a discussão utilizando as perspectivas dessas áreas.

Antes de apresentar os resultados desta etapa, é importante destacar que alguns títulos, após a análise dos resumos, não estavam diretamente relacionados à pesquisa, mas contribuíram para outras fases do estudo¹⁴. Na próxima imagem, demonstramos o percurso realizado e os

⁹ Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso: 28 abr. 2024.

¹⁰ Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso: 28 abr. 2024.

¹¹ Disponível em: <https://compos.org.br/>. Acesso: 28 abr. 2024.

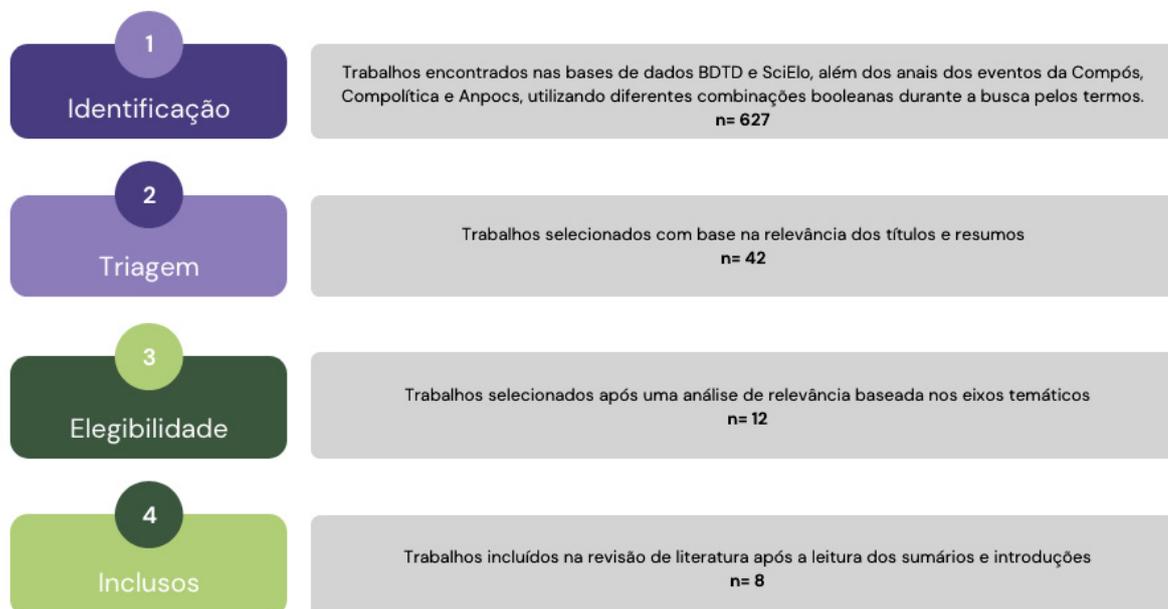
¹² Disponível em: <http://compolitica.org/>. Acesso: 28 abr. 2024.

¹³ Disponível em: <https://anpocs.org.br/>. Acesso: 28 abr. 2024.

¹⁴ Muitos estudos investigaram o papel da mídia e o enquadramento do aborto na imprensa. Embora esses estudos compartilhem o mesmo interesse no tema do presente trabalho, não estão diretamente relacionados. Portanto, foram

resultados obtidos numericamente.

Figura 2 - Fluxograma da Pesquisa da pesquisa



Fonte: a autora (2023)¹⁵

Ao todo, foram encontrados 627 trabalhos no resultado inicial de busca por termos, somando todas as plataformas, mesmo com títulos repetidos e sem os critérios de exclusão. A primeira busca foi feita na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) que resultou em 53 resultados, todos em português. Desses, após triagem da análise de títulos e resumos, restaram 15 títulos para análise textual.

A segunda busca foi feita na Scielo com diversas combinações booleanas entre os termos de interesse. Além disso, foi possível delimitar a busca para as áreas temáticas de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes e, no campo "tipos de literatura" excluiu-se as opções de: resenha de livro, relato breve, comunicação rápida, relato de caso, correção e editorial. Dessa forma, o primeiro resultado trouxe 331 respostas. Foi interessante

excluídos desta seção. No entanto, foram considerados em outros momentos, como na contextualização, por exemplo.

¹⁵ A metodologia de seleção foi feita através de uma adaptação do modelo conhecido como PRISMA, utilizado para revisões sistemáticas. Dourado AS, Melo DO. PRISMA 2020 – checklist para relatar uma revisão sistemática. Estudantes para Melhores Evidências (EME) Cochrane. Disponível em: <https://bit.ly/3yd4L3c>. Acesso em: 8 de mai. 2024.

notar o alto número de materiais em língua espanhola, que pode se dar ao fato das discussões em torno do tema em países como Chile, Argentina, México e Colômbia. Além disso, apesar de limitar a pesquisa para as áreas indicadas anteriormente, retornaram muitos resultados referentes a produções de áreas como Saúde Coletiva e Direito. Após a análise de títulos e resumos, restaram 10 resultados para leitura integral.

Passamos então para a análise dos anais de eventos. O primeiro a ser analisado foi o da Compós e que nos direcionamos aos materiais discutidos dentro do grupo de trabalho (GT) de Comunicação e Política. Como explicado anteriormente, no caso dos anais de evento, a análise dos títulos e resumos já se dava no momento da busca, dessa forma sete trabalhos foram selecionados para leitura integral.

Os materiais selecionados dos anais da Compolítica foram cinco e faziam parte dos GTs de *Internet e Política, Comunicação e Sociedade Civil, Comunicação e democracia e Mídia, Gênero e Raça*. Por fim, os materiais selecionados para leitura integral vindos dos anais da Anpocs também foram cinco, após uma seleção manual de títulos e resumos dos 231 resultados totais que a plataforma indicou inicialmente. Os materiais selecionados faziam parte dos GTs de *Sexualidade e gênero: sujeitos, práticas, regulações; Democracia e desigualdades; Teoria Política: problemas normativos e conceituais; Trabalho e gênero à luz das epistemologias e teorias feministas e Mídia e Política*.

Dessa forma, após essas duas primeiras etapas de seleção, chegamos ao total de 42 trabalhos relacionados a esta pesquisa. Decidiu-se então separar os trabalhos por eixos temáticos, a fim de identificar os que estavam diretamente em diálogo com a pesquisa em tela e que poderiam contribuir com o entendimento da produção anterior e também discussão teórica do trabalho. Dessa forma, chegou-se então ao número de 12 trabalhos. Após leitura da introdução e análise de sumário, chegamos ao número de oito trabalhos que integram a discussão e serão apresentados a seguir.

1.1.1. Diálogo entre pesquisas

Ao estudar conversação a respeito de questões sensíveis Maia e colegas (2015) examinaram como grupos sociais em conflito abordam questões delicadas, como a redução da menoridade penal, ao analisar o uso de argumentos divergentes presentes na mídia. Realizaram

grupos focais com policiais, moradores e adolescentes das periferias de Belo Horizonte (MG) e Belém (PA). Embora a presente pesquisa não tenha abordado diretamente a deliberação, muitos estudos revisados aqui tratam desse tema (Maia et al., 2015; Hoshino, 2021; Belin, 2023). No entanto, outros resultados são importantes para nossa discussão, como a importância da própria conversação e o papel das histórias pessoais na discussão.

Os autores explicam que, mesmo conversas desestruturadas permitem que indivíduos negociem o significado de suas identidades e como são percebidos pelos outros. Isso é visto como uma condição necessária, embora não suficiente, para que as pessoas alcancem autonomia. No entanto, eles destacam que a conversa informal nem sempre é benéfica para a democracia, pois podem "destinar-se à coerção, à intolerância, ao engano e às mais diversas formas de dominação" (Maia et al., 2015, p. 2).

Os pesquisadores observaram que os participantes dos grupos focais empregavam argumentos baseados em suas histórias pessoais para sustentar suas opiniões. Além disso, ao introduzir vídeos para estimular o debate, houve um aumento no uso de narrativas mais elaboradas, que tinham um "começo, meio e fim e foco numa certa questão ou problema" (Adam, 2014, p. 4; Black, 2008, p. 3 *apud* Maia et al., 2015, p. 12)

Narrativas são proeminentes em discussões online, especialmente em campanhas de *hashtag*, conforme observado por Neves (2017) e Rizzotto, Belin e Saraiva (2021). Estes estudos analisam as hashtags *#primeiroassedio* e *#naoexisteestuproculposo*, destacando o papel das narrativas no movimento feminista. De forma que ao utilizarem "suas próprias histórias e relatos como ferramenta para amplificar uma demanda coletiva, resistindo, assim, a esta estrutura de dominação. Com suas histórias, também encontram formas de gerar empatia, diminuir os conflitos e tocar, de alguma maneira, seus interlocutores" (Rizzotto; Belin; Saraiva, 2021). Essas narrativas também enfatizam a interseção entre preocupações individuais e coletivas, apoiadas pela teoria do reconhecimento de Honneth, conforme argumentado por Neves (2017) e Maia et al. (2015), o qual, reforça que o ideal de reconhecer a si mesmo no outro e assim, reconhecer o outro *per se*. Rizzotto (2021) e colegas endossam o debate com as críticas feministas recebidas à Teoria do Reconhecimento, feitas por pensadoras como Nancy Fraser e Iris Young e que serão contempladas em capítulos posteriores na presente dissertação.

Narrativas também têm presença em espaços digitais específicos destinados à troca de relatos, como blogs. Romio e colegas (2018, p.1) ressaltam a importância da narrativa ao

mencionar Jovchelovitch, sublinhando que o ato de compartilhar histórias escritas dá vida às representações do passado e da identidade das mulheres, juntamente com os conhecimentos sociais. Discutir o aborto implica em compartilhar memórias que, apesar de únicas, também têm um caráter coletivo por estarem enraizadas em um contexto compartilhado. As autoras destacam ainda o papel que o compartilhamento de histórias pode "apresentar recursos para se pensar a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos" uma vez que "ao relatarem de si, de algum modo, falam de um episódio que compõe a trajetória sexual e reprodutiva de muitas mulheres, do tornar-se mulher num contexto histórico, social e cultural compartilhado, mas que é vivido de modo peculiar por cada sujeito" (Romio et al., 2018, p. 10). Em sua tese de doutorado (Belin, 2023a) e em trabalhos decorrentes dele (Belin; Prudencio, 2022; Belin, 2023b), Belin discute o papel das conversações sobre a descriminalização do aborto, com foco na Argentina. A autora investiga como as interações *online*, especialmente em grupos do *Facebook* e *WhatsApp* dedicados aos direitos sexuais e reprodutivos, influenciam as decisões políticas das mulheres e a formação de redes de apoio. Ela destaca o poder das narrativas nessas discussões, sob a ótica de quatro dimensões, observando os atos de fala "perlocucionário", sendo elas: 1) relatos auxiliam a manter "vivo o ciclo da informação"; 2) é uma estratégia feminista de ampliação do debate; 3) compartilhamento do viés feminista e por fim, 4) o emprego de outras linguagens como forma de convencimento (Belin, 2023a, p. 150). Aqui, mais uma vez, notamos como a narrativa pode ser uma importante ferramenta para discussões que ultrapassam as experiências pessoais, atingindo o coletivo.

Finalmente, um dos estudos que dialoga de forma significativa com a presente pesquisa é a dissertação de Hoshino (2021), que aborda o tema da conversação e deliberação entre mulheres acerca da descriminalização do aborto. Especificamente, a autora focaliza o perfil das mulheres que são mais afetadas pela criminalização, sendo elas mulheres negras ou pardas, solteiras, de baixa renda, a maioria das quais são mães e não possuem ensino superior. Por meio de grupos focais e análise de conteúdo, Hoshino identificou uma contradição entre as respostas fornecidas por mulheres em questionários de opinião e suas opiniões e percepções expressas durante os grupos focais. Em outras palavras, uma das contribuições essenciais do estudo é a observação empírica da disparidade entre as respostas categorizadas como antiaborto ou pró-escolha em questionários – os quais muitas vezes limitam as opções de resposta a "contra" ou "a favor".

Com base no que foi apresentado até agora, podemos fazer algumas afirmações que serão

exploradas nos próximos capítulos. Apesar de este trabalho não se aprofundar no potencial deliberativo, é necessário ponderar sobre as conversas informais e a relação entre o público e o privado, o individual e o coletivo. Isso se deve ao fato de que, como observado nos trabalhos analisados, as narrativas transcendem o âmbito micro e individual, alcançando a coletividade. Além disso, é importante refletir sobre como as narrativas se configuram como uma ferramenta significativa do movimento feminista e como isso se relaciona com nosso interesse em examinar como a justiça social pode ser articulada nos argumentos dos grupos focais a serem realizados.

Além disso, alguns dos estudos analisados utilizaram entrevistas individuais ou coletivas, incluindo grupos focais, como método de pesquisa. Embora esses métodos não sejam representativos em termos numéricos, são ferramentas que nos permitem examinar de perto essas relações. Como menciona Hoshino (2021, p. 57), ao citar Gamson (2011, p. 40), os grupos focais nos permitem observar o processo pelo qual as pessoas constroem e negociam significados compartilhados, utilizando sua linguagem natural.

Por fim, durante a investigação desses trabalhos na etapa de pesquisa da pesquisa, notou-se que o papel da narrativa foi consistentemente analisado em um formato ativo, isto é, como as pessoas justificaram suas opiniões ou posições utilizando histórias pessoais como recurso. Neste estudo, um dos nossos objetivos é analisar como as narrativas funcionam como catalisador para discussões de maneira passiva, ou seja, como recurso para a reflexão. Esta tarefa será abordada em conjunto com outros aportes teóricos discutidos aqui e complementada no próximo capítulo.

2. CONSTRUÇÃO DO MARCO TEÓRICO

"(...) pensar em uma ciência feminista – ou em qualquer outra possibilidade de ciência politizada – requer, como primeiro passo, a desconstrução dos pressupostos iluministas quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico. Requer, portanto, a construção de uma epistemologia feminista - de uma teoria crítica feminista sobre o conhecimento –, que possa autorizar e fundamentar esse saber que se quer politizado"

(Sardenberg, 2002, p. 91)

2.1. DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO E JUSTIÇA SOCIAL

O lema "o pessoal é político" foi popularizado pelo movimento feminista da segunda onda nas décadas de 1960 e 1970. Essa frase encapsula o conflito entre as esferas pública e privada, destacando que as experiências pessoais das mulheres, frequentemente confinadas ao domínio privado do lar, são intrinsecamente políticas e refletem estruturas de poder mais amplas na sociedade. Um exemplo disso é a questão da reprodução social. Ao desafiar a rígida separação entre público e privado, a teoria feminista expõe como as dinâmicas de gênero, poder e opressão permeiam todas as esferas da vida. Dessa forma, questões como violência doméstica, divisão do trabalho doméstico e direitos reprodutivos são, na verdade, questões políticas que merecem visibilidade e intervenção pública. Portanto, a negação desses direitos às mulheres também representa uma negação do seu pleno direito democrático. Biroli (2014; 2017) e Miguel (2012) destacam a interconexão entre o debate sobre acesso ao aborto e essa restrição democrática. A discussão suscita questões fundamentais relacionadas à democracia e à cidadania. Mesmo dentro do contexto da tradição liberal, a autonomia sobre o próprio corpo é importante para a plena participação na vida cívica. A criminalização do aborto resulta em uma séria disparidade, impondo às mulheres limitações no controle de seus corpos que não são enfrentadas pelos homens:

O debate sobre o aborto coloca em pauta questões fundamentais para a democracia e a cidadania. Ainda que esteja dentro dos limites da tradição liberal, a propriedade de si mesmo é a base indispensável para o acesso à cidadania e a criminalização do aborto gera grave assimetria, impondo às mulheres limitações no manejo do próprio corpo com as quais os homens não sofrem (Biroli, 2014, p. 127).

Além disso, o direito à escolha, referente à decisão de prosseguir ou não com uma gestação, sem punições associadas, deve transcender o conceito de "liberdade negativa" (Biroli,

2014), ou seja, vai além da mera ausência de interferência do Estado. Isso se deve ao fato de que, como explicado pela autora, essa ação deve ser respaldada pelo Estado, por meio da implementação de políticas públicas que abrangem desde o combate à violência de gênero até a orientação sobre decisões individuais e o acesso digno aos serviços de saúde. Se o Estado não garante esses fundamentos, a liberdade de escolha e o acesso a esses direitos ficam restritos apenas às mulheres privilegiadas. Como a autora enfatiza, dessa forma: "poderia haver liberdade sem necessariamente haver justiça" (Ibid., p. 128).

Miguel (2012, p. 668) destaca a importância de reposicionar o problema, retirando-o de seu enquadramento moral. Ele ressalta a necessidade de uma mobilização política sensível aos funcionários públicos e lideranças, visando defender o direito ao aborto como um direito vinculado à autonomia individual e à laicidade do Estado, fundamentais para o exercício da democracia.

Para garantir essa prerrogativa pelo Estado, diversos países, especialmente na América Latina, promoveram debates sobre a legalização ou descriminalização do aborto, discutindo se a decisão deveria ser tomada por vias judiciais ou legislativas. Um dos casos mais notórios nos últimos anos foi o da Argentina, que em 2021 aprovou a descriminalização do aborto através da *Lei IVE - Interrupción Voluntaria del Embarazo* (Lei 26.710). Esta legislação permite que qualquer pessoa interrompa a gestação até a 14ª semana, assegurando também assistência médica e psicológica após o procedimento. Essa conquista foi impulsionada pelo movimento conhecido como "maré verde", no qual milhões de cidadãos se mobilizaram ao longo da última década para reivindicar a descriminalização do aborto (Belin, 2023, p. 28).

Na Argentina, o direito foi conquistado por meio do parlamento, por via legislativa. No Brasil, entretanto, a discussão ocorre no âmbito judicial, com a tramitação da ADPF 442 no Supremo Tribunal Federal (STF). Esse contexto levantou debates sobre a legitimidade do poder judiciário para deliberar sobre o assunto. Um argumento recorrente é que a questão deveria ser decidida pelo Congresso Nacional, visto que os parlamentares são eleitos diretamente pelo povo. No entanto, conforme ressaltado por Flávia Biroli em entrevista à Folha de São Paulo, o STF tem legitimidade para tratar do tema, pois a ação envolve uma análise constitucional da penalização do aborto, que é uma função intrínseca do tribunal. Ela explica: "A corte tem duas funções essenciais. Uma é o controle de constitucionalidade, onde a primeira avaliação é se a penalização ou o acesso ao aborto estão de acordo com a Constituição vigente no Brasil" (Morais; Boldrini,

2023). A segunda razão pela qual o tribunal é o espaço apropriado para este debate é sua responsabilidade de responder a um sistema internacional de direitos humanos, que estabeleceu diretrizes sobre o assunto. (Idem, 2023)¹⁶.

Refletindo assim sobre o papel do Estado na discussão, passamos agora a articular essa análise com os parâmetros de justiça social propostos pela filósofa norte-americana Nancy Fraser. Vamos explorar como os conceitos de reconhecimento, representação e redistribuição contribuem para a compreensão e a reflexão sobre o tema.

2.2. TEORIA TRIDIMENSIONAL DE JUSTIÇA – REDISTRIBUIÇÃO, RECONHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO

No texto "*Mapeando a Imaginação Feminista: Da Redistribuição ao Reconhecimento e à Representação*" (2007), a Nancy Fraser reflete sobre a reinvenção do projeto feminista em um mundo globalizado, considerando as mudanças que o movimento sofreu ao longo das décadas devido às transformações do capitalismo pós-guerra e da geopolítica pós-comunista. Seu objetivo é historicizar essas mudanças, avaliar os acertos e erros, e discutir um novo projeto de feminismo no contexto global.

Inicialmente, a autora promove uma análise acerca da segunda onda do movimento feminista, delineando-a em três fases. A primeira é caracterizada pelo surgimento de novos movimentos; a segunda está associada às políticas de identidade; e, por fim, a terceira fase é marcada pela emergência de políticas transnacionais. Fraser esclarece que, durante a década de 1960, os feminismos desencadearam uma transformação no imaginário político ao desafiar as exclusões de gênero e criticar tanto o paternalismo estatal quanto a estrutura familiar burguesa. Ao politizar "o pessoal", esses movimentos ampliaram as demandas por justiça social para abranger não apenas questões como trabalho doméstico, sexualidade e reprodução, mas também para incluir a redistribuição econômica. Em suas palavras:

Ao lado de seus camaradas de outros movimentos, os feminismos dessa era modificaram o imaginário político. Transgredindo uma cultura política que privilegiava atores que se colocavam como classes definidas nacional e politicamente domesticadas, eles desafiaram as exclusões de gênero dentro da social-democracia. Problematizando o

¹⁶ Esse tema também é discutido por Gabriela Rondon no episódio "Perspectivas jurídicas sobre o aborto" do podcast Aborto com Ciência. Disponível em: <https://bit.ly/4hZI1pa>. Acesso em: 4 mar. 2025.

paternalismo do Estado do bem-estar social e a família burguesa, os feminismos expuseram o profundo androcentrismo da sociedade capitalista. Politizando “o pessoal”, expandiram as fronteiras de contestação para além da redistribuição sócio-econômica – para incluir o trabalho doméstico, a sexualidade e a reprodução (Fraser, 2007, p. 295).

Na passagem anterior, fica evidente a conexão entre a redistribuição e outras demandas do movimento feminista. No entanto, ao abordar a segunda fase, associada às políticas de identidade, a autora ressalta a necessidade de "reconhecer a diferença" (Idem, p. 296), o que levou a uma valorização da diferença em detrimento da igualdade. Isso resultou em uma mudança no imaginário feminista, que se aproximou mais de uma mudança cultural do que estrutural, como afirmado pela autora: "O que diferencia a fase da política de identidade é a relativa autonomização do projeto cultural – seu apartamento do projeto de transformação político-econômica e de justiça distributiva." (Ibidem, p. 296).

Fraser explica ainda que este período coincidiu com a ascensão do neoliberalismo e, com a sobreposição de questões de reconhecimento sobre as questões de redistribuição, criou-se o cenário ideal para o sequestro da agenda por parte do neoliberalismo. De acordo com ela:

Durante esse período, a teoria acadêmica feminista estava preocupada com debates sobre “diferença”. Colocando frente a frente “essencialistas” e “não-essencialistas”, essas disputas serviram de forma útil para revelar as premissas de exclusão das teorias anteriores, e acabaram por abrir os estudos de gênero para muitas novas vozes. Porém, mesmo nos seus melhores momentos, as teorias tenderam a permanecer no terreno do reconhecimento, onde a subordinação era construída como um problema cultural e dissociado da economia política. (Ibidem, p. 297).

A autora observa ainda que esse fenômeno não se limitou ao feminismo, mas foi observado em todo movimento social progressista e teve repercussões globais (Fraser, 2007, p. 297). Ademais, fica claro que a questão do reconhecimento foi essencial para o avanço de diversas discussões. A valorização da diferença, por exemplo, pode ser uma ferramenta importante para evitar a aceitação passiva de valores ligados às relações de dominação atuais (Miguel, 2014). Contudo, ao se supervalorizar o reconhecimento em detrimento da redistribuição, a situação se desestabiliza. Como aponta Miguel (2014), a fórmula bidimensional "redistribuição mais reconhecimento" proposta por Fraser recebeu várias críticas, sendo acusada de "operar com uma dicotomia simplista entre economia e cultura" (Miguel, 2014, p. 73). Fraser, no entanto, explica que essa distinção analítica não implica uma separação radical entre as duas dimensões, nem nega a relação entre elas. Na verdade, ela permite "identificar os elementos que

compõem as formas de discriminação e modular as respostas a casos diferenciados" (Idem, 2014, p. 76).

A justiça tridimensional ganha esse caráter ao adicionar a dimensão de representação ao anteriormente conhecido binômio de redistribuição e reconhecimento. Esse terceiro pilar surge da ideia de combater o "mau enquadramento" (Fraser, 2007, p. 304), ou ainda:

Fraser informa, que o aparato teórico de que dispomos hoje ainda não possui as ferramentas conceituais para enfrentar satisfatoriamente a questão da justiça em suas duas dimensões – com relação a seu conteúdo substancial (*o quê*), e com relação à questão do enquadramento (*o quem*) – no mundo globalizado. Para contribuir com o debate, Fraser propõe uma terceira dimensão às teorias da justiça. Trata-se da questão sobre como, que deve se apresentar na forma da *representação* (Gonçalves, 2020, p. 108-109).

Esse "mau enquadramento" é influenciado pelas políticas transnacionais. Segundo a autora, essa questão surge quando se tem acesso a fontes transnacionais de injustiça, evidenciando a forma desigual e ineficaz com que as pautas de falta de distribuição e reconhecimento são tratadas. Ao associar esse problema ao enquadramento inadequado, destaca-se que ele deve ser combatido por meio da esfera da representação. Fraser afirma que "a representação não é apenas uma questão de assegurar voz política igual às mulheres em comunidades já constituídas". Em outras palavras, não se trata apenas de uma questão numérica ou de uma "representação descritiva" (Miguel, 2014, p. 98).

Ao indicar esse ponto, a autora ilumina a ideia de um movimento que não esteja restrito a um espaço específico, mas que seja imaginado transnacionalmente, sem fronteiras. Ela exemplifica isso com o movimento feminista europeu, devido à União Europeia. No entanto, explica que aquele não é o único campo e, em acordo, acreditamos que não é necessário ir tão longe. Na América Latina, ao direcionar o foco para o tema da pesquisa em tela, é possível observar como as reverberações da "marea verde" foram sentidas em diferentes países e como a campanha conduzida pelas argentinas influencia os movimentos locais e é sentido como algo coletivo.

Para sintetizar o que foi exposto nesta seção, citamos Fraser:

Levar a cabo essa política tridimensional não é nem um pouco fácil. Contudo, ela contém em si uma grande promessa para a terceira fase do feminismo. De um lado, essa abordagem pode ultrapassar as maiores fraquezas da fase dois, ao reequilibrar as

políticas de redistribuição e reconhecimento. Por outro lado, pode superar o ponto cego de ambas as fases anteriores do feminismo, ao explicitamente contestar as injustiças desse mau enquadramento (Fraser, 2007, p. 305-306).

A partir do que foi exposto aqui, e entendendo como a redistribuição, o reconhecimento e a representação se relacionam com as necessidades e realidades das mulheres sobre a pauta da descriminalização do aborto, prosseguiremos para a análise da última subseção teórica, na qual nos debruçaremos sobre o papel da narrativa na teoria proposta pela teórica crítica Iris Young. Young argumenta que as narrativas desempenham um importante papel na construção e compreensão das injustiças sociais, pois permitem que as experiências e vozes marginalizadas sejam ouvidas e compreendidas em um contexto mais amplo. Ou seja, essa abordagem destaca a importância de reconhecer e valorizar as histórias individuais e coletivas como meio de revelar as estruturas de poder e opressão.

2.3. NARRATIVAS PARA COMPREENSÃO DO OUTRO

Em seu trabalho "*Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa*" (2001), Iris Young propõe que o conceito de democracia baseada na discussão é importante, porém apresenta problemas significativos. Ela sugere revisões a essa concepção e propõe a ideia de uma democracia comunicativa (Young, 2001, p. 379), que considera fortemente as características particulares dos indivíduos, entendendo-as como elementos essenciais dentro de uma discussão democrática. Isso porque, dentro do processo tradicional, tende-se a supervalorizar características estritamente racionais e que isso, por vezes, acaba limitando o acesso da discussão e reconhecimento de atores e pautas. Young argumenta que, para uma democracia ser verdadeiramente inclusiva e representativa, deve-se levar em conta as diversas experiências e perspectivas individuais, promovendo uma comunicação que vá além da mera deliberação racional e que reconheça as diferenças e especificidades dos participantes.

A partir do objetivo de tornar os processos democráticos mais inclusivos e abrangentes em relação às experiências individuais, Young destaca o papel fundamental de três formas de comunicação política: a saudação, a retórica e a narrativa. Aqui, é importante salientar que, como observa Sarmiento (2012, p. 59) "essas formas têm o objetivo de adicionar, ao invés de substituir o papel do argumento". Segundo Young, as narrativas não se limitam a ser meros relatos de vivências pessoais, mas atuam como instrumentos poderosos de transformação social. Nesta

dissertação, nos debruçamos em torno do papel das narrativas nesse contexto, principalmente pela motivação explícita no trecho a seguir:

A autora então questiona como é possível um grupo que sofre determinado dano sair de uma situação de total silenciamento para a expressão pública da opressão. Uma das alternativas, para ela, é contar histórias. Young afirma que 'contar histórias' é muitas vezes uma ponte importante entre a experiência muda da injustiça e os argumentos políticos sobre a justiça (Sarmiento, 2012, p. 60).

Para tanto, Young ressalta três maneiras pelas quais a narração é capaz de promover o entendimento mútuo "por meio da diferença sem tornar simétricos os que são diferentes" (Young, 2001, p. 383). São elas: (1) o compartilhamento de experiências individuais com aqueles que não se encontram na mesma situação de injustiça; (2) a narração como fonte de valores, cultura e significados; e (3) revela a perspectiva social da pessoa ou grupo interlocutor.

Nesta primeira forma, há a possibilidade de uma troca reflexiva, na qual, por meio do compartilhamento de histórias, cria-se um espaço coletivo de *compreensão da experiência do outro* (Sarmiento, 2012; Young, 2001). Nesse espaço, ao ouvir a experiência do outro, é possível entender seu ponto de vista e desconstruir preconceitos. Dessa forma, as narrativas têm o potencial de conectar indivíduos de diferentes contextos, promovendo empatia e solidariedade.

No segundo ponto, é explorado como o compartilhar de narrativas pode funcionar como um mecanismo importante para revelar os valores e significados culturais das experiências vividas. Contar histórias além de permitir compreender e reconhecer o outro, também valoriza seus símbolos, práticas e posições sociais. Como delineado por Young (2000, p. 75), citada por Sarmiento (2012, p. 61), "valores, ao contrário de normas, muitas vezes não podem ser justificados através de argumentos. Mas também não são arbitrários. Sua base muitas vezes surge a partir da narrativa situada de pessoas ou grupos".

Por fim, o terceiro ponto é que as narrativas não são apenas relatos de experiências pessoais, mas também expressões de um "conhecimento social" (Sarmiento, 2012, p. 61). Essas narrativas não só revelam valores e exposições individuais, mas oferecem uma interpretação da relação com os outros e com o mundo em geral. Cada pessoa, ao contar sua história, incorpora além das suas próprias vivências, as experiências de outras pessoas que influenciam sua visão de mundo. Assim, as narrativas permitem a construção de um conhecimento coletivo, que emerge da interação e troca entre diferentes perspectivas.

Dessa forma, Young resume que:

Há duas conclusões gerais a tirar desse relato do papel da comunicação narrativa em que as pessoas visam a solucionar problemas coletivos por meio da discussão. Em primeiro lugar, a narrativa pode ter um papel importante na argumentação da discussão democrática. Onde os argumentos sobre políticas ou ações dependem de apelos à necessidade ou justificação, a narrativa é uma maneira importante de demonstrar necessidade ou justificação. a narrativa também contribui com o argumento político por meio do conhecimento social que oferece de como os segmentos sociais enxergam as ações dos outros e quais são os efeitos prováveis de políticas e ações para pessoas em situações sociais diferentes (Young, 2001, p. 385).

Sarmiento (2012) destaca as críticas feitas por Dryzek à teoria proposta por Young. Para o autor, há perigos nas formas alternativas de comunicação, e para que elas sejam verdadeiramente válidas, é necessário que atendam a duas condições. Primeiramente, devem estar livres de coerções, pois, em algumas situações, a narrativa pode ser coercitiva, buscando se conformar às expectativas de um determinado grupo. Em segundo lugar, as narrativas precisam ser capazes de conectar o particular ao geral; em outras palavras, não podem ser estritamente individuais, devendo relacionar-se a um problema mais amplo para não perder sua força (Sarmiento, 2012, p. 61-62).

Em resposta, Young sugere a necessidade de manter um olhar atento e crítico para discernir quais formas de comunicação são verdadeiramente eficazes na promoção da mudança pública e ainda:

(...) propõe que nenhuma forma de comunicação política deve ser entendida como melhor que outra e todas elas carregam virtudes e incompletudes; estas últimas não devem fazer com que os vários modos de expressão sejam descartados, ainda que sejam mais fluidos e carreguem consigo emoções e valores, principalmente quando visam a cooperar e chegar a uma solução para os problemas coletivos (Idem, 2012, p. 62).

Maia (2012) destaca a importância das conversas cotidianas no contexto das discussões com potencial político. De acordo com a autora, apesar de geralmente não serem estruturadas e de carecerem de um propósito claramente definido, essas interações informais entre cidadãos têm o poder de produzir e reproduzir a *razão pública* (Maia, 2012, p. 212). A análise de Maia aborda esse fenômeno sob a perspectiva do estudo deliberativo, enfatizando o papel fundamental dessas conversas na formação da opinião pública.

Embora as conversas cotidianas possam parecer triviais e desorganizadas, elas

desempenham um importante papel na dinâmica política. Este aspecto é particularmente relevante para o nosso propósito aqui, pois as trocas informais de ideias e opiniões, que frequentemente ocorrem fora dos canais políticos formais e, muitas vezes, passam despercebidas, são essenciais para o funcionamento democrático. Essas interações informais podem influenciar a forma como as questões públicas são percebidas e discutidas, moldando assim a opinião pública e a participação política. Nesse sentido, Maia, Garcêz e de Paula (2022) reforçam o papel político das narrativas, uma vez que: "Elas podem ser contadas em contextos homogêneos nos quais são identificadas pessoas que passam pelas mesmas situações - com a função de produzir sendo de experiência coletiva e de identificação - ou em um público mais amplo e diverso." (MAIA; GARCÊZ; DE PAULA, 2022, p. 134)

Nossa intenção, ao atribuir essa centralidade ao papel das narrativas nas discussões que serão analisadas em relação a descriminalização do aborto, é compreender e avaliar esse potencial transformador do compartilhamento de histórias. Não necessariamente de forma ativa, através das participantes, mas como um catalisador para a discussão, partindo das narrativas como ponto de partida. Dessa forma, buscamos ultrapassar o âmbito moral da discussão e evitar posicionamentos maniqueístas. Um dos nossos objetivos aqui é compreender as argumentações apresentadas e questionar se a criminalização é de fato a política mais adequada.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo apresenta o caminho e escolhas metodológicas adotadas para a realização desse estudo, a fim de responder a pergunta de pesquisa e objetivos propostos. No que concerne às escolhas da plataforma para a realização dos grupos e da moderação, as decisões foram pautadas na minimização de riscos para as participantes, tendo projeto analisado e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade Federal do Paraná, de acordo com as exigências e resoluções do Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)¹⁷. Assim, em conformidade com as diretrizes éticas e visando à minimização de riscos para as participantes, os grupos focais foram realizados em ambiente *online*, possibilitando o anonimato daquelas que assim desejaram. Ademais, optou-se pela contratação de uma mediadora, profissional capacitada e experiente para conduzir os grupos e lidar com as particularidades que poderiam surgir durante o procedimento.

Com isto explicado, passamos para as etapas e os pormenores do processo realizado.

3.1. GRUPOS FOCALIS COMO TÉCNICA

Fazendo uma breve contextualização, os grupos focais, uma ferramenta de pesquisa qualitativa, são conhecidos por serem amplamente empregados em estudos de mercado e marketing, embora sua origem remonte às Ciências Sociais e tenha muitas aplicações hoje dentro da Comunicação Política e da Saúde (Cal; Maia, 2022; Trad, 2009). Surgiram em 1941, quando Paul Lazarsfeld e Robert Merton realizaram estudos sobre a recepção de programas de rádio nos Estados Unidos. Foi Merton quem introduziu o termo "grupo focal" em um artigo científico pela primeira vez, estabelecendo assim a nomenclatura que perdura até hoje (Costa, 2011; Pátaro; Calsa, 2020; Merton, 1987).

Maria Costa (2011, p. 181) conceitua o grupo focal como uma forma de entrevista coletiva destinada a identificar tendências. Ela ressalta que o principal propósito dessa abordagem qualitativa é compreender, ao invés de inferir ou generalizar, é por esse motivo que a técnica do grupo focal foi selecionada para ser empregada nesta pesquisa. O objetivo é analisar os dados de maneira qualitativa, compreendendo as argumentações utilizadas e as interações que

¹⁷ O projeto passou por aprovação do CEP-CHS sob o CAAE: 78287124.8.0000.0214.

ocorrem nesse contexto, no qual há estímulo para a participação dos participantes (Maia; Cal, 2022; Costa, 2011). Em outras palavras, conforme Kitzinger e Barbour (2001, citado em Maia; Cal, 2022, p. 19), os participantes dos grupos focais têm a oportunidade de integrar as experiências fragmentadas dos membros do grupo, permitindo que visualizem os eventos em suas próprias vidas sob uma nova perspectiva durante o curso dessas discussões.

No que tange à adoção dessa ferramenta em um estudo de comunicação e política, Cal e Maia (2022, p. 20) discutem que os grupos focais têm um papel significativo. Além de examinar os conteúdos discutidos pelos participantes, pesquisadores também analisam o processo interativo nos grupos. Isso visa compreender melhor os fatores que influenciam o engajamento na discussão, os tipos de expressões discursivas e narrativas, os momentos de silêncio e os fatores sociodemográficos ou identitários que afetam a dinâmica do grupo, por exemplo. As autoras discorrem que no contexto brasileiro, os grupos focais têm sido amplamente utilizados em pesquisas sobre comunicação e política, inicialmente focados em temas como propaganda política e comportamento do eleitor. No entanto, desde os anos 2000, seu emprego também se estendeu à investigação dos "processos de conversação cotidiana, construção de sentidos em grupos específicos sobre questões proeminentes na sociedade e outras questões vinculadas a debates sociais e formação de opiniões públicas" (Idem, p. 20). Martino e Duarte (2021, p. 11) corroboram esta ideia, uma vez que argumentam que grupos focais se pautam "na presença e interação entre os participantes, e as intervenções de cada um pode provocar deslocamentos nas opiniões, surgimento de outros pontos de vista, acirramento ou suavização de opiniões e posicionamentos".

A partir disso, é importante discorrer sobre a justificativa de realizar o experimento no ambiente digital. Inicialmente, a intenção era conduzir o estudo de forma presencial, pois elementos como gestos, expressões e comportamentos não verbais frequentemente fornecem informações valiosas para análises posteriores. No entanto, ao ponderar as opções durante a elaboração do projeto submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná, percebemos que, devido à sensibilidade e natureza potencialmente polêmica do tema em questão, e para proporcionar as garantias éticas que o estudo acadêmico exige, optou-se pela realização dos grupos de maneira virtual. Essa decisão proporciona às participantes a opção de desligar a câmera e manter o anonimato, se assim desejarem, garantindo assim a proteção de sua identidade e proporcionando um ambiente mais seguro para discussões francas e abertas.

Ao escolher a realização do grupo focal de forma remota, cabe ainda tomar outra decisão, de serem assíncronos ou síncronos. Os grupos assíncronos caracterizam-se pela não simultaneidade, em que os participantes contribuem com suas reflexões e respostas ao longo de um intervalo de tempo predeterminado, geralmente por meio de uma plataforma de mensagens em grupo, como *WhatsApp* ou *Telegram*. Nesse formato, os participantes têm a oportunidade de acessar a plataforma em momentos que lhes convêm, respondendo às indagações propostas pela moderação. Por outro lado, os grupos síncronos são conduzidos em tempo real, reunindo os participantes simultaneamente por meio de uma plataforma de comunicação *online*, como videoconferência (Maia; Cal, 2022; Ril; Portes; Moretti-Pires, 2023). Para o presente estudo, optou-se pela realização de grupos focais *online* síncronos.

Ao pensar sobre as desvantagens de adotar essa técnica, Martino e Duarte (2021) ressaltam que, embora a realização virtual dificulte as "conversas paralelas" e promova uma escuta mais atenta das opiniões dos outros participantes, há uma perda de espontaneidade, interações pontuais e a troca de expressões faciais e olhares. Além disso, o ambiente online aumenta as chances de distração e também deve-se levar em conta a qualidade de conexão e (des)conhecimento da ferramenta por parte dos participantes, que pode influenciar no bom andamento da experiência (Cal; Maia, 2022; Martino; Duarte, 2021).

Embora à primeira vista possa parecer que a realização virtual do grupo acarreta mais perdas do que ganhos, uma análise da literatura revela que essa abordagem está se tornando uma tendência (Oliveira e Colegas, 2022, Ril; Portes; Moretti-Pires, 2023). Essa onda pode ser atribuída às estratégias adotadas durante a pandemia de COVID-19, quando muitas pesquisadoras e pesquisadores se viram confrontados com a necessidade de repensar e adaptar seus métodos de pesquisa devido ao distanciamento social (Hoshino, 2022; Martino; Duarte, 2021). No entanto, a adoção de métodos não presenciais já era anunciada desde o início dos anos 2000, como o uso de chamadas telefônicas e teleconferências, a fim de conseguir participantes difíceis de serem recrutados, utilizando as potencialidades das mídias digitais (Costa, 2011; Martino; Duarte, 2021). Além disso, outra vantagem significativa da adoção dessa técnica é a capacidade de alcançar participantes dispersos geograficamente, o que reduz as barreiras logísticas e enriquece a diversidade de perspectivas (Cal; Maia, 2022).

Passado essa breve contextualização sobre grupos focais e grupos focais online, passamos agora para as características que as sessões realizadas para o presente estudo tomaram.

3.1.1. Recrutamento e divisão dos grupos

Para o presente estudo, foram realizados três grupos focais, cada um com até quatro participantes, utilizando a plataforma *Google Meets*, com duração média de uma hora e meia. Quanto ao recrutamento¹⁸, ele foi realizado a partir do método bola de neve e da busca ativa por nossa parte. O perfil das participantes eram de mulheres maiores de 18 anos. Ao aceitarem participar do estudo, as voluntárias preencheram um formulário com perguntas exploratórias e receberam informações sobre a realização do GF. No formulário, foram solicitados dados como nome, idade, estado de residência, renda, estado civil, profissão, identificação religiosa e nível de escolaridade. Além disso, foram abordadas questões sobre a opinião das participantes em relação ao aborto em casos de estupro, risco de vida e anencefalia, bem como seu posicionamento sobre a ampliação do direito ao aborto até a 12ª semana de gestação. O formulário também questionava se a participante conhecia ou acreditava conhecer alguém próximo que realizou um aborto, se aceitava participar do GF, e pedia um contato e a disponibilidade de dia e horário para a participação.

Além disso, receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (apêndice 1), que foi assinado e enviado antes da realização do GF. A justificativa para realizar a pesquisa exclusivamente com mulheres baseia-se no fato de que a gestação é uma experiência vivida predominantemente por mulheres cisgenero e que as consequências da criminalização do aborto afetam diretamente esse grupo¹⁹.

Quanto à divisão dos grupos, eles foram organizados, conforme dito anteriormente, com os grupos sendo realizados com até quatro pessoas. A escolha do número reduzido de participantes foi por entender que por se tratar de um assunto sensível, era preciso estabelecer um ambiente reduzido e confortável, no qual as participantes se sentissem à vontade para partilhar as suas opiniões. Além disso, salientamos aqui que, como explica Barbour (2009, citado por Cal; Maia, 2022, p. 27):

¹⁸ Inicialmente, a ideia era realizar o recrutamento a partir das pessoas que demonstraram interesse em participar do estudo durante a etapa do *websurvey*. No entanto, na fase anterior, voltada para a qualificação, percebeu-se que essa abordagem não seria suficiente. Assim, para a versão final do estudo, o recrutamento foi feito por meio da busca ativa de participantes e pelo método bola de neve.

¹⁹ Ainda assim, não é nossa intenção invisibilizar as experiências de pessoas com outras identidades de gênero que também podem vivenciar a gestação. A escolha de focar exclusivamente em mulheres cisgêneras foi uma decisão tomada devido às limitações e escolhas inerentes ao percurso da pesquisa. Reconhecemos e destacamos que outras experiências também são válidas e importantes.

A questão aqui não é o número de tais indivíduos na população como um todo, mas sim os insights que podem ser obtidos por meio dessas exceções e o seu potencial para colocar sob um foco ampliado alguns pressupostos tidos como evidentes ou processos que de outra forma não são notados.

No formulário com perguntas exploratórias citado anteriormente, havia uma seção em que perguntávamos o posicionamento das participantes em relação à ampliação do direito ao aborto. Essa questão serviu como critério para a separação dos grupos. Assim, foram formados três grupos, organizados da seguinte maneira:

- **Grupo Erva-doce:** mulheres que se identificaram como contrárias à descriminalização do aborto.
- **Grupo Arruda:** mulheres que se identificaram como favoráveis à descriminalização do aborto.
- **Grupo Babosa:** grupo misto.

Os grupos foram realizados entre os dias 19 a 21 de novembro de 2024, durante o período noturno, às 19h. O primeiro grupo realizado foi o Erva-doce (19/nov), que contou com as quatro participantes, seguido do Grupo Arruda (20/nov), que houve uma desistência e contou com três participantes e finalizando com o Grupo Babosa, que também estava completo, com quatro participantes. Mais a frente, na seção reservada para apresentação dos resultados, apresentaremos as características de cada grupo e participantes.

Ainda aqui, cabe ressaltar que não houve nenhum problema com a realização dos grupos. Todas as participantes conseguiram ter fácil acesso à plataforma e questões menores como problemas com o áudio eram solucionados rapidamente durante a reunião e com o auxílio da moderação.

Em seguida, explicaremos como o roteiro foi desenvolvido, bem como se deu o processo de mediação e observação durante os grupos.

3.1.2. Roteiro, mediação e documentação

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foi desenvolvido um roteiro semi-estruturado

(APÊNDICE 2) para ser aplicado nas três sessões de grupo focal²⁰. A elaboração desse roteiro ocorreu de forma colaborativa, envolvendo estudantes de iniciação científica que participam do projeto mais amplo ao qual a pesquisa está vinculada²¹. A seguir, apresentamos uma explicação sobre os tópicos abordados no roteiro e na dinâmica dos grupos focais.

No início de cada sessão, era dada as boas-vindas e feita uma breve introdução à pesquisa, destacando seus principais objetivos. As participantes eram informadas de que poderiam solicitar uma pausa ou até mesmo desistir da participação caso sentissem qualquer desconforto. Também eram avisadas de que a sessão seria gravada para análise futura, garantindo que apenas as pesquisadoras teriam acesso ao material. Em seguida, explicava-se a dinâmica do encontro, enfatizando a importância da participação de todas e reforçando que não havia respostas certas ou erradas. O objetivo era criar um ambiente seguro e acolhedor para a discussão. Após essa introdução, incluímos uma pergunta para deixar as participantes mais confortáveis. chamada de pergunta “quebra-gelo”. A pergunta era:

"Antes de começarmos, gostaria de saber: vocês lembram de alguma história, seja de um livro, filme, série ou algo que ouviram de outra pessoa, que tenha realmente marcado vocês? Se sim, o que nessa história chamou tanto a atenção? Podem explicar em poucas palavras?"

Essa pergunta tinha a função de reduzir a tensão inicial. Além disso, estava diretamente ligada ao tema central da pesquisa: as histórias. A moderadora reforçava que não era necessário que a história mencionada tivesse relação com o aborto; o tema era livre, e elas poderiam compartilhar qualquer história que considerassem significativa.

Em seguida, eram apresentados os áudios do material de estímulo para a discussão. Cal e Maia (2022, p. 24) ao citar Gamson (2011) explicam que esses materiais, chamados de "recursos conversacionais", partem do pressuposto que o material da mídia (no caso das pesquisas realizadas por eles) é um recurso presente nas nossas "conversas cotidianas" e que motiva

²⁰ Após a realização do grupo focal teste para a qualificação e por sugestão da moderação, identificou-se a necessidade de incluir uma pergunta quebra-gelo no início de cada reunião.

²¹ A pesquisa mais ampla, intitulada "A pergunta feita da forma correta: paridade de participação e justiça social interseccional no posicionamento de brasileiros sobre o aborto", desenvolvida coletivamente desde agosto de 2023, sob a liderança da professora Carla Rizzotto, orientadora desta dissertação de mestrado. O projeto contou com a colaboração da doutoranda Rafaela Sindorski, do Programa de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, e de três alunas dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da mesma instituição, participantes do programa de Iniciação Científica, Natália Assueiro, Kalytha Fernandes e Sophia Martinez a quem fica o agradecimento pela colaboração.

também a discussão em diferentes grupos. É com essa justificativa que escolhemos os áudios como material de estímulo, com a intenção de se aproximar ao que seria a troca de informação em uma *conversa cotidiana*.

Ao todo, eram três áudios com histórias narradas de casos que envolvem a decisão de recorrer a um abortamento. Dois deles eram fictícios, narrados em primeira pessoa e construídos a partir de casos reais. O terceiro é a narração de uma história real e retirada de um veículo de comunicação (APÊNDICE 2)²². A apresentação desses dados se dava em dois momentos. No primeiro, eram introduzidas as duas primeiras histórias: a de Jéssica, vítima de estupro que, por lei, teria direito ao aborto legal, e a de Rodrigo, um homem casado e pai de dois filhos que relata a decisão, tomada em conjunto com a esposa, Juliana, de recorrer a um aborto ilegal. O objetivo da exibição dessas duas primeiras histórias, acompanhadas de perguntas, era duplo: *verificar as opiniões das participantes sobre casos amparados pela lei e aqueles considerados ilegais, além de observar se elas recorriam a experiências pessoais ou de terceiros para justificar suas posições*.

No segundo momento, foi apresentada a história de Jane. Essa história foi retirada de uma matéria jornalística sobre aborto medicamentoso e denúncia hospitalar. O objetivo com essa história era *verificar se, na discussão, havia a presença de desinformação, especialmente no que diz respeito ao aborto medicamentoso*.

Por fim, perguntava-se às participantes se desejavam comentar algo que não havia sido abordado ou reforçar algum ponto. Após essa etapa, a sessão se encerrava.

Como mencionado anteriormente, a discussão nos grupos focais foi mediada por uma profissional. Antes da realização dos grupos, foram realizadas reuniões de alinhamento com ela para explicar todos os objetivos da pesquisa, garantindo assim o bom funcionamento das atividades²³. O papel da mediação é fundamental, pois a pessoa encarregada dessa função deve garantir que todas as participantes se envolvam ativamente na discussão. É importante destacar que esta pessoa não deve induzir respostas, conforme destacado por Costa (2011, p. 185-186). Seu papel consiste em estimular a discussão, criando um ambiente propício para a troca de ideias e opiniões de maneira imparcial. No que diz respeito à documentação, essa responsabilidade recai sobre a pesquisadora responsável por esta dissertação, que participou dos grupos focais

²² Para conferir aos áudios, basta acessar: bit.ly/4h2Hp0Q.

²³ Aqui, registramos nosso agradecimento a Tiemi Costa, antropóloga responsável pela mediação de todos os grupos que compõem este estudo.

apenas com esta função: de observar e documentar os primeiros achados para análise posterior. De acordo com Costa (2011, p. 187), cabe à pessoa encarregada da documentação registrar "tudo o que observa". Isso inclui comentários verbais e não verbais dos participantes, sem interpretar o conteúdo ou atribuir falas diretamente a eles.

Após a realização dos grupos focais e a documentação correspondente, chega o momento de realizar a análise dos dados coletados. O processo pelo qual esse material será submetido será descrito na próxima seção.

3.2. ANÁLISE NARRATIVA COMO MÉTODO DE ANÁLISE

Após a realização dos três grupos focais e a documentação inicial, passamos para a transcrição das reuniões. A partir desse material, a interpretação dos dados foi conduzida por meio de uma análise narrativa²⁴. O método de análise narrativa é uma abordagem qualitativa utilizada para examinar a estrutura, os significados e os padrões presentes nas narrativas, sejam elas escritas, orais ou visuais. Esse método parte do pressuposto de que as histórias contadas pelos indivíduos refletem suas experiências, valores e contextos sócio-históricos (Belin, 2024, p. 92; Jovchelovitch; Bauer, 2002, p. 104).

Para a pesquisa em questão, seguimos a proposta utilizada por Luciane Belin (2024), com algumas adequações para o presente estudo. Belin, partindo do proposto por Schütze (em Belin, 2024, p. 98), elabora o protocolo metodológico de análise narrativa de entrevistas. Os passos e a aplicação neste trabalho serão explicados a seguir.

A partir da transcrição do material²⁵ de cada grupo focal, que constitui a primeira etapa do processo, passamos para a divisão em blocos narrativos. Essa segmentação é realizada a partir de marcadores como falas, termos e expressões que indicam o encerramento de uma ideia e a transição para outra questão. Esse processo é chamado por Schütze como “composto narrativo suprasegmental” (BELIN, 2024, p. 98).

Dessa forma, a transcrição é organizada em uma planilha, na qual cada composto narrativo ocupa uma linha, tornando-se, assim, uma unidade de análise. A partir disso, o material

²⁴ Registramos aqui nosso agradecimento a Luciane Belin pela sugestão da utilização da análise narrativa nesta pesquisa durante a qualificação do material. De fato, o método se mostrou o mais adequado para os objetivos propostos.

²⁵ A transcrição inicial foi realizada com o auxílio da ferramenta online “Tactiq” e complementada com a revisão da transcrição manual. A ferramenta está disponível em: <https://app.tactiq.io>.

passa por um processo de codificação em duas etapas: uma codificação baseada em dados e outra baseada em conceitos. A primeira etapa desse processo inclui cinco fases: (1) **material indexado**, que resume os principais argumentos presentes em cada trecho da fala; (2) **material não indexado**, mapeamento de elementos não verbais, como expressões emocionais, postura, vocabulário específico e nível de conhecimento demonstrado; (3) síntese da **trajetória** das participantes em relação ao tema central da pesquisa; (4) **análise do conhecimento**, identificando os principais tópicos abordados e mensagens transmitidas; e (5) **comparação contrastiva**, que permite a identificação de semelhanças e diferenças entre as narrativas coletadas.

Em um segundo momento, passamos para a categorização a partir de conceitos que norteiam a pesquisa, relacionados à narração e aos princípios fundamentais da teoria da justiça social de Nancy Fraser, discutidos no capítulo 2.

- **Narração:** análise da presença de elementos narrativos utilizados para exemplificar ou fortalecer um argumento e/ou posição durante o grupo, seja por meio de histórias pessoais, casos emblemáticos/midiáticos ou construção de cenários hipotéticos.
- **Reconhecimento:** identificação de x dentro da discussão.
- **Redistribuição:** verificar se havia menção as desigualdades socioeconômicas que impactam o acesso ao aborto seguro e legal, considerando a forma como diferentes grupos são afetados pela criminalização e pelas políticas públicas de saúde.
- **Representação:** verificar se havia comentários sobre a inclusão de diferentes vozes e perspectivas na participação dos processos decisórios, ou seja, como a participação política se reflete na formulação de políticas sobre o aborto.

É importante ressaltar que, embora este trabalho inclua a quantificação e análise numérica de variáveis, seu foco principal é a análise qualitativa, voltada para o micro e para os detalhes. A organização dos dados dessa maneira busca estruturá-los de forma a facilitar sua compreensão e análise, ao mesmo tempo em que atende ao rigor científico exigido pela pesquisa acadêmica (Belin, 2024, p. 92). Além disso, reconhecemos as limitações inerentes à escolha dessa abordagem, como a dificuldade de generalizar os resultados, dado o tamanho reduzido do corpus da pesquisa.

A partir disso, passamos aos resultados encontrados.

4. CONTAR E RECONTAR, O INDIVIDUAL-COLETIVO - EXPERIÊNCIA COM OS GRUPOS FOCALIS

*"Se a gente for começar a falar, é algo que vai longe.
É um debate que vai muito longe"*

Fala de uma das participantes do grupo focal

Conforme abordado na seção anterior, foram realizados três grupos focais, cujos dados constituem a base desta pesquisa. As sessões ocorreram entre os dias 19 e 21 de novembro de 2024, no período noturno, às 19h e tiveram uma média de duração de uma hora e meia. Na sequência, serão apresentados os resultados obtidos com os grupos focais destacando os principais aspectos observados em cada um deles. Além disso, serão expostas as etapas iniciais da análise das entrevistas narrativas, com base na codificação baseada em dados.

4.1. GRUPO ERVA-DOCE

O primeiro grupo, denominado “Erva-doce”, aconteceu na terça-feira, 19 de novembro de 2024, às 19h. Ele foi composto por mulheres que se identificavam como contrárias à descriminalização do aborto. Todas as quatro convidadas compareceram à reunião e optaram por utilizar seus nomes verdadeiros, que aqui foram substituídos por pseudônimos. Além disso, embora tivessem a opção de manter a câmera fechada, duas delas permaneceram com a câmera ligada durante toda a reunião, Agnès e Greta. A seguir, apresentamos suas trajetórias resumidas.

Quadro 1: Trajetórias resumidas das entrevistadas - Grupo Erva-doce

Nome	Trajetória
Agnès	Agnès, advogada de 47 anos, mora no Paraná, é divorciada, católica e tem pós-graduação completa. Ela é contra o aborto, inclusive nos casos previstos por lei, mas acredita que as mulheres que o realizam não devem ser presas. Crítica como o feminismo tornou central a pauta do aborto no movimento.
Adélia	Adélia, de 56 anos, mora no Paraná, é casada, telefonista, católica e tem ensino médio completo. É mãe de duas filhas adultas. Ela concorda parcialmente com o aborto em casos de estupro, risco de vida da mãe e anencefalia, mas é contra a ampliação do direito, temendo que a legalização leve a abortos irresponsáveis.
Alice	Alice, de 56 anos, mora no Paraná, é solteira, manicure, católica e tem ensino médio completo. Optou por não ser mãe. Ela é totalmente contra o aborto e acredita que, se alguém não pode criar uma criança, a adoção deve ser a alternativa. Alice tem receio de que, com a legalização, as mulheres possam agir de forma irresponsável.

Greta	Greta, de 35 anos, mora no Paraná, é divorciada, administradora, cristã e possui ensino superior completo. Ela concorda totalmente com o aborto em casos de estupro e risco à vida da mulher, mas não tem uma posição sobre os casos de anencefalia. Ela é contra a ampliação do direito ao aborto, temendo que isso leve a abortos irresponsáveis. É mãe de um adolescente e também é crítica ao feminismo.
-------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Apesar de o grupo ser diverso, com as participantes unidas apenas pelo posicionamento contrário à descriminalização do aborto, foi possível identificar algumas conexões entre elas. Todas tinham alguma ligação com a religião: três (Agnès, Adélia e Alice) se consideravam católicas, enquanto Greta se identificava como cristã. Alice e Greta mencionaram ser mães. Com exceção de Alice, todas conheciam alguém que já havia feito um aborto.

Quando o assunto foi a legislação, surgiram algumas discordâncias sobre os casos em que o aborto já é permitido. Além disso, Agnès foi a única que, apesar de ser contra a ampliação, não achava que as mulheres que abortam deveriam ser presas.

Tabela 1 - Posicionamento em relação ao aborto - Grupo Erva-doce

<i>Participante</i>	Casos permitidos por lei			Você acha que o direito ao aborto deveria ser ampliado, permitindo o aborto em qualquer caso, desde que realizado até a 12 ^a semana de gestação?
	Estupro	Risco de vida	Anencefalia	
Agnès	Discordo totalmente	Discordo totalmente	Discordo totalmente	Não, mas não acho que as mulheres que abortam devam ser presas, apenas o acesso ao aborto não pode ser facilitado.
Adelia	Concordo parcialmente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Não, tenho receio de que se liberado as mulheres irão fazer abortos de forma irresponsável.
Alice	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Discordo parcialmente	Não, tenho receio de que se liberado as mulheres irão fazer abortos de forma irresponsável.
Greta	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Nem concordo nem discordo	Não, tenho receio de que se liberado as mulheres irão fazer abortos de forma irresponsável.

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O tempo total de gravação foi de uma hora e vinte e três minutos. Quanto à participação das entrevistadas, Greta falou por 26% do tempo, seguida por Agnès (23%), Alice (22%) e a mediadora (20%). Adélia teve uma participação menor, com 8%, enquanto a observadora utilizou 2% do tempo total. Apesar de o grupo parecer bem entrosado, Adélia participou poucas vezes, limitando-se, na maioria das ocasiões, a concordar com opiniões já expressas por outras

participantes.

O grupo começou com a questão "quebra-gelo", cujo objetivo era incentivar a interação entre as participantes. A pergunta as convidava a compartilhar uma história marcante, que poderia ser real ou fictícia e não precisava estar relacionada ao tema central. Mesmo sem essa exigência, três participantes trouxeram relatos sobre aborto ou gravidez indesejada. Alice compartilhou a história pessoal de uma amiga que considerou abortar, mas, com o apoio da família, decidiu levar a gestação adiante. Greta mencionou o filme "Marcas da Vida", que retrata a decisão de uma mulher de não abortar e entregar o filho para adoção. Adélia contou sobre um caso familiar, no qual sua sobrinha escondeu uma gravidez até que descobriram que o feto não tinha mais vida e ela teve uma complicação de saúde, que a levou a fazer uma histerectomia. Já Agnès, no momento, não conseguiu lembrar de uma história específica para compartilhar.

Em seguida foram apresentadas três histórias em áudio (Apêndice 2), cada uma abordando uma experiência de aborto. O primeiro áudio narrava a história de Jéssica, uma vítima de estupro. O segundo áudio apresentava Rodrigo, que relatava a decisão conjunta de aborto com sua esposa, Juliana. O terceiro áudio descrevia um trecho de uma notícia sobre Jane, que passou por um aborto medicamentoso e enfrentou problemas com médicos e policiais.

Os dois primeiros áudios foram apresentados em sequência, seguidos por uma discussão sobre seus conteúdos. Ao comentar a história de Jéssica, as participantes demonstraram empatia pela vítima, especialmente devido à violência sofrida. No entanto, isso não significava necessariamente que concordavam com a decisão dela. Algumas sugeriram alternativas, como a possibilidade de encaminhar a criança para adoção—um argumento que apareceu mais de uma vez, tanto nesse grupo quanto em outros.

Já em relação ao segundo áudio, houve consenso de que os problemas financeiros apresentados na história não eram uma justificativa suficiente para a decisão de abortar. Alice, inclusive, iniciou sua fala expressando choque com o relato, principalmente pelo fato do casal já ter filhos:

Alice: Confesso que fiquei meio chocada com esse segundo(...). Ele já tendo filhos... Eu nunca acho que teria uma atitude dessas. Faria como a menina falou lá do filme: não podia criar, dava pra alguém. Eu não me sinto no direito de fazer isso com uma criança, sendo que fui eu que coloquei ela dentro de mim, entendeu? Tipo, você tem opções para não engravidar, tem como se cuidar, se prevenir. Eu sou meio... Não, sou totalmente contra o aborto. Acho que tirar uma vida indefesa... Não consigo pensar de outra forma, sabe? Porque ninguém precisa criar [o filho]. Dá pra alguém! Tem tanta gente querendo ter filhos e que não pode. Você não precisa ficar olhando para aquela lembrança que foi ruim pra você. Porque, claro, como no caso da mulher lá do filme, ela não ia conseguir [cuidar].

Como vai viver com isso? Olhar para um filho e pensar em tudo aquilo todos os dias? Mas dá pra alguém! Tem tanta mãe que não consegue engravidar. Eu já tive, na minha família, muitas primas que adotaram crianças porque não conseguiram engravidar. E são felizes até hoje, as crianças são felizes, todo mundo feliz.

Quando questionadas se os casos deveriam ser tratados de forma semelhante ou diferentes, por um se tratar de um aborto legal e o outro ilegal, Greta e Alice falaram que, mesmo não concordando com o aborto, entendiam a complexidade e a dificuldade de julgar a decisão de abortar em casos de violência. Por outro lado, Agnès e Adélia defendiam que ambos deveriam ser tratados da mesma maneira, pois são moralmente condenáveis:

Agnès: Embora eu entenda que exista uma permissão legal para o aborto em caso de estupro, eu acredito que seja tão moralmente condenável quanto o segundo relato. É um egoísmo também. A gente fica sensibilizada porque ela foi vitimizada também, é uma vítima, ela não escolheu aquilo. Então, claro que aquilo sensibiliza. A gente não quer o mal dela, né, não é isso, mas isso não torna mais correto a atitude dela. Mesmo que seja legalmente, juridicamente permitido, existe o âmbito da norma jurídica e existe o âmbito da norma moral. Então, moralmente, eu condeno os dois da mesma forma, na minha opinião, porque você está matando o inocente por sua conveniência, para sua conveniência, simplesmente para isso.

Perguntou-se então se os casos eram extremos ou familiares para elas e, apesar de contarem algumas histórias sobre abortamentos, a maior parte delas acreditava que eram casos extremos, como destacou Agnès: *“Me parece extremo. Claro que a gente ouviu sobre isso na mídia, de uma forma ou de outra, mas eu, particularmente, nunca presenciei. Tive uma amiga que abortou três vezes, e acho isso um caso super extremo também”*.

Passou-se então para o segundo momento do grupo, em que era apresentada uma história extraída de uma matéria de jornal. Durante a discussão sobre o terceiro áudio, os comentários gerais eram de revolta não com a decisão da narradora, mas sim com a situação de violência institucional que ela sofreu. Agnès criticou o despreparo de profissionais de saúde e policiais no atendimento a casos de aborto, ressaltando a falta de empatia e ética. Greta e Alice concordaram com a necessidade de um acolhimento mais adequado e condenaram o abuso de autoridade nesses contextos.

Na pergunta sobre aborto medicamentoso, Agnès mencionou ter conhecimento sobre a existência de medicamentos abortivos, enquanto Adélia e Alice desconheciam detalhes sobre esses métodos. A conversa também abordou o papel das instituições e da sociedade na questão do aborto. Agnès e Greta enfatizaram a importância da educação e do preparo dos profissionais

para lidar com essas situações, enquanto Alice e Adélia destacaram a educação familiar como um fator essencial para a prevenção de casos de aborto.

As participantes foram questionadas sobre se Jane, a narradora, ou a pessoa que forneceu o abortivo deveriam ser presas. A resposta foi unânime: todas concordaram que a pessoa que forneceu o medicamento deveria ser responsabilizada, mas Jane não. Para elas, Jane precisava de apoio, acolhimento e não de julgamento.

Agnès: (...) Já a Jane, acredito que não deveria ser presa. Ela precisa ser acolhida. Dá para perceber que ela estava em um estado de extrema fragilidade e vulnerabilidade, agindo de forma impensada, tentando salvar sua própria vida ou lidar com uma situação difícil. As circunstâncias da vida dela mostram que ela não estava completamente ciente do que fazia, então não acho justo que ela seja tratada como uma criminosa comum.

Por fim, havia um espaço aberto para trazer algum tópico que não tinha sido comentado ou se as participantes gostariam de reforçar alguma ideia. Nesse momento Greta disse como era importante debater aqueles assuntos e criticou o que considerava uma banalização do aborto em discursos feministas e reforçou a importância do acesso a métodos contraceptivos. Alice compartilhou sua escolha pessoal de não ter filhos e ressaltou a necessidade de respeitar as decisões individuais. Já Agnès trouxe a questão da legalização do aborto sob a perspectiva da desigualdade social, apontando como essa realidade afeta de maneira diferentes ricas e pobres:

Agnès: Então, de qualquer forma, acho que essa questão da legalização do aborto visa mais, na verdade, dar pras mulheres de condição financeira mais baixa a mesma oportunidade que as mulheres de condição financeira alta têm, que é de, se quiser, abortar. O que eu acho um absurdo, na verdade, é querer achar que exista esse direito, né. Mas eu acredito que não, que você não tem direito de tirar a vida de outra pessoa, a não ser que você esteja realmente defendendo a sua vida. Se realmente é ela ou você, aí você pode pensar num direito de legítima defesa. Mas por conveniência, qualquer que seja, eu não acredito nesse direito.

Dessa maneira, o primeiro experimento foi marcado pela predominância de uma abordagem moral e individual sobre o tema, em detrimento de uma perspectiva coletiva. Ainda que tenham sido levantadas questões de caráter social, como a violência contra a mulher e a vulnerabilidade desse grupo, a centralidade do debate permaneceu no feto, resultando, de certa forma, na invisibilização dessa pessoa que gesta e de sua autonomia. Uma análise mais detalhada dessas questões será realizada posteriormente. No momento, prosseguimos com a apresentação dos principais destaques dos grupos realizados, avançando para o grupo batizado de “Arruda”.

4.2. GRUPO FOCAL ARRUDA

No dia seguinte, 20 de novembro, realizamos o segundo grupo focal, chamado aqui de “Arruda”. Nesse caso, o grupo foi formado por mulheres que se identificavam como favoráveis à descriminalização do aborto. No dia da realização do grupo, das quatro confirmadas, três comparecem. A seguir, apresentamos as suas trajetórias resumidas.

Quadro 2: Trajetórias resumidas das entrevistadas - Grupo Arruda

Nome	Trajetória
Carolina	Carolina tem 31 anos, mora no Paraná, é publicitária, umbandista e tem pós-graduação completa. Solteira e com renda superior a quatro salários mínimos, defende a legalização do aborto em qualquer circunstância, considerando a decisão um direito individual de cada mulher. Aos 29 anos, optou por uma laqueadura.
Conceição	Conceição tem 32 anos, mora no Paraná, é designer, atea e tem pós-graduação completa. É casada e com renda superior a quatro salários mínimos. Defende que a decisão sobre o aborto deve ser individual, cabendo a cada mulher decidir.
Virginia	Virginia tem 30 anos, mora no Paraná, é analista de atendimento ao cliente, agnóstica e possui ensino superior completo. Solteira e com renda entre dois e três salários mínimos, defende que o aborto não deve ser criminalizado e que a maternidade deve ser uma escolha.

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A duração total do grupo foi de aproximadamente uma hora e meia. Em relação à participação, Carolina foi a integrante que mais se manifestou, correspondendo a cerca de 51% do tempo de fala durante a reunião. Em seguida, Conceição contribuiu com 23%, enquanto Virginia representou 15% das falas. Os 11% restantes foram ocupados pela moderadora.

O grupo era bastante homogêneo, especialmente no que se refere às características das participantes, à faixa etária e ao perfil. A moderadora iniciou a reunião com a pergunta quebra-gelo e, diferentemente do grupo anterior, as respostas foram mais variadas, não se concentrando imediatamente na questão do aborto. A única exceção foi Conceição, que mencionou o livro "Estela Sem Deus", de Jefferson Tenório, que aborda temas como aborto e a realidade de mulheres periféricas. Além disso, ela trouxe outras duas indicações relacionadas ao tema: "Solitária", de Eliana Alves, e "O Conto da Aia", de Margaret Atwood. O interessante é que suas indicações não se restringiam ao aborto, mas também abordavam questões que o atravessam, como classe social e maternidade compulsória.

Conceição: Eu lembrei de um outro livro que também vai falar em determinado momento sobre o aborto, que é o nome é “Solitária” da Eliana... Acho que é Eliana Alves, mas eu não tenho certeza do sobrenome dela. Que também vai ressaltar muito essa questão de classe, de duas mulheres de classe diferente. E a questão do aborto, é o próprio “Conto de Aia”, né? Que também vai tratar sobre a maternidade geral forçada e a questão do aborto.

A moderadora então apresentou as duas primeiras histórias para discussão. Carolina iniciou sua fala compartilhando uma experiência pessoal que se relacionava com a história do primeiro áudio e, mais adiante, também com a do segundo. Ela começou dizendo: *"Infelizmente, eu fui parte da mesma estatística que essa moça do primeiro áudio"* e narrou um episódio de violência que sofreu.

Na mesma fala, Carolina compartilhou sua experiência com a maternidade compulsória, relacionando-a à responsabilidade que assumiu com sua irmã. Para ela, é cruel trazer uma vida ao mundo sem considerar a responsabilidade de cuidar, amar e oferecer o necessário para o bem-estar da criança. Por isso, sempre questionou a ideia de ter filhos apenas por pressão social. Relatou que fez laqueadura aos 29 anos e que frequentemente ouve perguntas sobre quem cuidará dela na velhice, mas rejeita a visão de filhos como um "consórcio". Para Carolina, a maternidade é um compromisso para toda a vida e exige consciência e clareza.

Carolina: eu acho muito cruel, né, tipo, eu sempre questiono quando as pessoas falam, “mas você não vai ter filhos?”, porque eu fiz laqueadura, eu sou laqueada e eu não tinha nem 30 anos quando eu fiz, né, eu tô com 31, fiz com 29, e sempre quando (perguntam) “mas você não quer ter filho, quem vai cuidar de você na velhice?” Desculpa, mas pra mim filho não é consórcio. Você tá presa àquela pessoa pro resto da sua vida, é uma decisão que tem que ser muito consciente, muito clara, porque você não pode simplesmente se descartar de um filho, é pra vida inteira (...) eu acabo sendo muito empática quando se trata da questão do aborto, e sempre fui muito pró por questões assim, sabe, eu prefiro que não tenha do que pôr no mundo e sofra, sabe, porque não é só uma pessoa que vai sofrer, a criança também sofre, a mãe também sofre, a família também sofre, todos os envolvidos sofrem.

Seguindo a discussão, as demais participantes demonstraram apoio a Carolina, sendo empáticas à história narrada por ela. Em relação às histórias, Conceição destacou a importância de considerar o aborto também dentro do planejamento familiar e compartilhou sua experiência com a adoção, sendo uma pessoa adotada, refletindo sobre o direito de escolha das mulheres e questionando o argumento de "entregar para adoção" como uma alternativa simples.

Virgínia comentou sobre a recorrência das histórias de violência contra mulheres e como essa realidade é constantemente presente: *"É muito triste isso ser tão familiar, assim, em todas as"*

histórias compartilhadas. É sempre: ‘Ah, putz, eu entendo’ ou ‘eu conheço alguém muito próximo que me contou’”, observou.

A discussão seguiu para a legalidade dos casos apresentados nos áudios. Carolina e Virginia argumentaram que ambos os casos deveriam ser tratados com empatia, independentemente da legalidade. Conceição reforçou a importância do acesso ao aborto como uma escolha da mulher, independentemente do contexto.

O terceiro áudio gerou discussões sobre a violência institucional e a falta de suporte para mulheres em situações vulneráveis. Carolina e Conceição compartilharam experiências de amigas que passaram por abortos medicamentosos, destacando os riscos envolvidos e a clandestinidade do processo. Virginia comentou sobre a dificuldade de acesso ao medicamento e sobre o caráter obscuro desse percurso. Durante a conversa, mencionaram a existência e o papel de grupos no Facebook nesse processo. Comentaram também sobre o uso de palavras-chave específicas, como "remédio para dor de barriga", um conhecido eufemismo para fármacos abortivos.

Nessa discussão, ficou evidente que o grupo possuía um conhecimento sobre o assunto, sobretudo por meio de relatos e experiências pessoais, fossem com elas ou por acompanharem amigas. Esses relatos também estavam ligados à violência médica vivida pela protagonista da história narrada. A forma como profissionais de saúde lidam com essas situações foi um ponto de indignação geral entre as participantes. Para elas, a postura médica nesses casos é inadmissível. Aproveitando este ponto, é importante destacar que essa indignação foi uma constante nos três grupos focais realizados.

Conceição: “(...) eu tenho uma outra amiga que ela teve um aborto espontâneo, e ela queria muito, era uma gravidez planejada, e quando ela chegou pra fazer a curetagem, ela sofreu violência das enfermeiras, porque acharam que ela tinha feito, tentado esse aborto, e ela tava assim, sabe, ela tava muito vulnerável, porque era realmente uma gravidez, um relacionamento que ela planejou muito, e, então, eu vi esses dois lados, uma amiga que chega pra fazer uma curetagem e é maltratada, e uma amiga que tá morrendo em casa e não quer ir pro hospital. Não tem esse preparo.”

Elas discutiram o papel das instituições de saúde na prevenção de situações como as descritas. Carolina enfatizou a necessidade de empatia e instrução para profissionais de saúde, enquanto Conceição destacou a influência das crenças pessoais dos médicos e como isso afeta o modo que tratam mulheres em situação vulnerável. Virginia concordou com a necessidade de

capacitação e humanização no atendimento.

Quando a reunião se encaminhava para o fim, Conceição levantou uma discussão, endossada pelas demais participantes, sobre a disparidade de classe no acesso ao aborto seguro. Ela mencionou também o “saber popular”, como o uso de chás, e os riscos que mulheres enfrentam ao recorrer a métodos abortivos inseguros. O grupo também refletiu sobre a pressão social em torno da maternidade, discutindo como essa expectativa afeta as escolhas das mulheres e reforça desigualdades.

Agora, passamos para o último grupo realizado e o mais heterogêneo entre os três, o grupo “Babosa”.

4.3. GRUPO BABOSA

O grupo Babosa ocorreu no dia 21 de novembro de 2024 e teve uma duração de uma hora e dezessete minutos. Todas as participantes convidadas compareceram à reunião. Esse foi o grupo mais dispar dentre os realizados até então, com o objetivo de reunir diferentes opiniões, formando um grupo "misto". As participantes incluíam Patrícia, contrária à descriminalização; Sueli, favorável e, como descoberto durante a sessão, militante da causa; Zélia, também favorável à descriminalização; e Lélia, que inicialmente se identificou como neutra. Além disso, todas utilizaram seus nomes verdadeiros, e Lélia foi a única que manteve a câmera ligada durante toda a reunião.

Para sermos sinceras, esse era o grupo que gerava mais apreensão em relação à sua realização. O receio era de que, devido às opiniões divergentes, as participantes se sentissem desconfortáveis para participar e que a discussão não fluísse. No entanto, para nossa surpresa, o encontro foi bem-sucedido, ainda que não apresentasse o mesmo nível de entrosamento observado nos dois primeiros grupos. As participantes interagiram menos entre si e mantiveram a conversa mais centrada no formato pergunta-resposta, com maiores intervenções da mediadora, em busca de participação. No que diz respeito a esse tópico, Patrícia foi quem mais utilizou a palavra, correspondendo a aproximadamente 33% do tempo, seguida por Sueli (23%), Zélia (16%) e Lélia (14%). A moderadora contribuiu com 15% do tempo total de fala.

Quadro 3: Trajetórias resumidas das entrevistadas - Grupo Babosa

Nome	Trajetória
Zélia	Zélia tem 27 anos, mora no Paraná e foi professora, mas atualmente é estudante de Medicina Veterinária. Solteira, com renda entre um e dois salários mínimos, é católica e possui pós-graduação completa. Defende a legalização do aborto em qualquer circunstância, acreditando que a maternidade não deve ser compulsória.
Lélia	Lélia tem 52 anos, é dona de casa, casada e tem um filho de 17 anos. Ela é umbandista e evangélica, recebe entre um e dois salários mínimos e possui ensino médio completo. Em relação aos permissos legais, concorda com o aborto em caso de estupro e risco de vida, e parcialmente em casos de anencefalia. Ela acredita que a decisão deve ser avaliada caso a caso. Lélia afirmou não conhecer ninguém que tenha passado por um aborto.
Patricia	Patricia tem 35 anos, casada e mora no Paraná. É analista de atendimento, possui ensino superior completo e recebe entre 3 e 4 salários mínimos. É protestante e, dentre as demais participantes do grupo, era a que mais se posicionava contra a descriminalização e o aborto de maneira geral.
Sueli	Sueli tem 34 anos e mora em São Paulo. Está em uma relação estável e é residente em gestão pública, com renda entre 2 e 3 salários mínimos. Ela é católica e ativista pelo direito ao aborto, acreditando que a decisão é individual. Defendeu que o aborto é uma questão de saúde pública e que as mulheres não deveriam ser penalizadas por suas escolhas.

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A tabela abaixo apresenta o posicionamento com relação aos permissivos legais, bem como a opinião sobre descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação:

Tabela 2 - Posicionamento em relação ao aborto - Grupo Babosa

Participante	Casos permitidos por lei			Você acha que o direito ao aborto deveria ser ampliado, permitindo o aborto em qualquer caso, desde que realizado até a 12ª semana de gestação?
	Estupro	Risco de vida	Anencefalia	
Lélia	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Depende, acho que cada caso deve ser avaliado.
Patricia	Discordo parcialmente	Concordo parcialmente	Concordo parcialmente	Não, tenho receio de que se liberado as mulheres irão fazer abortos de forma irresponsável.
Sueli	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Sim, isso diz respeito a cada mulher e a decisão deve ser individual.
Zélia	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Sim, a maternidade não pode ser compulsória, uma mulher deve estar preparada para ser mãe.

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A moderadora iniciou a reunião perguntando as participantes sobre histórias marcantes de

livros, filmes ou séries. Zélia foi a primeira a se pronunciar e já estabeleceu uma relação com o tema central da discussão. Ela mencionou *doramas* asiáticos que tratam a gravidez como uma escolha da mulher, e como isso contrastava com a cultura brasileira. Em seguida, Patrícia falou sobre o livro "A Empregada", que aborda relacionamentos abusivos. Lélia compartilhou a história do filme "Milagre da Vida", que narra uma história de maternidade e religião. Por fim, Sueli mencionou o documentário francês "Nossos Corpos", que retrata a realidade de mulheres atendidas em um hospital público em Paris, destacando as diferenças no tratamento do aborto entre a França e o Brasil.

A moderadora apresentou as duas primeiras histórias para discussão. Zélia destacou as diferenças entre os casos abordados, apontando que um envolvia um crime hediondo e o outro, uma escolha pessoal. Ela afirmou que se tratavam de situações completamente distintas: no primeiro caso, além da violência sofrida, a ausência de apoio familiar tornaria a continuidade da gestação ainda mais difícil do ponto de vista psicológico. Já no segundo caso, apesar de a decisão ter sido tomada pelo casal, o fato de já terem dois filhos proporcionava um contexto mais estruturado. No entanto, Zélia enfatizou que isso não significava que a escolha deles estivesse errada. Sueli complementou, ressaltando as dificuldades práticas para a realização de um aborto legal no Brasil. Ela também destacou que esse cenário se torna ainda mais complicado devido ao contexto político e institucional atual e que discutiremos mais a frente.

Sueli: E existe uma dificuldade mesmo das equipes de saúde. De entenderem que é um direito da mulher. Que é um direito, inclusive, previsto em lei. E que eles têm o dever legal de prestar esse tipo de atendimento. Então, acho que a gente está num contexto histórico, muito difícil atualmente, tem todas essas ofensivas, vem agora essa PEC que está voltando, que vem desde o Eduardo Cunha, para a criminalização das permissões legais, inclusive nos casos de estupro, de serem realizados os abortos, então existe mesmo uma perseguição a essas mulheres que realizam abortamento mesmo pelas vias judiciais, pelas vias legais. Então, essa mulher acaba sendo revitimizada muitas vezes por algo que ela sofreu, e que ela deveria ter o direito de acessar.

Em seguida, Patrícia e Lélia expressaram suas opiniões, se posicionando como “a favor da vida”. Patrícia concordou com os pontos levantados por Sueli e Zélia sobre a falta de suporte estrutural na saúde e no cuidado. No caso de estupro, reconheceu a gravidade da situação e a ausência de culpa da vítima, mas argumentou que, com apoio psicológico e psiquiátrico adequado, seria possível levar a gestação adiante. Para ela, a adoção deveria ser considerada uma alternativa viável, especialmente porque muitas famílias desejam adotar, mas enfrentam um

processo burocrático complicado.

Sobre o segundo caso discutido, Patricia avaliou que a decisão do casal de interromper a gravidez pode ter sido precipitada, pois, apesar das dificuldades financeiras, já tinham dois filhos e poderiam ter encontrado formas de lidar com a chegada de um terceiro. Ela criticou a falta de soluções práticas para essas questões e afirmou que, muitas vezes, os debates sobre aborto ficam apenas no campo ideológico, sem mudanças concretas. Ela reforçou sua oposição ao aborto, exceto em casos de risco extremo para a vida da gestante ou inviabilidade fetal. Lélia, ao expressar sua posição, trouxe experiências pessoais para sustentar sua visão, reforçando a importância de alternativas ao aborto e da valorização da vida desde a concepção.

Zélia argumentou que, em muitos casos, as pessoas desistem do aborto após receberem acompanhamento psicológico, mas destacou que o suporte deve ir além disso. Para ela, é essencial que haja também assistência financeira e políticas públicas que garantam condições adequadas para a criação da criança. Ela menciona o exemplo do bolsa família e a importância de garantir boas escolas públicas, para que os pais não precisem se preocupar com o custo da educação.

As participantes debateram se os casos apresentados nos áudios eram extremos ou comuns. Patricia compartilhou uma experiência pessoal de estupro dentro de sua família, onde a gravidez foi levada adiante, reforçando a importância do apoio psicológico e familiar nessa decisão. Apesar de sua posição contrária ao aborto, reconheceu que nem todas as mulheres contam com esse suporte e que enfrentar uma gestação resultante de estupro é um desafio emocional intenso.

Zélia, ex-professora, relatou sua experiência ao ouvir histórias frequentes de abuso entre alunas. Para ela, o problema está muito presente no cotidiano, mas os abusadores permanecem invisíveis, pois pouco se discute sobre eles. O grupo refletiu sobre a recorrência da violência e a necessidade de um olhar mais atento para as vítimas e para os contextos, muitas vezes familiares, em que esses abusos ocorrem.

Zélia: Eu não acredito que esteja distante da nossa realidade, porque se você tiver no meio, se você conviver com crianças, adolescentes, mulheres, conversar, querendo ou não, a gente conhece muita mulher abusada, mas a gente conhece pouco abusador. Eu não sei se vocês já escutaram isso. É porque não se fala disso.

Sueli, que durante a reunião se identificou como uma ativista da causa, enfatizou a

necessidade de compreender a realidade das mulheres no Brasil, especialmente aquelas sem acesso à licença-maternidade, o que agrava o peso financeiro de ter mais filhos. Para ela, a mulher deve ter o direito de decidir sobre a continuidade ou não de uma gestação, especialmente em casos de estupro, onde a gravidez pode representar um trauma contínuo para a saúde mental.

Ela argumentou que a defesa da vida não pode se restringir ao feto, mas deve incluir a vida da mulher, sua autonomia e a dor que carrega, muitas vezes sozinha, já que os homens não compartilham dessa experiência da mesma maneira. Sueli reforçou que é essencial garantir direitos e suporte para que as mulheres possam tomar decisões informadas e seguras sobre suas próprias vidas.

Sueli: Então, quando a gente fala sobre essa questão de que basta um planejamento financeiro, a gente está esquecendo também desse planejamento de vida dessa mulher, né? Que acaba tendo que ficar ausente do trabalho produtivo que ela escolheu. A gente pode até falar de uma ampliação dessa licença-maternidade, do aumento desse valor da licença-maternidade. Mas ela, de fato, está longe do mercado de trabalho. Ela está longe daquilo que, às vezes, ela escolhe enquanto trabalho produtivo. Tem aí que ficar sobre esse trabalho de cuidado que vai recair sobre ela. Que seja de amamentar, que seja cuidar de seus filhos. Nem muito uma rede de apoio. Não tem seus familiares próximos. E muitas vezes, esses familiares estão exercendo trabalhos produtivos também. Então, não podem auxiliar essa mulher nesse trabalho? A gente ainda tem esse sistema patriarcal, né? Que muitas vezes os homens nem trocam uma fralda. Não fazem comida, nem sabem o que seus filhos comem. Então, acaba sendo muito utópico. A gente falar que basta um planejamento para esse casal, né? E a gente sabe também da informalidade que a população brasileira vive. Muitas pessoas, muitas mulheres não têm acesso à licença-maternidade. Então, de duas para três crianças, é sim um peso financeiro muito grande. E a mulher tem direito a decidir se ela quer ter uma gestação de nove meses ou não.

O terceiro áudio, com a história de Jane, que recorreu a um aborto clandestino foi apresentado. Ele gerou discussões sobre a violência institucional e a falta de apoio às mulheres em situações vulneráveis. Patricia e Zélia enfatizaram as diversas formas de violência que Jane sofreu: do parceiro, da polícia, dos médicos e da sociedade como um todo. Zélia destacou que, se Jane fosse uma mulher rica, dificilmente teria sido algemada na cama do hospital. Para ela, o desespero de Jane também reflete a ineficácia da polícia, que não protege mulheres de agressores reincidentes.

Sueli, por sua vez, criticou o poder que médicos e policiais exercem sobre os corpos das mulheres e a desigualdade de tratamento nesses casos. Houve consenso entre as participantes de que a abordagem da polícia e dos profissionais de saúde foi desproporcional e desumana. Todas concordaram que o sistema de saúde falha em oferecer suporte jurídico e psicológico às

mulheres, agravando ainda mais a vulnerabilidade de quem busca atendimento.

Quando questionadas sobre o aborto medicamentoso, Sueli explicou sobre o uso do misoprostol e da mifepristona, ressaltando as dificuldades de acesso a esses medicamentos no Brasil. Patricia complementou a explicação ao mencionar o limite de semanas para que o aborto medicamentoso ocorra de forma segura. Por outro lado, Lélia e Patricia admitiram não ter conhecimento sobre o tema.

Diante da pergunta sobre possíveis punições legais aos envolvidos na história, todas as participantes concordaram que a mulher não deveria ser presa. No entanto, com exceção de Sueli, as demais acreditavam que a pessoa que vendeu o medicamento deveria ser investigada.

Um ponto interessante foi que, mesmo Patricia, que se posicionou como a mais contrária ao aborto ao longo da sessão, reforçou que abrir um processo contra Jane apenas aumentaria sua revitimização, já que ela já estava em uma situação de extrema vulnerabilidade. Essa percepção foi compartilhada também nos outros grupos focais, indicando um consenso sobre a necessidade de evitar mais punições para mulheres que recorrem ao aborto.

Após a síntese geral da experiência com os grupos focais, passaremos agora à apresentação e discussão dos resultados obtidos por meio da codificação baseada em dados e na codificação baseada em conceitos. As trajetórias resumidas das entrevistas apresentadas nesta seção já fazem parte da análise narrativa baseada em dados. No entanto, exploraremos mais a fundo os achados obtidos por meio das duas codificações realizadas. Para retomar e diferenciar esses dois processos, vale destacar que, na primeira, codificação baseada em dados, seguimos cinco etapas: resumo dos principais argumentos (material indexado), mapeamento de elementos não verbais (material não-indexado), síntese da trajetória das participantes, análise dos tópicos abordados e comparação contrastiva das narrativas. Já na segunda codificação, o processo é guiado por conceitos analisados no Capítulo 2 desta dissertação: narração, reconhecimento, redistribuição e representação²⁶.

²⁶ Ressaltamos que as planilhas de codificação não serão apresentadas aqui, mas podem ser acessadas através do link <<https://bit.ly/4hLnzr3>>, também disponível no Apêndice 3. Assim, a análise que segue é baseada nos achados obtidos a partir dessas codificações.

5. APRESENTANDO E CONHECENDO HISTÓRIAS: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

“É um tema que faz a gente pensar e refletir, né?”
Fala de uma das participantes do grupo focal

Nesta seção, partimos para a apresentação e análise dos resultados encontrados durante a investigação. Além disso, buscaremos aqui verificar como os objetivos geral e específicos podem ser respondidos. Para isso, começamos apresentando os resultados obtidos com a codificação baseada em dados, ou seja, com aquilo que estava presente ou que pode ser inferido com as falas das participantes e seus perfis.

5.1. OUVIR E SER OUVIDA: CODIFICAÇÃO BASEADA EM DADOS

Este tópico busca responder dois objetivos específicos da pesquisa em tela. o primeiro, de *mapear os apelos argumentativos empregados pelas participantes para sustentar seus argumentos* e o segundo, *examinar se há a presença de desinformação nas justificativas das opiniões, principalmente no que concerne ao aborto medicamentoso*. Para responder a essas questões, apresentamos a seguir os quadros que correspondem à etapa de análise do conhecimento, integrada à fase de codificação dos dados. A apresentação desses quadros nos ajuda a identificar os apelos argumentativos utilizados, que serão discutidos posteriormente com base nos elementos encontrados na análise do material indexado e não indexado.

Quadro 4: Análise do Conhecimento

Etapa - Análise do Conhecimento		
GF	Nome	Análise do Conhecimento
Erva-doce	Agnés	<ul style="list-style-type: none"> • Embora entenda a permissão legal para o aborto em casos de estupro, considera moralmente condenável tanto quanto outros casos de aborto. • Acredita que a vida começa na concepção. • Criticou o feminismo contemporâneo por centrar-se na defesa do aborto como um direito da mulher, o que ela não considera válido. • Defende que a sociedade deve investir em educação para prevenir casos de aborto e melhorar o atendimento às mulheres em situações

		<p>de vulnerabilidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Acredita que a pessoa que vende medicamentos abortivos deve ser punida, mas que a mulher que aborta precisa de acolhimento.
	Adélia	<ul style="list-style-type: none"> ● Concorda parcialmente com o aborto em algumas circunstâncias específicas, como estupro, risco de vida da mãe e anencefalia, mas não apoia sua legalização irrestrita. ● Teme que a legalização do aborto resulte em sua prática de forma irresponsável, sem a devida reflexão sobre as consequências. ● Defende a importância da educação como ferramenta para a prevenção de gravidezes indesejadas e para a conscientização sobre os impactos do aborto. ● Acredita que a pessoa que vende medicamentos abortivos deve ser punida, mas que a mulher que aborta precisa de acolhimento.
	Alice	<ul style="list-style-type: none"> ● É totalmente contra o aborto, independentemente das circunstâncias, acreditando que a vida deve ser preservada desde a concepção. ● Considera a adoção a melhor alternativa para quem não pode ou não deseja criar uma criança, enfatizando que sempre há outra opção. ● Tem receio de que a legalização do aborto leve as mulheres a tomarem decisões impulsivas ou irresponsáveis, sem considerar todas as consequências. ● Acredita que dificuldades e desafios podem ser superados com união, apoio familiar e fé. ● Acredita que a pessoa que vende medicamentos abortivos deve ser punida, mas que a mulher que aborta precisa de acolhimento.
	Greta	<ul style="list-style-type: none"> ● Concorda totalmente com o aborto nos casos de estupro e risco à vida da mulher, considerando essas situações excepcionais. Não tem uma opinião definida sobre casos de anencefalia, mantendo-se neutra nesse aspecto. ● É contra a ampliação do direito ao aborto, pois teme que isso incentive a realização do procedimento de forma irresponsável. ● Defende que o aborto não deve ser tratado de forma leviana, pois considera a decisão complexa e com implicações morais importantes. ● Tem uma postura crítica em relação ao feminismo, questionando algumas de suas pautas e posicionamentos. ● Acredita que a pessoa que vende medicamentos abortivos deve ser punida, mas que a mulher que aborta precisa de acolhimento.
Arruda	Carolina	<ul style="list-style-type: none"> ● É favorável à descriminalização do aborto em qualquer situação. ● Conhece alguém que já tenha realizado um aborto. ● Se identificou com todas as narrativas apresentadas e compartilhou histórias pessoais em todos os exemplos. ● Utilizou humor em algumas situações. ● Tem conhecimento sobre o aborto medicamentoso e acompanhou uma amiga que realizou o procedimento em casa.
	Conceição	<ul style="list-style-type: none"> ● É favorável à descriminalização do aborto em qualquer situação.

		<ul style="list-style-type: none"> ● Conhece alguém que já tenha realizado um aborto. ● Se relacionou com as histórias apresentadas e trouxe experiências pessoais para sustentar suas opiniões. ● Destacou a questão da classe nas discussões e no acesso ao abortamento seguro ● Trouxe exemplos da literatura e do audiovisual para embasar opiniões.
	Virginia	<ul style="list-style-type: none"> ● É favorável à descriminalização do aborto em qualquer situação. ● Não sabe se conhece alguém que já tenha realizado um aborto ● Defende que não deveria haver um julgamento moral em relação ao aborto
Babosa	Zélia	<ul style="list-style-type: none"> ● É favorável à descriminalização do aborto em qualquer situação. ● Comparou a realidade do Brasil com a de outros países no que diz respeito ao tratamento do tema ● Conhece alguém que já tenha realizado um aborto ● Se indignou com alguns dos áudios e situações tratadas ● Conhece sobre o aborto medicamento, trazendo informação de limite gestacional também ● É crítica ao SUS e sugeriu que a educação e campanhas governamentais são essenciais para reduzir casos de gravidez indesejada
	Lélia	<ul style="list-style-type: none"> ● É neutra em relação à descriminalização do aborto, acreditando que cada caso deve ser analisado individualmente. ● Compartilhou sua história pessoal sobre adoção. ● Não conhece ninguém que tenha realizado um aborto e também não tem informações sobre o aborto medicamentoso. ● Destaca a importância da educação e informação sobre o tema.
	Patricia	<ul style="list-style-type: none"> ● Discorda do aborto em casos de estupro, mas concorda parcialmente em casos de risco à vida e anencefalia. ● É contra a descriminalização, pois tem receio de que, se liberado, as mulheres possam fazer abortos de forma irresponsável. Apesar disso, na discussão foi contra que a mulher fosse presa, defendendo um acolhimento da mesma. ● Compartilhou uma experiência pessoal de um caso de estupro em sua família, onde a vítima optou por ter o filho com o apoio familiar. ● Acredita que a questão financeira não deveria ser um empecilho para ter filhos e que o apoio psicológico é fundamental em decisões sobre aborto. ● Destacou a necessidade de mais informações e suporte governamental para mulheres, incluindo educação sexual nas escolas.
	Sueli	<ul style="list-style-type: none"> ● É favorável a descriminalização do aborto em qualquer situação ● Comparou a realidade do Brasil com a de outros países no que diz respeito ao tratamento do tema

		<ul style="list-style-type: none"> ● A justificativa era mais "racional" trazendo dados e pesquisas ● Conhece alguém que já tenha realizado um aborto ● Conhecia sobre o aborto medicamento ● Defende que o aborto é uma questão de saúde pública no Brasil, pois as mulheres continuam a realizá-lo, muitas vezes em condições inseguras. ● Sugere que a educação sexual poderia reduzir a necessidade de abortos, ao proporcionar melhor informação e opções contraceptivas.
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Com base nos dados apresentados e nos resultados obtidos durante a análise do material indexado e não-indexado (Apêndice 3), é possível destacar algumas conclusões. As justificativas mais frequentes abordaram o uso da narrativa própria ou de terceiros, questões morais envolvendo a distinção entre certo e errado, preocupações com a saúde física e mental, receios quanto à possibilidade de abortos recorrentes e críticas ao SUS, além de críticas às instituições médicas e policiais.

A desinformação identificada não estava relacionada ao uso de medicamentos abortivos, mas a outros tópicos, como as consequências físicas e psicológicas do aborto, os motivos que levam alguém a optar por esse procedimento e a dúvida sobre o dever médico de denunciar casos de aborto. Além disso, especialmente durante a discussão da terceira história, observou-se uma defesa consistente do acolhimento à mulher, em contraposição à sua punição.

Por fim, surgiram argumentos com um viés de proposição de soluções, como o do planejamento familiar, a promoção de métodos contraceptivos e a adoção como alternativa. A seguir, discutiremos esses achados.

“Muito triste, muito sufocante ouvir essa história”: o que está presente na discussão?

Em uma troca argumentativa, é esperado que as participantes defendam suas posições. Nos grupos focais realizados, foi possível observar a presença e a força de algumas justificativas. Conforme discutido ao longo deste trabalho, foi comum que as participantes recorressem a narrativas (próprias ou de terceiros), que dialogavam com o tema em debate, reforçando assim suas ideias e posicionamentos.

Embora as narrativas tenham surgido nos três grupos, elas foram mais frequentes no

Grupo Focal Arruda. Esse grupo era composto por participantes que, apesar de não se identificarem abertamente como feministas, demonstravam maior alinhamento com essa perspectiva. Nesse contexto, o uso das histórias seguia a estratégia feminista de compartilhamento, considerada um “poderoso mecanismo de convencimento do feminismo” (Belin, 2024, p. 54). Em outras palavras, contar histórias é um recurso discursivo e uma estratégia feminista tanto para convencer quanto para gerar aproximação.

Para exemplificar essa questão, Conceição relaciona sua argumentação a dois outros pontos de justificativa: a saúde física e psicológica das mulheres e o tratamento oferecido pelas instituições. Ela destaca a ausência de suporte psicológico como um problema grave nesses casos, ressaltando que muitas mulheres que passam por abortos, sejam espontâneos ou induzidos, já estão emocionalmente fragilizadas.

Nesse contexto, Conceição compartilha experiências de amigas próximas que enfrentaram diferentes situações. Uma delas sofreu uma hemorragia grave após tomar um medicamento clandestino, mas evitou procurar ajuda por medo de represálias médicas. Outra teve um aborto espontâneo e foi tratada com hostilidade no hospital, sendo julgada como se tivesse tentado interromper a gravidez de forma intencional. Para Conceição, esses relatos jogam luz em um sistema despreparado para acolher essas mulheres, deixando-as sem alternativas seguras e dignas:

Sem contar a falta de suporte psicológico, né, tanto no caso de uma mulher que chega numa situação dessa, é, ver se foi algo que foi forçado a ela, por que que ela tá nessa situação, como tá a cabeça dela, às vezes uma pessoa que já tá, uma mulher que já tá com uma depressão, já é uma mulher que nem, sabe, ela tá precisando desse suporte psicológico, além do suporte médico. Até porque mulheres que fazem aborto em casa com medicação, muitas vezes, ou elas sangram em casa e morrem em casa. Eu tenho uma amiga que ela tomou um remédio também clandestino, e ela começou a ter uma hemorragia, ela ficou com hemorragia por três dias, com um sangramento absurdo, e não queria ir pro hospital, porque ela sabia o que ia acontecer se ela fosse pro hospital. Então, a gente fica nessa rede de, tipo, “meu Deus, ela tá tendo uma hemorragia, e aí, vamos tentar conversar com uma enfermeira? O que que a gente faz?”. Porque é a primeira coisa que vai acontecer com uma mulher chegando com uma hemorragia é, ai, tentou um aborto. (...) Eu tenho uma outra amiga que ela teve um aborto espontâneo, e ela queria muito, era uma gravidez planejada, e quando ela chegou pra fazer a curetagem, ela sofreu violência das enfermeiras, porque acharam que ela tinha feito, tentado esse aborto, e ela tava assim, sabe, ela tava muito vulnerável, porque era realmente uma gravidez, um relacionamento que ela planejou muito, e, então, **eu vi esses dois lados, uma amiga que chega pra fazer uma curetagem e é maltratada, e uma amiga que tá morrendo em casa e não quer ir pro hospital. Não tem esse preparo.** (Conceição, GF Arruda)

As críticas ao Sistema Único de Saúde (SUS) apareceram em diversas ocasiões,

geralmente relacionadas à falta de assistência médica e, em alguns casos, evoluindo para questionamentos mais estruturais. No GF Babosa, por exemplo, essas críticas surgiram a partir de diferentes tópicos, como a dificuldade no acesso a métodos contraceptivos variados, a necessidade de um atendimento mais humanizado e, em certos momentos, questões mais genéricas, como as longas filas de espera para determinados tratamentos.

No segundo caso, a gente sabe que métodos anticoncepcionais são falhos. Mas como ela já tem dois filhos, a laqueadura, a vasectomia, tem um acesso maior a essas ajudas de não ter esses acidentes, caso a pessoa não queira mais ter filho, o SUS ainda é muito falho em campanhas de conscientização, em distribuição de formas anticoncepcionais diferentes. Não só o DIU e a pílula. Hoje em dia, a gente tem os implantes que duram dois anos, que são mais seguros. **Mas, infelizmente, a saúde no Brasil ainda é bem limitada.** (Zélia, GF Babosa)

No Brasil, muita coisa ainda é falha. A gente vê que todas essas esferas são muito violentas com a mulher. E eu acredito muito que nos hospitais deveriam... deveria ter um advogado, deveria ter um psicólogo, alguém ali para explicar para o médico, explicar para o paciente o que vai acontecer depois dali. **Mas, infelizmente, no Brasil, “malemar” tem médico, né?** (Zélia, GF Babosa)

É um relato bastante triste sobre a qualidade do atendimento do SUS e a competência da nossa política... política. (Agnès, GF Erva-doce)

É importante apontar as falhas do sistema de saúde, especialmente no que se refere ao atendimento de mulheres em situação de abortamento, que enfrentam inúmeros obstáculos. No entanto, em alguns momentos, a discussão recaía sobre críticas generalistas que, como se observou nos últimos anos no país, acabam por reforçar um discurso que favorece o desmonte da saúde pública. Embora o SUS apresente deficiências, a complexidade da questão exige uma análise mais aprofundada, que considere os aspectos estruturais e os fatores morais que influenciam as decisões médicas e os interesses econômicos que veem na precarização da saúde pública uma oportunidade para a expansão de modelos neoliberais (Agostini; Castro, 2019).

Ainda assim, não se trata aqui de uma defesa irrestrita do SUS, mas de questionar argumentos que se baseiam em críticas superficiais. É preciso refletir: a quem interessa a difusão desse tipo de discurso? Mais do que isso, por que, ao discutir o acesso ao aborto seguro, muitas vezes a crítica se limita a uma visão simplista sobre a qualidade do SUS, sem considerar os múltiplos fatores envolvidos?

Outro ponto presente nas justificativas—principalmente entre as participantes contrárias à ampliação do direito ao aborto—é o “medo” de que, caso seja descriminalizado, ele se torne uma

prática recorrente. Essa questão será discutida mais adiante, no tópico dedicado às desinformações que envolvem o tema. Da mesma forma, as críticas à maneira como as mulheres são tratadas pela polícia serão abordadas posteriormente, no segmento reservado à análise desse atendimento.

“Sentir culpa pelo que fez” : articulação da desinformação

Um dos objetivos específicos deste estudo era examinar a presença de desinformação nas justificativas das opiniões, especialmente aquelas relacionadas ao aborto medicamentoso. Durante a realização dos grupos focais, foi observado, no entanto, que não houve desinformação específica sobre esse tema. Na prática, as participantes que tinham pouco conhecimento sobre o assunto optaram por se abster da discussão, enquanto aquelas mais informadas compartilharam o que sabiam, mencionando nomes de medicamentos e detalhes sobre o procedimento.

Sim. Eu conheço, o misoprostol e a mifepristona, que, infelizmente, não está, não existe, né, no Brasil, porque o misoprostol, ele é usado, em alguns casos, inclusive, para indução de partos, né, ele é um ótimo medicamento para indução de partos desejados, assim, colocando, né, mas é um medicamento que fica trancado a sete chaves. Então, até quando é necessário no hospital, para essa indução, para facilitar um parto da mulher, os médicos têm dificuldade de ter acesso, porque você tem que assinar um monte de protocolo para poder ter acesso a esse medicamento. Então, não, é algo muito dificultado e a mifepristona nem está disponível, né, no Brasil, mas está disponível em outros países e é o medicamento que é mais recomendado pela OMS, inclusive. (Sueli, GF Babosa)

Eu já ouvi falar da possibilidade de se abortar com um remédio que era para tratar outra coisa, e se descobriu que era abortivo, e sei que esse remédio é proibido na comercialização no Brasil, mas que as pessoas conseguem no Paraguai com uma certa facilidade. Eu não sei qual é o nome desse remédio, mas eu sei que ele existe e que não é difícil obtê-lo, embora seja proibida a comercialização no Brasil. (Agnès, GF Erva-doce)

Eu conheço aborto medicamentoso, assim como a Conceição, eu acompanhei uma amiga que usou Citotec. (...) quando ela descobriu da gravidez, ela chegou pra gente, mencionou o que tava acontecendo, e uma das nossas amigas foi atrás do medicamento, né, conseguiu o medicamento, essa amiga tomou o medicamento, e a gente ficou com ela, no apartamento dela, por alguns dias, porque ela também teve muitos sintomas. Ela teve sangramento intenso, ela teve muito vômito, ela não conseguia se alimentar, não conseguia andar direito, porque tava muito mal, então a gente teve que acompanhar ela por alguns dias, né, e fazer revezamento de quem ia ficar cuidando dela, porque se desse alguma merda, a gente ia ter que correr com ela pro hospital (...). (Carolina, GF Arruda)

Conforme demonstrado em alguns dos relatos anteriores, as participantes compartilharam o que sabiam sobre o aborto medicamentoso, mas sem um aprofundamento significativo no tema.

As que possuíam mais conhecimento expuseram informações ou relataram experiências de pessoas próximas. Embora a presença de desinformação sobre o aborto medicamentoso não tenha sido evidente nos três grupos analisados—o que inicialmente era o foco —, verificou-se sua ocorrência em outros momentos da discussão. Nos grupos focais, a desinformação esteve mais presente em questões como os efeitos psicológicos do aborto, o sentimento de culpa associado à decisão de interromper uma gestação, os motivos que levam à sua realização e as implicações relacionadas à denúncia médica.

No que diz respeito às possíveis consequências psicológicas, algumas falas indicaram a crença de que a mulher que realiza um aborto inevitavelmente se sente culpada. Esse ponto foi destacado, por exemplo, por Patrícia (GF Babosa) em dois momentos: *“Porque eu acho que a questão do aborto não é só a questão de tirar uma vida, mas também a questão psicológica da pessoa, né?”*, e também:

Eu bato muito na tecla de ter uma estrutura psicológica, um acompanhamento de perto, tentar entender ela também, porque, igual a Lélia falou no início, né? Ela vai ter aquela questão do estupro que ela sofreu, mas também ela pode acabar levando a culpa do aborto que ela acabou fazendo, né? Então, ela pode, muitas vezes, ficar com a culpa das duas situações que aconteceu, sendo que o estupro, ela não tinha culpa, né? Ela não pediu para ser estuprada. Mas a questão do aborto, ela tem uma escolha. (Patrícia, GF Babosa)

No mesmo grupo focal, outra participante, Sueli, apresentou um contra-argumento a essa posição. No entanto, sem mencionar diretamente Patrícia, pois, conforme discutido em páginas anteriores, esse foi o grupo com menor interação direta entre as participantes.

Mas, assim, só para fechar, eu também acho importante falar sobre uma pesquisa que foi feita por uma pesquisadora dos Estados Unidos. Uma pesquisa muito ampla falando sobre saúde mental de mulheres que abortam. E essa pesquisadora descobriu que, as mulheres sentem alívio ao abortar. E não sentem culpa. A maioria delas, né? Isso tem que ser analisado caso a caso. Mas essa pesquisadora fez uma pesquisa de mais de 10 anos acompanhando essas mulheres que abortaram e mulheres que não conseguiram abortar, embora tivessem esse desejo. E o impacto na saúde mental das mulheres que não conseguiram abortar e tinham esse desejo foi muito maior do que daquelas que não conseguiram. Então, assim, a gente tem que repensar sobre toda essa estigmatização dessa mulher que realiza um aborto. Porque nem todas, e a maioria delas, não vai sentir culpa. Elas vão sentir alívio nesse processo. (Sueli, GF Babosa)

O estudo a que Sueli se refere é o apresentado no livro *“Gravidez Indesejada: The Turnaway Study”* da pesquisadora Diana Greene Foster (2024). A pesquisa longitudinal foi conduzida nos Estados Unidos por Foster e equipe, investigando os impactos de conceder ou

negar o acesso ao aborto em mulheres que buscaram o procedimento. O estudo acompanhou cerca de mil mulheres por cinco anos, comparando aquelas que conseguiram realizar o aborto com as que tiveram o procedimento garantido. Os resultados mostraram que a negação do aborto teve consequências significativas para a saúde física, mental e socioeconômica das mulheres, enquanto aquelas que puderam abortar não apresentaram piora na saúde mental e, em muitos casos, tiveram melhores condições financeiras e maior estabilidade a longo prazo (Foster, 2024, p. 35).

O argumento de que a realização de um aborto pode afetar negativamente a saúde mental da pessoa que o realiza é fortemente difundido e compartilhado. Por isso, torna-se essencial confrontá-lo com dados que apontam para conclusões opostas, garantindo que a discussão se baseie em informações científicas e não em moralidade ou crenças.

Outra questão recorrente nas discussões foi o receio de que a ampliação do direito ao aborto pudesse levar a casos recorrentes. Esse argumento, embora comum, não se sustenta empiricamente (Foster, 2024, p. 61). Na realidade, ele reflete mais a carga moral embutida no debate do que uma preocupação fundamentada em dados concretos. Essa linha apenas reforça os estigmas sobre a decisão de interromper uma gravidez, desconsiderando as múltiplas circunstâncias que levam uma mulher a recorrer ao procedimento e ignorando evidências que demonstram que a descriminalização não resulta em um aumento significativo de casos, mas sim em maior segurança e dignidade para aquelas que precisam recorrer a isso (Boueri, 2018).

Por fim, outra desinformação está relacionada à denúncia médica. Durante a realização dos grupos focais, e especialmente na apresentação da história de Jane, a insatisfação e o choque em relação ao comportamento dos profissionais de saúde foram recorrentes. No entanto, em alguns momentos, surgiram argumentos que mencionavam o suposto “dever médico de denunciar”. Na realidade, essa prática é ilegal e não deve ser endossada, uma vez que fere os princípios éticos da profissão e os direitos das pacientes.

Ainda neste ponto, o comportamento de médicos em relação ao aborto no Brasil merece destaque. Especialmente, no que se refere à postura de alguns profissionais com mulheres que buscam atendimento após um aborto. Em entrevista ao podcast “Aborto com Ciência”, o médico Jefferson Drezzet traz uma reflexão importante sobre o tema²⁷. Questionado sobre as denúncias

²⁷ ABORTO COM CIÊNCIA: Perspectivas médicas sobre o aborto. . [Locução de]: Carla Rizzotto e Taysa Schiocchet. Entrevistado: Jefferson Drezzet. Curitiba: SI, 20 mar. 2024. Podcast. Disponível em: <https://bit.ly/41SXBx6>. Acesso em: 9 mar. 2025.

médicas de mulheres que abortaram, ele explica que, segundo a Pesquisa Nacional sobre Aborto (PNA) de 2023, quase metade das mulheres que realizam abortos clandestinos acabam necessitando de atendimento emergencial. Além disso, Drezzet reforça que a denúncia dessas mulheres é ilegal e constitui uma violação do sigilo profissional, um dever ético e legal da categoria. No entanto, muitos profissionais ainda realizam essas denúncias devido a falhas na formação, o que tem resultado em processos éticos e judiciais contra médicos e instituições de saúde.

Há duas medidas que os médicos e as médicas estão obrigados a fazer: primeira delas, uma mulher que chega com uma gravidez indesejada, pretendendo interromper essa gestação, e não está dentro daqueles permissivos legais, não tem aquela permissão do Estado brasileiro, ela não deve ser colocada para fora do consultório. É dever ético, é dever legal do profissional de saúde, aqui neste caso médico e médica, acolher e respeitar a autonomia de decisão dessa mulher. Isso não é, não é nada absolutamente diferente do que eu entendo que vocês vão compreender com muita clareza. A autonomia, o sigilo, o respeito à decisão dessa mulher, há que ser respeitado pelo profissional de saúde, concorde ele ou não com a tomada de decisão dessa mulher. E acrescento, o código de ética profissional médico é muito claro que o médico não pode, em nenhuma circunstância, violar, impedir ou obstaculizar, de qualquer maneira, essa autonomia de decisão das mulheres.

28

E continua:

Segunda questão: o aborto é uma questão de saúde pública que mata uma mulher no mundo a cada 13 minutos. Uma mulher no mundo morre a cada 13 minutos por conta de aborto praticado em condições inseguras. A maioria dessas mulheres estão em países em desenvolvimento. A maioria dessas mulheres são pretas, são pobres, são indígenas, são com baixa escolaridade, são mulheres que estão em maior condição de vulnerabilidade. Quando uma mulher nessas circunstâncias senta a frente de um médico, ou de uma médica, é dever desse médico e dessa médica esclarecer todas as situações que estão envolvidas na prática do aborto nessa circunstância. É dever! Essas informações não são sigilosas. Essas informações estão disponibilizadas pelo Ministério da Saúde, pela Organização Mundial de Saúde, as condutas que levam as mulheres à morte, as condutas que evitam a morte dessas mulheres, não são condutas técnicas sigilosas que as pessoas não possam saber e não possam conhecer. Portanto, é dever do médico, sim, explicar todas as circunstâncias, para que as mulheres possam tomar as melhores decisões informadas. Isso não é ajudá-las a fazer o aborto, isso é ajudá-las a não morrer. E o papel de ajudá-las a não morrer, cabe ao médico, ainda que muita gente possa não gostar.²⁹

A partir dessa discussão, fica claro que a criminalização do aborto no Brasil não impede sua prática, mas empurra as mulheres para procedimentos clandestinos, muitas vezes inseguros. Além disso, a falta de acesso a informações seguras e a estigmatização dessas mulheres nos

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

serviços de saúde agravam os riscos. A violação do sigilo profissional por parte dos médicos, além de ser ilegal, pode desestimular mulheres a procurarem atendimento médico, aumentando as complicações de procedimentos “caseiros”. Assim, há uma desconexão entre a legislação restritiva e a realidade vivida pelas mulheres, reforçando a necessidade de um debate mais amplo sobre políticas públicas e direitos reprodutivos.

“É preciso acolher essa mulher”: entre o acolhimento e a penalização

Um dos objetivos desta pesquisa foi analisar o tratamento dado às pessoas que optam pelo aborto, especialmente nos casos que não se enquadram nos permissivos legais. A intenção era verificar, por meio da discussão das histórias apresentadas, qual seria a postura das participantes diante dessas situações. Essa abordagem segue a proposta de Diniz (2018), que defende a necessidade de retirar o debate do campo moral e tratá-lo a partir de perspectivas concretas.

Os resultados foram interessantes, uma vez que, de maneira unânime, as participantes concordaram que a criminalização não era a melhor solução. Essa posição ficou clara, sobretudo, durante a discussão do caso de Jane. No GF Arruda, ao serem questionadas sobre o tema, as participantes reagiram de forma espontânea, repetindo frases como “*não, não, não*” para reforçar a ideia de que a criminalização não era a alternativa mais adequada.

No GF Erva-doce, onde se esperava um posicionamento mais favorável à penalização, o consenso foi semelhante: a pessoa que aborta não deveria ser presa, mas sim acolhida. No entanto, surgiu um ponto de divergência em relação àquele que fornece o medicamento abortivo. Algumas participantes defenderam que essa pessoa deveria ser investigada e punida, pois estaria atuando como um traficante. Como exposto por Greta: *“Eu concordo que quem fornece o medicamento deve ser punido. Ele está, de toda forma, agindo como um traficante. Ele vende algo que sabe que é proibido e que pode causar consequências graves.”*. Essa mesma perspectiva foi compartilhada no GF Babosa, o grupo misto, onde três das quatro participantes defenderam que o fornecedor do medicamento deveria ser investigado.

É nesse ponto que essa pesquisa se soma a outras que trazem um resultado claro: a criminalização não é o caminho. Como Hoshino (2021, p. 92) apresenta, uma mesma interação “pode apresentar uma visão favorável ao direito de escolha sobre o aborto, favorável à descriminalização, mas que condena a prática em si”. Isso foi observado durante a realização dos

grupos, principalmente nos Erva-doce e Babosa. A discussão até aqui mostra a diversidade de posicionamentos em relação à criminalização do aborto. Embora haja consenso entre as participantes de que penalizar a pessoa que aborta não é a melhor solução, o debate permanece repleto de nuances. Além disso, o discurso sobre o tema muitas vezes apresenta ambiguidades, pois, ainda que defendam a descriminalização, algumas participantes mantêm julgamentos morais sobre a prática.

Essa complexidade pode revelar que, mesmo diante do reconhecimento da ineficácia da criminalização, persistem barreiras normativas e morais que dificultam avanços mais expressivos na discussão. Diante dessa aparente contradição—rejeitar a criminalização, mas, ao mesmo tempo, resistir a uma ampliação do direito ao aborto—surge a seguinte questão: quais propostas essas participantes sugerem? Esse ponto será abordado a seguir.

“se a gente falasse de educação sexual, a gente falaria muito menos de aborto”: entre o pessoal e o coletivo

Se a criminalização é considerada insuficiente, mas a descriminalização não é amplamente aceita, quais propostas surgiram durante a discussão? No GF Erva-Doce, um dos principais argumentos apresentados foi a possibilidade de manter a gravidez indesejada e, após o nascimento, encaminhar a criança para adoção. Essa perspectiva é abordada no início da Seção 4 desta pesquisa e também é contestada por uma participante do Grupo Arruda (que será apresentada mais à frente). No entanto, essa argumentação reforça normas culturais que estigmatizam o aborto e promovem a adoção como a alternativa preferencial, sem considerar plenamente a autonomia da mulher na tomada de decisão. Dessa forma, essa proposta mantém as barreiras morais e normativas que dificultam avanços na discussão sobre o direito ao aborto e reforça a ideia de que a gestação deve ser levada adiante a qualquer custo, colocando o foco do debate no feto, invisibilizando a mulher desse processo.

No estudo comentado em páginas anteriores, *Turnaway*, Foster (2024, p. 210) dedica uma seção específica para abordar essa questão. Ao entrevistar mulheres que tiveram o acesso ao aborto negado, perguntou a elas se consideravam entregar a criança para adoção. As respostas foram diversas, mas, em síntese, essa opção foi a menos escolhida. Isso porque essa não é uma decisão simples e, conforme aponta o estudo, aquelas que seguiram esse caminho apresentaram

os maiores índices de arrependimento e de emoções negativas em relação à gravidez entre todas as entrevistadas.

O planejamento familiar e o uso de métodos contraceptivos foram frequentemente mencionados em conjunto. No entanto, em alguns momentos, essa discussão assumiu um tom crítico, recaindo desproporcionalmente sobre as mulheres. A responsabilidade masculina foi amplamente negligenciada, enquanto a centralidade da mulher nesse processo foi reforçada. Esse viés aparece, por exemplo, na fala de Greta (GF Erva-Doce): *"Hoje, uma mulher engravida se ela quiser. Eu sou mulher. Se eu quiser engravidar, e minha saúde permitir, eu vou engravidar. E se eu não quiser, eu não vou."* Esse discurso atribui exclusivamente à mulher a responsabilidade pelo planejamento reprodutivo, ignorando fatores estruturais e a corresponsabilidade masculina.

A crítica também se manifestou de forma inversa. No GF Arruda, a história de Carolina exemplifica as dificuldades enfrentadas por mulheres que desejam realizar a laqueadura³⁰. Aos 29 anos, ela realizou o procedimento na rede privada, e mesmo buscando um método seguro, não ficou livre da violência simbólica:

"(...) não ter (...) crescido com o sentimento de querer ser mãe e ter ouvido muitas vezes questionamentos sobre: 'Nossa, você não quer ser mãe?'. Tanto que, quando fiz minha laqueadura, foi com um ginecologista homem, o que achei muito doido, porque todos os ginecologistas homens pelos quais passei antes haviam recusado realizar o procedimento. Então, este ano, troquei para uma ginecologista mulher, por questões que eu preferia tratar com uma mulher, e comentei sobre a laqueadura. Ela respondeu: 'Nem adianta eu te falar nada, né? Agora você já fez, não tem o que fazer.' E eu fiquei tipo: 'Ok, isso não cancela o fato de que ainda tenho outras questões para tratar, né?'"(Carolina, GF Arruda)

O relato de Carolina mostra tanto a dificuldade de acesso a métodos definitivos de contracepção, como os julgamentos sociais e profissionais impostos às mulheres que optam por não ser mães. Trata-se de uma contradição cotidiana: recomenda-se que as mulheres façam escolhas preventivas, mas, quando buscam efetivá-las, enfrentam barreiras institucionais e morais. Na prática, suas decisões são constantemente invalidadas. Tanto a escolha de não ser mãe quanto a de não ter mais filhos é frequentemente questionada, sob a suposição de que a mulher não refletiu o suficiente, que sua decisão não foi ponderada ou que inevitavelmente irá se arrepender. No entanto, essa ideia não se sustenta. As mulheres podem e devem ter autonomia

³⁰ Aprovada pelo Senado em agosto de 2022, a Lei 14.443/2022 entrou em vigor no início de março de 2023, reduzindo para 21 anos a idade mínima para a esterilização voluntária de homens e mulheres e eliminando a necessidade de consentimento do cônjuge para laqueadura e vasectomia (Borges, 2023).

para decidir sobre seus próprios corpos, sem que suas escolhas sejam deslegitimadas ou submetidas ao crivo de terceiros.

Apesar das divergências em outros aspectos, houve um consenso entre todos os grupos focais: a importância da educação sexual. Esse ponto foi defendido como um caminho para a prevenção e o acesso à informação de qualidade, como exemplificado na interação do GF Babosa:

Zélia: E eu acredito realmente que para melhorar esses casos seria só com campanhas e educação.

Sueli: Porque eu acho que se a gente falasse igual a Zélia estava falando, de educação sexual, a gentealaria muito menos de aborto. A gente poderia estar prevenindo, a gente poderia estar dando informação de qualidade para essas mulheres e meninas poderem optar por contraceptivos, poderem optar por aquilo que elas entendem que faz, que é melhor para os seus corpos. E principalmente a gente poder educar meninos, e que eles entendam a responsabilidade deles nesse lugar.

Patricia: A Zélia falou uma coisa também sobre a questão de ensinar, principalmente nas escolas, para poder, porque eu acredito que se tivesse esse tipo de assunto, sobre principalmente a educação sexual, a importância de se prevenir, cuidar para não ter doenças DST, o governo voltar com as campanhas igual tinha antigamente, para poder informar as pessoas, e as pessoas se informarem mais sobre esses assuntos, eu acho que iria diminuir bastante muitos casos que a gente acaba vendo aí no nosso dia a dia.

Essa perspectiva reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à educação sexual, garantindo que meninas e mulheres tenham acesso a informações e recursos para fazer escolhas conscientes sobre seus corpos. Além disso, destaca-se a importância de envolver os meninos e os homens nesse debate, promovendo a corresponsabilidade no planejamento reprodutivo e na prevenção. A educação sexual foi, por exemplo, parte de um dos principais motes da Argentina na campanha pela legalização do aborto³¹.

A seguir, partimos então para a etapa de interpretação da codificação baseada em conceitos.

5.2. DA OBSERVAÇÃO A TEORIA: CODIFICAÇÃO BASEADA EM CONCEITOS

5.2.1. O individual-coletivo: a dimensão pública das narrativas

³¹ O lema é: “Educação sexual para decidir, métodos anticoncepcionais para não abortar e aborto legal para não morrer”. Quase cinco anos depois dessa decisão histórica, o atual presidente do país, Javier Milei, impõe restrições orçamentárias que atingem diretamente a assistência médica e os processos de abortamento seguro. (AFP, 2025).

Neste subtópico, buscamos responder ao objetivo específico de *analisar como as narrativas atuam como um catalisador para discussões de maneira passiva, ou seja, como um recurso para a reflexão*. Para isso, utilizamos áudios que relatam histórias de pessoas que recorreram ao aborto e as implicações que as levaram a tomar essa decisão. Esses relatos funcionaram como uma força motriz para incentivar a discussão entre as participantes dos GF. Nesse contexto, observamos que as participantes se conectaram com as histórias de diversas formas, seja por meio da empatia, repúdio, tristeza ou indignação. O fato é que essas narrativas despertaram sentimentos e promoveram a reflexão. Foi no compartilhamento dessas histórias como gatilho para a reflexão que mulheres, que não se conheciam, se sentiram à vontade para compartilhar suas próprias experiências, com o intuito de validar os argumentos apresentados e contribuir com suas vivências pessoais ao debate coletivo.

Esse movimento foi observado em todos os GF, em momentos como, ao apresentar a primeira história, o caso de Jéssica, as participantes falavam como esse caso é comum, principalmente pela **condição de serem mulheres**.

No primeiro caso, a pessoa não esperava que isso acontecesse. **Mas, como mulheres, sabemos o quanto estamos sujeitas a situações assim, infelizmente.** Não deveria ser algo normalizado, mas pode acontecer. (Greta, GF Erva-Doce)

Carolina, eu sinto muito, **acho que muitas mulheres compartilham dessa dor**, né, muitas mulheres passam por isso, a gente sempre conhece alguém que passou por isso também, quando não é com a gente, é com alguma amiga. (Conceição, GF Arruda)

Apenas muita dor, muito ouvir, assim. Muito difícil, porque eu me senti ali naquela história também. Me senti... consegui ouvir amigas me contando, sabe? **É muito triste isso ser tão familiar, assim, em todas as histórias compartilhadas.** É tudo: "Ah, putz, eu entendo", ou "eu conheço alguém muito próximo que me contou já." Então, é muito difícil tudo isso. (Virgínia, GF Arruda)

Um dos motivos de eu ter deixado essa profissão [de professora] é você ver casos, muitos casos de abuso que a criança conta pra você, que o adolescente conta pra você. É você ver também, em sala de aula, meninas com um futuro brilhante, estudiosas, trabalhadoras, que casam muito cedo, tem filho muito cedo, falta de informação sobre a prevenção, falta de conversa entre a família, dentro de sala de aula. (Zélia, GF Babosa)

Essa dimensão pública da discussão também se manifestou quando as participantes recorreram a narrativas externas, mencionando casos que tiveram ampla repercussão na mídia e que permeiam debates no espaço público. Um dos temas trazidos à discussão foi a Proposta de

Emenda à Constituição (PEC) 164/2012³², que ficou conhecida como a “PEC do Estuprador”, e estava em voga no período em que os grupos foram realizados. Essa proposta, que acabou sendo aprovada pela Câmara dos Deputados, *garante a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção* (Machado, 2024). Antes disso, em julho do mesmo ano, ocorreram diversas manifestações em todo o país sob o mote “Criança não é mãe”, com o objetivo de barrar o Projeto de Lei (PL) 1904/2024³³. Esse projeto equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, mesmo nos casos em que o procedimento é permitido por lei, como em situações de estupro, risco à vida da gestante e anencefalia fetal (Café, 2024). O mote vem principalmente do fato de que, conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, a maioria dos casos de estupro no país tem como vítimas meninas, sendo que 61,4% delas têm até 13 anos e mais de 80% são do sexo feminino. Isso traça o perfil das principais atingidas com a medida (Idem). É neste contexto que Sueli destaca:

Então, acho que a gente está num contexto histórico, muito difícil atualmente, tem todas essas ofensivas, vem agora essa PEC que está voltando, que vem desde o Eduardo Cunha, para a criminalização das permissões legais, inclusive nos casos de estupro, de serem realizados os abortos, então existe mesmo uma perseguição a essas mulheres que realizam abortamento mesmo pelas vias judiciais, pelas vias legais. Então, infelizmente, a gente está nesse lugar histórico. (Sueli, GF Babosa)

Além desse caso, outros dois aparecerem na discussão: o caso da atriz Klara Castanho³⁴,

³² A PEC 164/12, apresentada em 2012 pelos ex-deputados Eduardo Cunha (RJ) e João Campos (GO), propõe modificar a Constituição para garantir a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção. Isso significaria a proibição total do aborto no Brasil, incluindo os casos atualmente permitidos por lei, como risco de morte para a gestante, gravidez resultante de estupro e anencefalia fetal. A proposta ficou parada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) por mais de uma década, mas voltou a ser discutida recentemente. Em 27 de novembro de 2024, foi aprovado o com 35 votos a favor e 15 contrários. Até o momento da entrega do texto, a situação da PEC era de “Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA”. Disponível em: <<https://bit.ly/4i4KyP3>>. Acesso em: 05 mar. 2025.

³³ Em junho de 2024, o Plenário da Câmara aprovou a urgência para a votação do PL 1904/24, que equipara a interrupção da gestação acima de 22 semanas ao crime de homicídio, com pena de até 20 anos de prisão, mesmo para vítimas de estupro. A forte reação da sociedade impediu o avanço da votação, e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), prometeu a criação de uma comissão para debater o tema, o que, até o momento da entrega desse texto, não ocorreu. Disponível em: <<https://bit.ly/3Dvd2Cl>>. Acesso em: 05 mar. 2025.

³⁴ O caso de Klara Castanho ganhou destaque em junho de 2022, quando a atriz revelou publicamente ter sido vítima de estupro, resultando em uma gravidez. Optando por não interromper a gestação, Klara decidiu entregar o bebê para adoção, seguindo os trâmites legais. A decisão de tornar o caso público ocorreu após a violação de seu direito ao sigilo. Profissionais de saúde do hospital onde realizou o parto vazaram informações confidenciais, que foram posteriormente divulgadas por jornalistas e influenciadores. Essa exposição indevida levou Klara a publicar uma carta aberta explicando sua situação e as razões de suas escolhas. Em consequência dessa violação, o hospital envolvido foi condenado a indenizar a atriz em R\$ 200 mil por danos morais, reconhecendo a quebra de sigilo profissional e a exposição não autorizada de informações pessoais. Disponível em: <<https://bit.ly/4bu4XKQ>> e <<https://bit.ly/4ikPUG9>>. Acesso em: 05 mar. 2025.

Teve sua decisão de levar adiante uma gestação resultante de um estupro e de entregar a criança para adoção exposta contra sua vontade pela mídia. Da mesma forma, houve o caso de uma criança, também vítima de estupro, que foi reiteradamente coagida a manter a gravidez³⁵. A discussão sobre o caso de Klara Castanho destacou como a escolha da mulher é constantemente invalidada: mesmo quando argumentos pró-vida defendem que o melhor caminho é levar a gravidez até o fim e entregar o bebê para adoção, aquelas que seguem essa opção ainda são julgadas.

Eu fui adotada nessas adoções dos anos 90, que tipo, bem à *brasileira*, que uma mulher tinha muitos filhos, e ela não tinha condições de criar esses filhos, e daí a minha família me adotou. Eu era um nenê de três meses, então não tenho lembranças, mas essa sensação de que eu fui rejeitada por por essa mulher, por essa mãe, né, biológica, é questão de terapia, porque fica em mim essa sensação de “eu não consegui despertar essa coisa da maternidade nessa mulher” e eu senti, principalmente na adolescência, muita raiva dessa mãe biológica, eu sentia muita raiva, e eu nunca lembrei que existia um pai biológico (...) minha raiva era direcionada a essa mulher. (...) Só quando eu tive contato com mulheres feministas, que eu entendi que essa mulher, ela tinha o direito de não querer ser mãe, talvez ela não tinha acesso ao aborto, talvez ela não tinha acesso a métodos contraceptivos, eu não sei se eu não fui fruto de uma violência, então ela tinha o direito, e eu sei, hoje eu entendo também, que no Brasil não é fácil você colocar uma criança pra adoção, não é simples, é muita burocracia, então, eu demorei muito tempo pra entender que essa mulher, ela tem esse direito que eu defendo, que é a escolha da maternidade. (...) Pra mim, o mais importante é garantir que as mulheres tenham essa opção de escolha, ou pôr pra adoção, ou fazer um aborto, e do caso da, acho que é da Klara Castanho, que foi uma atriz que sofreu um estupro, e colocou essa criança pra adoção, e como isso repercutiu muito mal (...). Acho que são muitas camadas sobre a escolha da mulher nesse sentido. (Conceição, GF Arruda)

Na narrativa apresentada, Conceição descreve um processo de reflexão em que busca compreender sua mãe biológica não como alguém que "rejeitou" sua existência, mas como uma mulher que, provavelmente, enfrentou barreiras estruturais ao tomar a decisão sobre a maternidade. Além disso, ela também ressalta que a sociedade frequentemente atribui a responsabilidade exclusiva pela criação dos filhos à mulher, deixando o pai biológico em segundo plano, o que é um ponto importante na crítica feminista às desigualdades de gênero e ao trabalho do *cuidado* (Fraser, 2022, p. 88). O apagamento da figura paterna nesse contexto sinaliza a pressão social sobre as mulheres para que elas assumam o papel de cuidadoras,

³⁵ Uma menina de 11 anos, vítima de estupro, teve o direito ao aborto legal negado em Santa Catarina após a juíza Joana Ribeiro Zimmer determinar sua institucionalização em um abrigo para impedir o procedimento, comparando-o a homicídio. Apesar da autorização judicial para a interrupção da gestação, o hospital recusou o atendimento por ultrapassar 20 semanas de gravidez, alegando necessidade de aval judicial. O Ministério Público se manifestou a favor do aborto, mas a juíza insistiu na manutenção da gestação. O caso gerou grande repercussão, levando a OAB a intervir e a Corregedoria-Geral da Justiça a abrir investigação sobre a conduta da magistrada. Disponível em <<https://bit.ly/3Xthb0w>>. Acesso em: 05 mar. 2025.

enquanto os homens, em muitas situações, nem estão presentes nessa demanda de responsabilidade.

Este depoimento é significativo também pois, ao compartilhá-lo, Conceição estabelece uma crítica a dois argumentos frequentemente utilizados em discussões sobre a descriminalização do aborto. O primeiro argumento é o da manutenção da gravidez indesejada, que, supostamente, poderia resultar em uma adoção, e o segundo é a ideia de que "se você fosse abortada, não estaria aqui". O interessante é que esses argumentos, apesar de serem comuns no debate sobre o tema, apareceram de forma espontânea na fala dela, mesmo sem uma interlocutora explícita que os apresentasse diretamente no GF em que Conceição estava participando. Dessa forma, ao apresentar esses contra-argumentos, parecia até que Conceição estava respondendo a comentários de outros grupos focais. A presença desses discursos, sem que houvesse uma provocação direta, aponta para a naturalização de tais posicionamentos, que muitas vezes se alinham com perspectivas conservadoras, desconsiderando a complexidade das situações envolvidas na decisão de interromper uma gravidez.

A crítica de Conceição, portanto, se configura não somente como uma reflexão sobre a moralidade desses argumentos, mas como uma observação da forma como eles são internalizados e reproduzidos em diferentes contextos. É uma resposta crítica àqueles que utilizam o mecanismo da adoção como uma solução ao aborto, mas que na verdade, apenas cerceia ainda mais o direito àquelas mulheres que estão amparadas por lei ou ao direito de escolha daquelas que não estão (Dieguez, Silva e Cabral, 2024).

Dessa forma, é possível responder que as narrativas apresentadas serviram como gatilho para reflexões e debates, provocando diferentes reações emocionais nos diferentes grupos realizados. Isso sugere que a exposição a narrativas pode ser um método eficaz para incentivar discussões sobre o tema. Isso porque, como foi observado nos grupos focais e vai ao encontro do que sugere Young (2001), as narrativas foram um gatilho que desembocou no compartilhamento de histórias pessoais que endossam o posicionamento e a reflexão das participantes, possibilitando assim, a "construção de locais públicos e afinidades coletivas" (Sarmento, 2012, p. 60), como colocaremos a seguir e são englobadas em três momentos: (1) na compreensão da experiência do outro; (2) como fonte de valores, cultura e significados e (3) na revelação da perspectiva social.

Narrativas na compreensão da experiência do outro

Durante as discussões nos grupos focais, as narrativas tanto serviram como ponto de partida para o debate, como assumiram um papel central nas interações. Isso porque, ao argumentar sobre determinado tema, as participantes recorriam às suas próprias experiências para sustentar ou ilustrar seus pontos de vista. Embora fossem uma constante ao longo das reuniões, as narrativas assumiam diferentes pesos e propósitos. Um exemplo disso é o uso das narrativas como meio de compreensão da experiência do outro (Young, 2000, p. 74; Sarmiento, 2011, p. 61).

Nas histórias apresentadas nos grupos focais, o áudio de Rodrigo foi o que gerou maior divergência entre as participantes. Para aquelas mais favoráveis à descriminalização do aborto, a decisão tomada pelo casal era vista como parte de uma estratégia de planejamento familiar. Já entre as participantes contrárias, a escolha foi considerada inaceitável e egoísta, especialmente pelo fato de o casal já ter filhos. No entanto, ao discutir essas histórias e refletir sobre os próprios posicionamentos, busca-se compreender a decisão do outro e, assim, reconhecê-lo.

A gente percebe que são duas histórias completamente diferentes. A primeira é um crime hediondo. (...). No segundo caso [caso de Rodrigo], apesar de ter feito essa escolha, eles ainda assim já têm dois filhos, seria muito mais estruturado. **Isso não quer dizer que a escolha deles foi errada.** A gente muitas vezes acha que porque a pessoa está casada, porque a pessoa está namorando, porque foi consensual, não deveria ser uma opção. Mas nos dois casos, a gente percebe. No primeiro caso, ela pôde ir ao hospital, ao SUS, e realizar o procedimento de forma segura. Já o segundo caso, tem o medo de ser crime, de eles poderiam ser presos, tem o medo de poder levar a mãe a óbito. (...) No segundo caso, a gente sabe que métodos anticoncepcionais são falhos. Mas como ela já tem dois filhos, a laqueadura, a vasectomia, tem um acesso maior a essas ajudas de não ter esses acidentes, caso a pessoa não queira mais ter filho, o SUS ainda é muito falho em campanhas de conscientização, em distribuição de formas anticoncepcionais diferentes. Não só o DIU e a pílula. Hoje em dia, a gente tem os implantes que duram dois anos, que são mais seguros. Mas, infelizmente, a saúde no Brasil ainda é bem limitada. (Zélia, GF Babosa)

A fala de Zélia destaca a diferenciação que algumas participantes fazem entre diferentes contextos de aborto. Enquanto o primeiro caso é enquadrado como um "crime hediondo", o segundo é visto como uma decisão tomada dentro de um contexto familiar mais estruturado. No entanto, ela reconhece que a forma como a sociedade avalia essas situações pode ser enviesada, uma vez que pressupõe que a existência de um relacionamento estável ou o caráter consensual da relação deveriam automaticamente excluir a possibilidade da interrupção da gravidez.

Além disso, Zélia, como já discutido em tópicos anteriores, aponta as desigualdades no

acesso à saúde reprodutiva no Brasil, destacando a falta de campanhas de conscientização e a limitação na oferta de métodos contraceptivos pelo sistema público de saúde. A fala sugere que, para além do debate moral sobre o aborto, há uma dimensão estrutural e de saúde pública que precisa ser considerada. A dificuldade de acesso a métodos contraceptivos eficazes pode resultar em gestações indesejadas, independentemente da estrutura familiar da pessoa gestante. Isso indica que, mais do que um julgamento sobre a decisão do casal no caso de Rodrigo, há uma crítica implícita às deficiências do SUS na promoção da saúde reprodutiva e na prevenção dessas situações, como na falta de acesso a métodos contraceptivos permanentes, como laqueadura e vasectomia. Isso se conecta com a necessidade de considerar as necessidades específicas das mulheres dentro das políticas públicas de saúde.

Narrativas como fonte de valores, cultura e significados

De acordo com Young (2000, p. 75), as narrativas podem desempenhar um papel fundamental na transmissão da importância dos símbolos, práticas e espaços adotados pelos indivíduos. A autora destaca que, ao contrário das normas, os valores nem sempre podem ser justificados por meio de argumentos. No entanto, isso não os torna arbitrários, pois muitas vezes estão fundamentados em narrativas situadas de indivíduos ou grupos. Young acrescenta ainda que, por meio das narrativas, pessoas externas a determinado contexto podem compreender as razões pelas quais um grupo ou indivíduo valoriza certos elementos e estabelece suas prioridades.

Essa questão de marcar uma posição ou valor ficou evidente nos grupos focais já na pergunta de quebra-gelo. Inicialmente, a intenção dessa pergunta era apenas criar um espaço no qual as participantes se sentissem à vontade para entrar na discussão. Por isso, adotamos um caráter livre, sem necessidade de relacioná-la diretamente ao tema tratado. No entanto, observamos que, já nessa primeira pergunta, as participantes aproveitaram a oportunidade para explicitar suas posições, deixando claro para as demais quais eram seus valores e no que acreditavam.

Das 11 participantes, 8 compartilharam histórias, fossem elas fictícias ou baseadas em experiências pessoais, que reforçavam a posição com a qual se identificavam. Esse primeiro momento de interação parecia funcionar como uma forma de expressar seus valores por meio da

escolha e da narrativa escolhidas.

Não, essa é uma história verdadeira mesmo. Inclusive, a menina acabou se tornando minha afilhada porque era de uma amiga minha. Ela tinha saído para a balada um dia e, na volta para casa, estava de táxi, mas não tinha dinheiro para pagar. O motorista era um cara bonitão, e eles combinaram que ela pagaria outro dia. Depois, ela ligou para ele para entregar o dinheiro. Acabaram saindo, e ela engravidou. Só que o cara não quis assumir. Ela trabalhava com a irmã e ainda morava com os pais. Desesperada, contou para uma amiga que queria tomar remédio para abortar. Essa amiga, que fazia parte da nossa turma, me contou a história, e eu disse: "Não, não. Vamos levar ela lá para casa e não vamos deixar ela fazer uma besteira dessas porque depois ela vai se arrepender." A gente levou ela para minha casa, conversamos muito com ela, mas ela continuava dizendo que não queria ter o bebê. Já tinha até marcado com um médico para tomar o remédio. Então, a gente insistiu para que ela contasse para a irmã, com quem trabalhava. Quando ela contou, a irmã falou: "De jeito nenhum. A gente vai te apoiar, você vai criar a tua filha, e nós vamos te ajudar." Graças a Deus, deu tudo certo. Ela teve a menina e criou com o apoio da família. Mas, infelizmente, quando a menina tinha 17 anos, sofreu um acidente e faleceu. Foi muito difícil. A mãe estava no carro junto e, por muito tempo, ficou achando que tudo isso aconteceu porque, no passado, ela não queria ter tido a filha. Foi uma situação muito tensa, mas, agora, graças a Deus, está tudo bem. (Alice, GF Erva-doce)

(...) eu lembrei do documentário francês, que se chama "Nossos Corpos", e ele se passa numa ala ginecológica dentro de um hospital público em Paris, e esse documentário vai, é, narrar um pouco a história de várias mulheres que estão sendo atendidas por esse hospital. Então, desde um atendimento de reprodução assistida, abortamentos... tem a ala de mulheres com câncer, é um documentário, assim, muito sensível, ele é feito por uma documentarista, né, uma mulher, e toda a equipe do documentário também, é feminina, então, ele tem esse olhar muito sensível, assim, e dá pra ver muito, dá pra fazer um comparativo muito bom, assim, com a realidade brasileira também, principalmente na questão do abortamento. Como os médicos, nem só os médicos, né, toda a equipe de saúde trata de uma forma diversa dos médicos, né, das equipes de saúde aqui no Brasil, né, que a gente tem muito essa, é, o abortamento centrado, né, nos médicos, é, enquanto na França, é um processo, dá pra ver, dá pra ver, né, que é um processo simples, é, muitas vezes passa por, é só pelos enfermeiros, e ao mesmo tempo é um atendimento humanizado, né, não coloca toda uma carga moral em cima da mulher, né, da decisão dessa mulher, então, é um documentário muito, muito humano, muito sensível, assim, que, é, que eu gostei muito de ter assistido. (Sueli, GF Babosa)

Outro aspecto interessante é que, ao marcar sua posição logo no início da reunião, as participantes permitiam que as demais compreendessem melhor a dinâmica do grupo. Como não tinham informações prévias sobre quem eram as outras pessoas ou se compartilhavam afinidades, essa primeira troca servia como um panorama inicial da composição do grupo. A análise dos grupos revela ainda que a forma como as participantes se apropriaram desse espaço inicial influenciou a dinâmica da interação. No grupo Erva-Doce, a história compartilhada por Alice exemplifica como as narrativas podem ser usadas para reforçar valores pessoais, neste caso, uma visão contrária ao aborto e a importância do apoio familiar. Em contrapartida, no grupo Babosa, Sueli traz um relato sobre um documentário que aborda o aborto de maneira humanizada e sem

juízo moral, destacando um olhar mais progressista sobre o tema. Essas narrativas revelam as posições individuais e ajudam a estruturar as interações dentro do grupo, através da identificação ou afastamento.

Outro ponto importante é como a dinâmica dos grupos se desenvolveu a partir dessas trocas iniciais. Nos grupos Erva-Doce e Arruda, onde houve maior identificação entre as participantes, observou-se uma maior fluidez na comunicação e um sentimento de conforto crescente. Já no grupo Babosa, a heterogeneidade entre as participantes pode ter contribuído para um entrosamento menos presente, possivelmente porque não houve uma base comum de valores claramente compartilhados desde o início.

Respondendo a hipótese: narrativas nac

As participantes se sentiram confortáveis para compartilhar suas experiências ao ouvirem tanto as histórias propostas para discussão quanto as que foram trocadas entre elas. Isso demonstra que as narrativas podem criar um ambiente seguro para o compartilhamento de vivências pessoais, reforçando a noção de que tais experiências são comuns. Conforme aponta Young (2000, p. 76), as narrativas não se limitam a expor as experiências e os valores do ponto de vista individual; elas também revelam um conhecimento social construído a partir dessa perspectiva particular.

Narrativas não apenas relatam as experiências dos protagonistas, mas também apresentam uma interpretação particular de suas relações com os outros. Cada pessoa e cada coletivo possuem um relato não só de sua própria vida e história, mas também de todas as outras posições que influenciam sua experiência. Assim, os ouvintes podem aprender como suas próprias posições, ações e valores são percebidos pelos outros a partir das histórias que contam. (Young, 2000, p. 76)³⁶

Com base nas análises realizadas, podemos avançar para a avaliação da hipótese inicial, que sustenta:

³⁶ Narrative, finally, not only exhibits experience and values from the point of view of the subjects that have and hold them. It also reveals a total social knowledge from particular points of view. Stories not only relate the experiences of the protagonists, but also present a particular interpretation of their relationships with others. Each person and collective has an account not only of their own life and history, but of every other position that affects their experience. Thus listeners can learn about how their own position, actions, and values appear to others from the stories they tell.

H1: Ao se depararem com narrativas pessoais sobre o aborto, as participantes tendem a compartilhar suas experiências individuais, contribuindo para a construção de um entendimento mais amplo e coletivo do tema, caracterizando uma inter-relação entre o particular e o coletivo.

Observando o que foi exposto, especialmente neste subtópico, podemos dizer que a hipótese se confirma. As conversas entre as participantes, junto com as histórias contadas, mostram que, mesmo sendo relatos pessoais e íntimos, eles apontam para uma experiência compartilhada. Isso fica ainda mais claro ao perceber que essas narrativas muitas vezes refletem a vivência de ser mulher, sobretudo em relação à violência de gênero.

Dito isso, passamos à análise dos demais elementos da codificação baseada em conceitos, vinculados às esferas da justiça social.

5.2.2. Eu, nós e as outras: onde está o foco da discussão?

Este tópico busca responder a outro objetivo específico: verificar a presença e a articulação dos conceitos de reconhecimento, redistribuição e representação, com base na Teoria da Justiça Tridimensional de Nancy Fraser. Para isso, utilizamos a codificação baseada em conceitos, o que permitiu identificar algumas tendências. A primeira observação é que esses pilares apareceram com maior frequência nas discussões do GF Arruda e Babosa, algo já esperado. Em contrapartida, no GF Erva-doce, a presença desses conceitos foi menor, pois as conversas nesse grupo estavam mais centradas em questões individuais e morais. No entanto, isso não significa que os pilares estiveram completamente ausentes. Na verdade, a análise dos relatos compartilhados realça a presença também da esfera do reconhecimento.

Reconhecimento, redistribuição e representação

Embora a codificação baseada em dados tenha sido feita por segmento, como explicado no capítulo metodológico, a análise dos pilares que compõem a justiça social, conforme sugerido por Fraser, será abordada de forma articulada. Isso se justifica pelo fato de que, em vários momentos, esses elementos se apresentaram de maneira integrada, ainda que o reconhecimento

tenha prevalecido. Ao tratar de como o *reconhecimento* foi a esfera que mais se destacou na discussão, é possível traçar um paralelo com o que foi discutido na seção acima, referente às narrativas. Ao compartilhar histórias, nós realçamos que colocamos valor no *outro*, compreendendo assim, as suas singularidades, valores e escolhas.

O GF Erva-doce foi o que menos abordou os pilares da Justiça Social. Isso pode ser explicado pelo fato de as discussões nesse grupo terem se concentrado mais no âmbito individual e moral do que na reflexão sobre o aborto como uma questão coletiva. Mesmo quando esses pilares estavam presentes, sua abordagem era limitada, uma vez que o debate permanecia restrito a uma perspectiva moral e individual, sem considerar de forma estrutural as causas e consequências do aborto na sociedade.

Eu vejo que, dos dois depoimentos, as pessoas têm suas razões para cometer o ato, embora tenha sido uma decisão difícil optar pelo aborto. Cada um tem sua justificativa. O primeiro relato tem uma justificativa mais sensível, e acredito que a gente se sensibiliza mais com ele. Mas ainda entendo que não é justificável, na minha perspectiva. Na minha visão, a vida começa na concepção, e não é correto, não é moral aniquilar outra vida para a sua conveniência. Seja para não sofrer emocionalmente, como no caso da primeira mulher, ou financeiramente, como no caso da segunda. O segundo relato choca mais, como a Alice falou, porque ressalta um egoísmo. O casal queria manter um padrão de vida específico, e uma criança ia atrapalhar esse padrão que eles conquistaram. Isso mostra valores distorcidos, hedonistas, narcisistas, em que o sacrifício de um inocente é aceito para preservar o conforto pessoal. (Agnès, GF Erva-doce)

No relato acima, Agnès e Alice avaliam as histórias contadas com base em valores morais. Elas não demonstram empatia por todas as circunstâncias, pois enxergam o aborto como uma escolha egoísta, especialmente no segundo caso relatado por Rodrigo. Dessa forma, elas não legitimam totalmente a diversidade de realidades que levam mulheres a considerar o aborto, e sua análise parte de uma perspectiva moral. No entanto, há uma validação parcial na percepção de que a decisão de abortar pode ser difícil. Agnès menciona que cada pessoa tem suas razões, mesmo as invalidando ao afirmar que a vida começa na concepção.

Ao analisar ainda outro fragmento do GF Erva-doce, é perceptível como apesar de presentes, as esferas de justiça social são restritas. No caso desse comentário, era sobre os permissivos legais:

Embora eu entenda que exista uma permissão legal para o aborto em caso de estupro, eu acredito que seja tão moralmente condenável quanto o segundo relato. É um egoísmo também. A gente fica sensibilizada porque ela foi vitimizada também, é uma vítima, ela não

escolheu aquilo. Então, claro que aquilo sensibiliza. A gente não quer o mal dela, né, não é isso, mas isso não torna mais correto a atitude dela. Mesmo que seja legalmente, juridicamente permitido, existe o âmbito da norma jurídica e existe o âmbito da norma moral. Então, moralmente, eu condeno os dois da mesma forma, na minha opinião, porque você está matando o inocente por sua conveniência, para sua conveniência, simplesmente para isso. (Agnès, GF Erva-doce)

O comentário acima traz uma visão moralista e punitivista sobre o aborto, alinhada a uma perspectiva que desconsidera fatores estruturais e contextuais, tratando todos os casos de forma homogênea. Ela admite que há uma maior sensibilidade social em relação a casos de estupro, mas, em vez de analisar as razões para isso (como o trauma da violência sexual e o impacto psicológico na vítima), utiliza essa constatação para reforçar a ideia de que a interrupção da gravidez continua sendo condenável. Além disso, expressa sua insatisfação com as legislações existentes, pois rejeita a permissão legal do aborto em casos de estupro.

Esse ponto é importante porque, ao enquadrar um direito já adquirido com um viés punitivista e moralista, pode-se abrir caminho para um retrocesso de garantias. Isso não é novidade. Para exemplificar, Biroli (2018, p. 161-162) menciona a polêmica envolvendo o Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3). Ao tratar o direito ao aborto de maneira mais aberta, com o objetivo de fortalecer a autonomia das mulheres, o plano enfrentou forte represália, o que levou a uma alteração do texto, tornando-o mais brando e retirando pontos importantes.

Durante a realização dos grupos focais, ao final da sessão, perguntava-se se havia algum tópico que não tinha sido debatido e que as participantes gostariam de comentar ou se desejavam acrescentar algo mais. Foi interessante observar que, em dois grupos distintos, o Arruda e o Erva-doce, o tema da desigualdade social e do aborto surgiu justamente nesse momento. Contudo, apesar do tema dos comentários serem semelhantes, a forma como as participantes os tratavam era diferente.

Eu acho só que quando a gente fala de aborto a gente entra muito numa discussão também de classe, né que mulher que tem acesso a isso hoje, mesmo que seja criminalizado existe uma disparidade muito de classe nesse sentido até para acesso ao medicamento, ter uma rede mais esclarecida acho que era só esse apontamento. (Conceição, GF Arruda)

Como eu comentei há um tempinho atrás, eu tenho uma amiga que tem uma condição financeira muito boa e até os seus 20, 22 anos, ela já tinha feito três abortos. Em clínicas muito limpas, muito esterilizadas, sem nenhum risco pra vida dela. Então, eu acho que essa questão também da legalização do aborto passa muito sobre a questão financeira da mulher. Porque a mulher com condições financeiras, jovem ou não, que tem um pai com boas condições financeiras, ela tem acesso a um aborto limpo, vamos dizer assim. O que mais tem é clínica de aborto clandestina e tem de todos os tipos. Tem a luxuosa, tem a mais

simplinha, tem *o mais açougueiro*, isso vai depender da condição financeira da pessoa. Ou então, ela vai procurar, se não tem condição financeira pra pagar uma clínica, esses meios alternativos, que são esses remédios. Você falou 300 reais, né, Greta? Pra uma classe média é acessível, mas pra alguém muito pobre fica impensável também. **Então, de qualquer forma, acho que essa questão da legalização do aborto visa mais, na verdade, dar pras mulheres de condição financeira mais baixa a mesma oportunidade que as mulheres de condição financeira alta têm, que é de, se quiser, abortar. O que eu acho um absurdo**, na verdade, é querer achar que exista esse direito, né. Mas eu acredito que não, que você não tem direito de tirar a vida de outra pessoa, a não ser que você esteja realmente defendendo a sua vida. Se realmente é ela ou você, aí você pode pensar num direito de legítima defesa. Mas por conveniência, qualquer que seja, eu não acredito nesse direito. Eu sei que é uma bandeira do feminismo e fico muito triste com esse feminismo de última geração, que tenha ficado tão centrado na defesa irresoluta do aborto como um direito da mulher. (...) Mas reconheço que a mulher de baixa renda não vai ter acesso a um aborto assim, como, ainda que legal, a mulher de renda mais alta tem. Isso, realmente, acho que existe essa questão social também. (Agnès, GF Erva-doce)

Tanto na fala de Conceição quanto na de Agnès, é apontada uma desigualdade estrutural, na qual mulheres com boas condições financeiras conseguem acesso a um aborto seguro, enquanto mulheres pobres enfrentam riscos à própria vida ao recorrerem a métodos clandestinos e inseguros. Se o aborto fosse legalizado, como aponta Agnès, ele seria acessível a todas; enquanto na ilegalidade, ele já existe, mas apenas para quem pode pagar.

Contudo, há uma virada. A fala de Agnès é marcada pelo contraditório: ela reconhece que há um problema de desigualdade no acesso ao aborto, mas, ao mesmo tempo, não considera que ele deva ser um direito, pois vê a prática como moralmente errada. Mesmo admitindo essa disparidade, Agnès critica a defesa do aborto como um direito e lamenta que o movimento feminista tenha priorizado essa pauta. Ela argumenta que a vida começa na concepção e, sob essa perspectiva, nenhum ser humano teria o direito de interrompê-la. Esse posicionamento reflete como os valores e crenças fundamentam a discussão sobre o aborto, algo que viemos explorando ao longo do trabalho.

Essa questão também esteve presente em outros momentos da discussão. No GF Babosa, por exemplo, ao ser apresentada a história de Jane, Zélia compartilhou:

Eu escutei esse relato e para mim essa mulher sofreu violência de todas as formas possíveis. **Ela recebeu violência do parceiro dela, violência médica, violência policial, violência de classe, porque se fosse uma mulher rica, nunca que esse policial ia simplesmente algemar ela na cama.** (...) Eu acredito muito que quando essas violências ocorrem, eu acredito que a sociedade tem que ser punida. A médica tem que ser punida. Esses policiais devem ser punidos. (Zélia, GF Babosa)

O comentário de Zélia denuncia a forma como o sistema de justiça trata de maneira mais

severa mulheres pobres, mostrando que a desigualdade econômica impacta diretamente a forma como elas são punidas e atendidas em serviços públicos. Além disso, aqui percebemos também uma crítica no âmbito simbólico, do *reconhecimento*, uma vez que Zélia enfatiza que Jane sofreu múltiplas violências – do parceiro, da polícia, da equipe médica e da sociedade como um todo. Ao destacar o estigma e o tratamento desumano que ela recebeu, há uma crítica às normas culturais e institucionais que reforçam a marginalização das mulheres, especialmente as mais pobres.

O exposto até aqui leva a um questionamento: para a construção da justiça social, os diferentes pilares (redistribuição, reconhecimento e representação) precisam ser compreendidos de forma interligada, como sugere Fraser (2007). Contudo, nas discussões observadas, nem sempre esses conceitos estavam entrelaçados. Na verdade, houve uma primazia de uma das esferas, a do reconhecimento. Porém, salientar as desigualdade de acesso e reconhecer como as mulheres mais pobres são as mais afetadas pela criminalização do aborto, não necessariamente leva à defesa da ampliação do direito, como destacado na fala de Agnès.

Dessa forma, assumimos aqui que a moralidade dá a tônica do debate. Não em todos os grupos focais e nem para todas as participantes, é verdade, mas no GF Arruda, por se tratarem de mulheres favoráveis à ampliação do direito de forma universal, a conversa pairou em “pregar para convertidos”. Já nos GFs Erva-doce e Babosa, a moralidade esteve mais presente como eixo central da discussão. No GF Erva-doce, em especial, o argumento moral foi predominante, enquanto no GF Babosa apenas uma participante, Sueli, não adotou uma abordagem marcadamente moralista.

Neste caso, o reconhecimento é presente e de fácil identificação e discussão. Contudo, em diversas situações, ele não passa disso. É possível observar nas trocas entre as participantes que, frequentemente, as mulheres são injustiçadas e impactadas negativamente pelas medidas atualmente em vigor, seja pela violência de gênero, pela violência médica ou pela dificuldade de acesso a métodos contraceptivos ou até mesmo ao aborto, nos casos previstos por lei. No entanto, apesar de algumas manifestações apontarem para uma reflexão mais ampla, as discussões raramente abordaram de maneira integrada os pilares de redistribuição e representação, propostos por Fraser, junto ao reconhecimento.

Isso sugere que, embora haja consenso sobre o reconhecimento das injustiças e como isso afeta a vida das mulheres, o debate permaneceu restrito a um campo de individualismo e

moralidade. Em vez de problematizar as demais esferas e suas implicações no tema, as soluções propostas focaram em respostas como “Não quer ter filhos? Use métodos contraceptivos!” ou “Está em uma gravidez indesejada? Continue com ela e opte pela adoção.”. Nesse sentido, destacamos que a criminalização do aborto e suas consequências constituem um problema coletivo, mas nas discussões analisadas, essa dimensão foi negligenciada. Ao priorizar soluções individuais, acabamos desconsiderando questões estruturais, como os vieses de classe, raça e representação. A crise é coletiva, e a solução também deveria ser. Vamos tratar um pouco mais sobre o assunto abaixo.

Além disso, outro aspecto merece destaque. Embora a PNA 2021 aponte que mulheres negras e indígenas estão entre as mais afetadas pela falta de acesso a um aborto seguro, esse grupo não foi mencionado durante a discussão. Isso pode estar relacionado às próprias limitações da pesquisa, especialmente à dificuldade de recrutamento das participantes, o que resultou em uma representação racial insuficiente e, conseqüentemente, na possível invisibilização dessas mulheres no debate. No entanto, não é nossa intenção reforçar essa invisibilização. Por isso, enfatizamos aqui o recorte da pesquisa e suas limitações, reconhecendo a necessidade de aprofundar essa questão em estudos futuros.

“É preciso se indignar”: acesso ao aborto como um direito pleno ou como resposta a uma fatalidade?

Ainda relacionado ao que estávamos debatendo acima, nos fica a pergunta. Como o direito a um abortamento seguro e legal é enquadrado? É tratado como um direito pleno e isonômico ou pautado na fatalidade? As discussões nos grupos focais podem nos dar algumas pistas. Durante a execução do GF Arruda, ao perguntar as impressões sobre as histórias, Conceição destacou um ponto com relação a história narrada por Rodrigo, o casal que optou por um aborto por questões de planejamento familiar:

Sobre os áudios que nós ouvimos, é bom quando vem uma quebra de, ai, uma mulher que sofreu violência, uma mulher vulnerável que opta pelo aborto quando é por questão de planejamento familiar. **Eu acho que isso a gente quase não escuta**, é um casal que já tem filhos, escolhendo, isso porque sabe que não tem condições ou não quer mais um filho, né. Na minha família, eu tenho um primo, e por questões religiosas, eles não podem ter métodos contraceptivos, e o meu primo, ele tem épocas que ele não tem comida em casa, ele e a família dele, então a família se junta pra alimentar, e ele e a esposa, eles têm quatro

filhos já, porque eles não podem, ele não podia fazer uma vasectomia, ela não pode tomar anticoncepcional por questão de religião. E não tem ninguém da igreja botando comida na mesa deles, né, ajudando a criar essas crianças, então eu acho eu acho importante ter esse diálogo, **que o aborto pode ser também um ponto de discussão pra planejamento familiar.** (Conceição, GF Arruda)

Neste trecho, Conceição destaca a importância de ampliar o debate sobre aborto para além dos casos de violência ou vulnerabilidade. Conta como não é comum escutar histórias de casais que já têm filhos e não possuem condições de criar mais um. Ela compartilha a história de um primo cuja família, por motivos religiosos, não usa métodos contraceptivos e enfrenta dificuldades financeiras, dependendo de parentes para se alimentar. Observa que, enquanto a igreja impõe restrições, não oferece suporte prático. Para ela, é importante discutir o aborto também como uma questão de planejamento familiar e de vida dessas pessoas.

Esse ponto reforça a necessidade de políticas públicas que garantam tanto o direito ao aborto, como o acesso à educação sexual e a contraceptivos. Além disso, aponta como o debate público sobre aborto geralmente se concentra em casos de violência sexual, enquanto raramente se discute sua importância também em outras situações.

É nesse sentido que, ao discutir no tópico anterior, reforçamos a importância de tratar a questão a partir da interligação das três esferas de justiça social. A questão é complexa e demanda um tratamento à altura. Buscar solucionar ou discutir a partir de apenas uma delas, não é suficiente, ou, como explica Damião e Carloto:

Nesse sentido, a percepção de que as três dimensões da justiça social propostas por Nancy Fraser são relativamente independentes é essencial para não cairmos na ilusão de que apenas medidas para corrigir uma dimensão da injustiça irá remediar todas as outras dimensões. Da mesma forma, é essencial a reflexão de que, remediando-se apenas uma dessas dimensões, o problema da injustiça não será resolvido. Por isso, a defesa de que a justiça social somente será alcançada levando-se em consideração essas três dimensões de forma simultânea – inclusive no que tange às políticas mais específicas. (Damião; Carloto, 2017, p. 11)

Apesar disso, a discussão nos grupos focais foi principalmente pautada pela sensibilidade social em relação aos casos apresentados. É interessante notar que as histórias compartilhadas reforçam como o debate sobre o aborto está frequentemente ligado a situações de violência contra meninas e mulheres, o que gerou reações de indignação entre as participantes. Contudo, quando a discussão se afastou desse escopo, como no caso narrado por Rodrigo, que não estava diretamente relacionado à violência de gênero, a reação foi diferente, causando choque entre

algumas das participantes. Esse contraste destaca como a percepção sobre o aborto pode variar conforme o contexto em que ele é inserido, destacando a influência de fatores morais e emocionais na construção das opiniões sobre o tema.

No final das contas, pode ser isso: a discussão é pautada na fatalidade porque precisa ser uma resposta a ela—seja aos argumentos e tratamentos morais, seja à violência de gênero. Defender o direito a um aborto legal e seguro a partir da perspectiva da saúde pública e da violência de gênero não é apenas uma constatação, mas uma estratégia. Isso fica evidente no depoimento de Sueli, que reforça como essas narrativas são mobilizadas para legitimar a pauta e sensibilizar a sociedade para a necessidade da garantia desse direito:

Eu acho que o melhor que a gente pode fazer também é conversar sobre isso, a gente se indignar com esse tipo de situação, a gente poder falar sobre esse tipo de situação que são revoltantes. E nesse diálogo a gente constroi mesmo essas redes de apoio, e de mulheres mesmo. De poder compartilhar conhecimento. De poder compartilhar esse tipo de apoio para que esse tipo de situação aconteça cada vez menos. A gente tem que se indignar com a violência doméstica, a gente tem que se indignar com a violência institucional. E para que isso ocorra cada vez menos, porque a gente, enquanto sociedade, a gente está olhando para isso. (Sueli, GF Babosa)

Outro ponto abordado durante o debate foi o suporte do Estado. A discussão girou em torno da necessidade de oferecer apoio psicológico às mulheres que desejam realizar um aborto, garantindo que essa seja, de fato, uma decisão consciente. Além disso, caso a mulher opte por manter a gravidez, é fundamental que o Estado forneça suporte adequado para que tanto ela quanto a criança tenham uma vida digna.

Eu acredito que caso, uma ideia utópica aqui, caso o aborto fosse liberado, eu acredito que no quesito acompanhamento psicológico deveria ser diferente. Eu acho que no segundo caso³⁷, é... Como ocorre lá fora, bastante gente desiste de realizar o aborto após um acompanhamento psicológico, mas não só psicológico. É... Ter profissionais que sentem, é... Ajudem na administração financeira, é... Tenha projetos de lei que ajudem na criação dessa criança, como o Bolsa Família ajuda, é... Escolas melhores para que os pais não tenham que ficar se preocupando. “Ah, eu vou ter dinheiro para colocar meu filho numa boa escola?”, que essa boa escola seja uma escola pública.

Para endossar essa discussão, outra participante, Sueli, complementa, trazendo também os dados da informalidade, na qual, muitas vezes as mulheres não têm nem ao menos direito a uma licença-maternidade. Toda essa discussão ressalta a necessidade de um Estado mais atuante na

³⁷ Aqui, ela está relacionando com a história do segundo áudio, de Rodrigo e Juliana.

promoção do bem-estar social, reduzindo desigualdades e garantindo que a maternidade seja uma escolha e não uma imposição decorrente da falta de alternativas.

Neste contexto, vale discutir a Teoria da Reprodução Social, conforme apontado por feministas marxistas. A economia formal concentra-se na produção de bens e serviços, mas a força de trabalho que sustenta esse sistema é gerada fora dele, sem custos para o capital. Esse processo ocorre de três formas: garantindo a recuperação dos trabalhadores, por meio de alimentação, descanso e bem-estar; cuidando daqueles que estão fora do mercado de trabalho, como crianças, idosos e desempregados; e assegurando a chegada de novos trabalhadores ao mundo. Todas essas atividades, essenciais para o funcionamento do capitalismo, são realizadas gratuitamente no âmbito doméstico e comunitário (Bhattacharya, p. 103).

Embora os três aspectos sejam interligados, o terceiro se destaca nesta discussão. Dentro do sistema capitalista, torna-se evidente como o controle sobre os direitos reprodutivos avança lentamente, pois entra em conflito com os interesses do capital, cuja prioridade é a manutenção da força de trabalho. Essa questão, inclusive, foi levantada por uma das participantes:

Porque a gente, enquanto mulher, cresce ouvindo que tem que ter filhos, que, nossa, filhos vão transformar a vida da mulher assim, uau, que a maternidade é a melhor profissão do mundo e coisas do tipo, mas também tem que considerar que, desde que a Revolução Industrial veio, mulheres são incentivadas a ter filhos para que a sociedade, o capitalismo, pudesse ter força braçal. (Carolina, GF Arruda)

Em entrevista, Fraser destaca que o debate sobre o aborto vai além da guerra cultural, envolvendo a preocupação do capital com a força de trabalho, como na China, e um componente racial nos EUA e Europa, onde há temor sobre a queda da natalidade branca e o crescimento de imigrantes não brancos. A discussão também é usada para promover o liberalismo sem questionar o capitalismo e para alimentar conflitos que beneficiam a extrema direita e grupos religiosos. No entanto, para as mulheres, essa disputa tem impactos reais, tornando fundamental a defesa da justiça reprodutiva.

Parte dessa discussão, como na China, é o capital preocupado com a força de trabalho. Mas há um componente racial, sobretudo nos EUA e na Europa, onde a ansiedade sobre o declínio na taxa de natalidade da parcela branca da população se une ao medo de que os não-brancos que chegam pelas fronteiras tenham mais filhos. Essa discussão serve também para apresentar o liberalismo como uma salvação, só que ele não vai nos salvar porque reluta em olhar as estruturas do capitalismo. Por fim, essa discussão serve para criar conflitos que beneficiam a extrema direita e comunidades religiosas. Por outro lado, para as vidas das mulheres, a guerra cultural é real e material e, por isso, temos de defender a justiça reprodutiva. (Izaal, 2024)

Dessa forma, caminhando para as conclusões deste trabalho, é fundamental refletir sobre como a discussão em torno do tema tem sido conduzida, quais questões têm sido colocadas e quais têm sido questionadas. Conforme discutido no tópico 5.3, o reconhecimento tem se mostrado o aspecto mais compreendido e articulado nos debates analisados. No entanto, essa abordagem, por si só, não é suficiente. Entre os discursos contrários à ampliação do direito ao aborto seguro, a moralidade ainda se mantém como eixo central da argumentação.

Este estudo partiu da hipótese de que, ao se depararem com narrativas pessoais sobre o aborto, as participantes poderiam compartilhar suas próprias experiências, contribuindo para um entendimento mais amplo e coletivo do tema, promovendo uma dimensão que articula o individual e o coletivo. Os achados confirmam essa hipótese. A apresentação das histórias não apenas se entrelaçou com a discussão, mas também incentivou o compartilhamento de experiências pessoais.

Um aspecto particularmente intrigante foi observado no GF Erva-doce: uma das participantes relatou que, ao ouvir e debater os relatos, chegou a se sentir "balançada" e questionar suas próprias opiniões. Esse é um dos pontos centrais deste trabalho: contar histórias, refletir sobre elas e, a partir delas, buscar transformações na realidade. Trata-se de compreender a vivência individual e coletiva, na tentativa de construir uma sociedade mais justa para as mulheres, onde as decisões sejam respeitadas e aceitas.

Por fim, este estudo também testemunha que somos plurais e, por vezes, contraditórios. Ainda assim, há um ponto comum que nos une: a busca pelo acolhimento e pela não penalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento, peço licença para escrever em primeira pessoa. Considero importante concluir este trabalho colocando minha "cara" por aqui. Escrever esta dissertação ao longo do mestrado e, sobretudo, escolher um procedimento tão qualitativo e íntimo quanto os grupos focais foi um desafio. No entanto, ao final, tornou-se uma experiência tão gratificante quanto desafiadora.

Contar histórias é algo que fazemos cotidianamente. Narramos e ouvimos histórias o tempo todo. A pergunta que moveu este trabalho foi: de que forma as narrativas moldam as discussões sobre a (des)criminalização do aborto? Para respondê-la, participei como observadora de três grupos focais e escutei como Greta, Alice, Adélia, Agnes, Conceição, Carolina, Virgínia, Zélia, Lélia, Patrícia e Sueli se relacionavam com as histórias apresentadas e compartilhavam suas próprias experiências. Essa interação não apenas ajudou a responder à pergunta de pesquisa e seus objetivos, mas também me fez refletir sobre diversos outros aspectos.

Fiquei especialmente comovida com a potência das conversas. Uso essa palavra não em seu sentido banalizado, mas para expressar a força transformadora que reside na troca de ideias e nas palavras. Ouvimos constantemente que vivemos em um mundo polarizado, e eu não ignoro essa realidade. Como demonstrei ao longo deste trabalho, não defendo uma ciência neutra. Pelo contrário, este estudo também não assume uma posição de neutralidade. No entanto, foi através da experiência dos grupos focais que pude escutar mulheres distantes do meu círculo próximo de amizade e convivência. E, assim, percebi que, muitas vezes, construímos imagens negativas de quem discorda de nós, quando, na realidade, essas pessoas compartilham de princípios comuns. Isso porque, no fim, quando conversamos abertamente e colocamos as cartas na mesa, fica evidente que a criminalização do aborto é, como apontou Barroso, uma má política.

Para situar este trabalho no tempo, concluo esta dissertação em março de 2025. No último dia 8, Dia Internacional da Mulher, a deputada Érica Hilton (PSOL-SP) escolheu essa data simbólica para propor um projeto que concede anistia a mulheres sentenciadas pelo "crime" de aborto. A proposta indica que todas as mulheres condenadas entre 1940 e 2025 sejam inocentadas pela Justiça brasileira, incluindo os profissionais de saúde envolvidos nos procedimentos. Esse gesto representa um respiro em um momento em que as ofensivas contra a justiça reprodutiva se mostram mais fortes e avassaladoras do que as forças a seu favor.

Voltando aos achados deste trabalho, foi possível explicitar a força das narrativas tanto de maneira passiva (como elementos para discussão) quanto de forma ativa (como argumentos utilizados pelas participantes). Contamos histórias para sensibilizar e também para sermos sensibilizadas. Assim, confirmamos a hipótese (H1): "Ao se depararem com narrativas pessoais sobre o aborto, as participantes podem compartilhar suas histórias individuais, contribuindo para um entendimento mais amplo e coletivo sobre o tema, trazendo um caráter de experiência individual-coletiva."

Ainda assim, é importante ressaltar os limites encontrados na pesquisa. A ferramenta dos grupos focais e a análise narrativa proporcionaram resultados valiosos, mas, como já discutido em outros momentos, há limites no que conseguimos extrair desses métodos. Não é possível fazer generalizações a partir dos dados obtidos, apenas apontar tendências. Além disso, este trabalho não escutou todas as vozes, especialmente as das mulheres negras e indígenas, que são as mais afetadas pela criminalização do aborto. De qualquer maneira, espero que o esforço aqui dedicado possa auxiliar no fortalecimento do campo e também em pesquisas futuras.

Este estudo não se encerra aqui. Na verdade, quanto mais me aprofundava nele, mais perguntas surgiam e mais limitado eu percebia que ele era. Por isso, deixo aqui algumas questões em aberto para futuras pesquisas: Como seria essa experiência se os grupos focais fossem realizados com homens e/ou grupos mistos? De que forma as pessoas se informam sobre justiça reprodutiva e qual é a relação disso com a desinformação sobre o tema? Por que sabemos e discutimos tão pouco sobre os medicamentos abortivos e como eles funcionam?

Por fim, meu desejo é que a luta por justiça reprodutiva e pela descriminalização do aborto avance cada vez mais. Que possamos ir além do campo individual e buscar soluções coletivas. Enquanto esse dia não chega, seguimos construindo, compartilhando histórias e mantendo o debate vivo.

REFERÊNCIAS

- A ÍNTEGRA da carta aberta de Klara Castanho sobre doação de bebê e estupro. **Uol**, 26 jun. 2022. Splash, Disponível em: <https://bit.ly/3Dkle8r>. Acesso em: 5 mar. 2025.
- ABORTO COM CIÊNCIA: Perspectivas jurídicas sobre o aborto. [Locução de]: Carla Rizzotto e Taysa Schiocchet. Entrevistada: Gabriela Rondon. Curitiba: S.I, 10 jan. 2024. *Podcast*. Disponível em: <https://bit.ly/4hZI1pa>. Acesso em: 4 mar. 2025.
- ABORTO COM CIÊNCIA: Perspectivas médicas sobre o aborto. . [Locução de]: Carla Rizzotto e Taysa Schiocchet. Entrevistada: Jefferson Drezzet. Curitiba: SI, 20 mar. 2024. *Podcast*. Disponível em: <https://bit.ly/41SXBx6>. Acesso em: 9 mar. 2025.
- AFP. 'Motosserra' de Milei ameaça o acesso ao aborto na Argentina: 'desamparadas'. **UOL**, 6 mar. 2025. Internacional, Disponível em: <https://bit.ly/3Dvkyx4>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Os 15 primeiros países que legalizaram o aborto**. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3A10E2f>. Acesso em: 22 mar. 2023.
- AGOSTINI, R.; CASTRO, A. M. DE .. O que pode o Sistema Único de Saúde em tempos de necropolítica neoliberal?. *Saúde em Debate*, v. 43, n. spe8, p. 175–188, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/4iefxIi>. Acesso em: 9 mar. 2025.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. (Feminismos Plurais). Coordenação de Djamila Ribeiro.
- ALVES, Schirlei. **ADPF 442: os argumentos pela descriminalização do aborto no Brasil**. In: *Gênero e Número*. Disponível em: <https://bit.ly/4cuHkBM>. Acesso em: 22 mar. 2023.
- ANTONIAZZI, Carolina. B.. Iris Marion Young. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, v. 7, p. 1-14, 2023.
- BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social?. **Revista Outubro**, [s. l.], n. 32, p. 99-113, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/41RxO8x>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- BELIN, Luciane Leopoldo. ENTRE JULGAMENTO E ACOLHIMENTO: debates sobre direitos reprodutivos em grupos de mulheres no whatsapp e no facebook. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA – COMPOLÍTICA, 10., 2023, Ceará. **Anais**. Ceará: Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política – Compolítica, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3yimqX8>. Acesso em: 12 maio 2024.
- _____, Luciane Leopoldo. **"Meninas, vim deixar meu relato"**: redes sociais de apoio, contrapúblicos digitais e conversações sobre direitos sexuais e reprodutivos em grupos de mulheres. 2023. 205 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação e Política, Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do

Paraná, Curitiba, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3V0LomM>. Acesso em: 12 maio 2024.

BELIN, Luciane Leopoldo; PRUDENCIO, Kelly Cristina de Souza. LENÇOS VERDES EM TODOS OS LUGARES: a circulação da informação como estratégia de ativismo feminista pelo direito ao aborto na Argentina. In: **ANAIS DO 32º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS**, 2023, São Paulo. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/44GxWru> Acesso em: 14 Mai. 2024.

BENHABIB, Seyla. **Situating the Self**: gender, community, and postmodernism in contemporary ethics. Cambridge: Polity Press, 1992.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdade**: limites da democracia no brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. O debate sobre aborto. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 123-130.

BORGES, Caroline; BATISTELA, Clarissa. Juíza de SC impede menina de 11 anos estuprada de fazer aborto e compara procedimento a homicídio. **G1 SC**, 20 jun. 2022. Santa Catarina, Disponível em: <https://bit.ly/3Xthb0w>. Acesso em: 5 mar. 2025.

BORGES, Iara Farias. Já está em vigor a lei que facilita a laqueadura e a vasectomia. **Rádio Senado**, 6 mar. 2023. Saúde, Disponível em: <https://bit.ly/4k7Fmv1>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BOUERI, Aline Gatto. Portugal, Espanha e Uruguai: o que aconteceu após a legalização do aborto?. **Genero e Numero**, 11 set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/4iecZKd>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Audiência Pública Interrupção Voluntária da Gravidez ADPF 442. Distrito Federal. Relatora: Ministra Rosa Weber. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3yvE2yE>. Acesso em: 11 Mai. 2024.

BRASIL. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 442 DISTRITO FEDERAL. Distrito Federal. Voto: Ministra Rosa Weber. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3QJNCo5>. Acesso em: 11 Mai. 2024.

BRESSIANI, Nathalie. Nancy Fraser e o feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas**: Mulheres na Filosofia, V.7, N.2, 2021, p. 10-31.

BRODY, Richard. Agnès Varda's Radical View of Women's Liberation. *The New Yorker*, Nova York, ano 2018, 25 mai. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/41PPa5K>. Acesso em: 8 mar. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PEC 164/2012. Brasília. Disponível em: <https://bit.ly/3Dvd2Cl>. Acesso em: 5 mar. 2025.

CAFÉ, Sara. Entenda o PL 1904, a viabilidade fetal e o uso do corpo das mulheres: S.I. *In*: S.I.

Mulheres Jornalistas. S.I, 19 jun. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/4h3fCNT>. Acesso em: 4 mar. 2025.

CAL, Danila; MAIA, Rousiley C.M.. Grupos Focais e grupos de discussão. In: MAIA, Rousiley C. M. (org.). **Métodos de pesquisa em comunicação política**. Salvador: Edufba, 2022. p. 17-38.

CANUTO, Angela; MONTEIRO, Lucas; BRAGA, Beatriz; MELO, Rodrigo de; SÁ, Julia de; MONTEIRO, Lorena; BARBOSA, Cecília. Paralelo qualitativo entre grupos focais presenciais e virtuais: limitações e potencialidades vistas a partir do iramuteq. **Investigação Qualitativa em Educação: Avanços e Desafios | Investigación Cualitativa en Educación**, [S.L.], p. 128-144, 10 jul. 2021. Ludomedia. <http://dx.doi.org/10.36367/ntqr.7.2021.128-144>. Disponível em: <https://publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/view/313>. Acesso em: 15 abr. 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Nunca tivemos democracia, para além de algumas formalidades. In: DAVIS, Angela; COLLINS, Patricia Hill; FEDERICI, Silvia. **Democracia para quem?: ensaios de resistência**. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 57-92.

COSTA, Maria Eugênia Belczak. Grupo Focal. In DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CRENSHAW, Kimberle. “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color.” **Stanford Law Review**, vol. 43, no. 6, 1991, pp. 1241–1299.

DAMIÃO, Nayara André; CARLOTO, Cássia Maria. A CONTRIBUIÇÃO DE NANCY FRASER PARA A CONSTRUÇÃO DA EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES: REFLEXÕES SOBRE O ABORTO NO BRASIL. XXXI Congreso ALAS Uruguay 2017: Las encrucijadas abiertas de América Latina. La sociología en tiempos de cambio, Montevideo, Uruguay., 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3QSpbEw>. Acesso em: 8 mar. 2025.

DIEGUEZ, Roberta. S. M.; SILVA, Denise. C. DA .; CABRAL, Cristiane. DA S.. Uso da entrega voluntária como barreira de acesso ao aborto legal em projetos de lei recentes no Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 28, p. e230472, 2024. Disponível em: <https://bit.ly/43oZG5g>. Acesso em 04 mar. 2025.

DINIZ, Debora. MEDEIROS, Marcelo. MADEIRO, Alberto. National Abortion Survey – Brazil, 2021. *Cien Saude Colet* [periódico na internet] (2023/Mar). Disponível em: <https://bit.ly/3r1VIyy>. 22 mar. 2023.

DINIZ, Debora. MEDEIROS, Marcelo. MADEIRO, Alberto. Pesquisa nacional de aborto 2016. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, fev. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2BXRtK9>. Acesso em: 27 jan. 2019.

DINIZ, Debora. Audiência pública. Interrupção voluntária da gravidez - ADPF 442. 2018.

DORSA, Arlinda. C.. O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. **Interações (Campo Grande)**, v. 21, n. 4, p. 681–683, jul. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/4bjmwfR>>. Acesso em: 11 Mai. 2024.

FERNANDES, Florestan. Ciências Sociais: na ótica do intelectual militante. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 8, n. 22, p. 123-138, dez. 1994. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40141994000300011>.

FERRAZ, Adriana. Condenadas sem julgamento. **Revista Piauí**. 31 out. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3R6uJfk>. Acesso em: 22 maio 2024.

FOSTER, Diana Greene. **Gravidez Indesejada**: Gravidez Indesejada. Tradução: Ana Carolina Mesquita; Mariana Mesquita. 1 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2024. 336 p.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007.

_____. **Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado**. Lua Nova, São Paulo, n. 77, pp.11-39, 2009.

_____. “Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation”. In: Fraser, Nancy e Honneth, Axel. *Redistribution or Recognition? A political-Philosophical Exchange*. Nova Iorque, Londres: verso, 2003.

_____. *Escalas de justicia*. Barcelona: Herder, 2008, 294.

_____. **Justiça Interrompida**: reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”. Tradução: Ana Claudia Lopes; Nathalie Bressiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2022. 288 p.

G1 Globo. **Parlamento da França torna o aborto um direito constitucional**. Disponível em: <https://bit.ly/43t649Al>. Acesso em: 22 mar. 2023.

GONÇALVES, Jamile de Oliveira. **Por uma teoria feminista da justiça**: da instabilidade do sujeito do feminismo à reconstrução normativa da democracia em nancy fraser. 2020. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/4bEbW3b>. Acesso em: 27 maio 2024.

GORZIZA, Amanda; BUONO, Renata. Brasileiros com maior escolaridade são mais contrários à prisão de mulheres por aborto. **Revista Piauí**. out. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4aXSa2i>. Acesso em: 1 maio 2024.

HAJE, Lara. PEC que garante direito à vida para fetos volta à pauta da Comissão de Constituição e Justiça Fonte: Agência Câmara de Notícias. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, ano 2024. 12 nov. 2024. Direito e Justiça. Disponível em: <https://bit.ly/3Dvd2Cl>. Acesso em: 5 mar. 2025.

HARDING, Sandra. Is there a feminist method? In: HARDING, Sandra. **Feminism and methodology: social science issues**. Bloomington: Indiana University Press, 1987

_____. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1/93, p. 7-31, jan. 1993. Tradução de Vera Pereira. Disponível em: <https://bit.ly/2WgofAH>. Acesso em: 20 mai. 2024.

HOSHINO, Camilla de Azevedo Pinheiro. **Disputa argumentativa ou politização das narrativas?:** conversações de mulheres sobre o aborto no Brasil. 2021. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3RecbHx>. Acesso em: 11 Mai. 2024.

IGLESIAS, Alexandra; GARCIA, Daniella Caldas; PRALON, Johnatan Antonioli; BADARÓ-MOREIRA, Maria Inês. Educação Permanente no Sistema Único de Saúde: concepções de profissionais da gestão e dos serviços. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 43, jan. 2023. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003255126>. Disponível em: <https://bit.ly/3W2gOtL>. Acesso em: 16 abr. 2024.

IZAAL, Renata. Filósofa Nancy Fraser diz que ataques ao aborto não são apenas guerra cultural: 'O capital está preocupado com a força de trabalho'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 jun. 2024. Cultura, Disponível em: <https://bit.ly/3DIXW29>. Acesso em: 3 ago. 2025.

KLARA Castanho esclarece processo de adoção após sofrer violência sexual: 'O relato mais difícil da minha vida'. **GShow**, 25 jun. 2022. Cultura Pop, Disponível em: <https://bit.ly/4bu4XKQ>. Acesso em: 5 mar. 2025.

MACHADO, Ralph. CCJ aprova admissibilidade de proposta que garante direito à vida para fetos e impede aborto legal Fonte: Agência Câmara de Notícias: S.I. *In*: Câmara dos Deputados. **Agência Câmara de Notícias**. Brasília, 27 nov. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/4i53zAN>. Acesso em: 4 mar. 2025.

MAIA, Rousiley C. M.. **Deliberation, the media and political talk**. New York: Hampton Press, 2012.

MAIA, Rousiley C. M et al. Conversação e deliberação sobre questões sensíveis: um estudo sobre o uso das razões que circulam nos media. In: **ANAIS DO 24º ENCONTRO ANUAL DA COMPOS**, 2015, Brasília. Anais eletrônicos.Campinas, Galoá, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/4bf7SWV> Acesso em: 13 Mai. 2024.

MAIA, Rousiley C.M.; GARCÊZ, Regiane L.; DE PAULA, Julia E. Histórias e narrativas pessoais. In: MAIA, Rousiley C. M. (org.). **Métodos de pesquisa em comunicação política**. Salvador: Edufba, 2022. p. 129-151.

MARTINO, Luís Mauro Sá; DUARTE, Silvia Lúcia Pereira. Grupos focais online na pesquisa em comunicação. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 24, p. 1-16, 2021. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/ci.v24.66657>. Disponível em: <https://bit.ly/3U0fgxR>.

Acesso em: 12 abr. 2024.

MATOS, Adriana P. Diálogos entre a teoria e a prática social: Seyla Benhabib e a fundamentação normativa da crítica. **Dissonância: Revista de Teoria Crítica**, v. 1, p. 50-73, 2017.

MERTON, Robert K. The Focussed Interview and Focus Groups: Continuities and Discontinuities. *The Public Opinion Quarterly*, v. 51, n. 4, p. 550–566, 1987.

MIGUEL, Luis. F. “Aborto e democracia”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 20, nº 3, p. 657-672, set.-dez. 2012.

_____. A igualdade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 63-78.

_____. Gênero e representação política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 93-108.

MORAES, Carolina; BOLDRINI, Angela. Caso das 10 mil investigadas por aborto ainda marca debate no Brasil. **Folha de São Paulo**. Sao Paulo, set. 2023. Ilustríssima, p. 1-1. Disponível em: <https://bit.ly/3KqqDuw>. Acesso em: 24 maio 2023.

MOTTA, Rayssa. Médico deve respeitar sigilo e não pode denunciar paciente por aborto, decide STJ. **Cnn Brasil**. -, p. 0-0. mar. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3AwyZzq>. Acesso em: 6 ago. 2024.

NEVES, Gláucia Salvador. O CASO HASHTAG #PRIMEIROASSÉDIO: narrativas testemunhais como semântica coletiva nas lutas por reconhecimento no contexto digital. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA – COMPOLÍTICA, 7., 2017, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: 000, 2017. p. 1-2. Disponível em: http://compolitica.org/novo/anais/2017_NEVES.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

NONATO, Livia Oliveira Fernandes *et al.* Estratégias de gerenciamento na Atenção Primária à Saúde em territórios de vulnerabilidade social expostos à violência. **Revista da Escola de Enfermagem da Usp**, [S.L.], v. 54. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1980-220x2018054903608>. Disponível em: <https://bit.ly/3JjrBs2>. Acesso em: 16 abr. 2024.

OLIVEIRA, Julia Costa de *et al.* Especificidades do grupo focal on-line: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 27, n. 5, p. 1813-1826, maio 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232022275.11682021>. Disponível em: <https://bit.ly/4aAX3hy>. Acesso em: 14 abr. 2024.

PÁTARO, Ricardo Fernandes; CALSA, Geiva Carolina. Reflexões sobre a pesquisa com grupos focais nas ciências sociais e humanas: a questão da quantidade de participantes, proveniência e local de organização. **Ciências Sociais Unisinos**, [S.L.], v. 56, n. 1, p. 1-1, 13 fev. 2020. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

<http://dx.doi.org/10.4013/csu.2020.56.1.01>. Disponível em: <https://bit.ly/4428Xi6>. Acesso em: 10 abr. 2024.

PEREZ, Olivia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 31, n. 3. 2023. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n383260>.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, pp. 339-363, jul-dez. 2011.

RENALY, Amanda; LIMA, Alice; RIZZOTTO, C. C. '**Este corpo não é um campo de batalha político**': enquadramento midiático e conversações em torno da decisão da Suprema Corte dos EUA sobre aborto. In: ANPOCS. Anais do 47º Encontro Anual da Anpocs, 2023, Campinas.

RIL, Stephany Yolanda; PORTES, Virginia de Menezes; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. “Desculpe a demora!”: métodos online como estratégia para desenvolvimento de pesquisas sobre maternidades. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 32, n. 4, 2023. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902023220594pt>. Disponível em: <https://bit.ly/3Jh6Vky>. Acesso em: 14 abr. 2024.

RIZZOTTO, Carla. A pergunta feita da forma correta: paridade de participação e justiça social interseccional no posicionamento de brasileiros sobre o aborto. 2023. Projeto de Pesquisa. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

RIZZOTTO, Carla Candida; BELIN, Luciane Leopoldo; SARAIVA, Aléxia Silva. Minha foto não te autoriza a nada: dimensões públicas e privadas na ação narrativa no Instagram em publicações com a hashtag #naoexisteestuproculposo. In: **ANAIS DO 30º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS**, 2021, São Paulo. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/44KDNMf>> Acesso em: 14 Mai. 2024.

ROMIO, Caroline. M. et al.. “Eu Fiz um Aborto”: Os Blogues como Espaços de Manifesto. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 34, p. e34435, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3WGHWz5>> Acesso em: 14 Mai. 2024.

RUPP, Isadora. A tentativa de uma juíza de impedir uma criança de abortar. **Nexo**, 20 jun. 2022. Expresso, Disponível em: <https://bit.ly/3Dwh6Ci>. Acesso em: 5 mar. 2025.

SARDENBERG, Cecília M. B.. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília M. B. (orgs.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador, Redor/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

SARMENTO, Rayza. Narrativas Online como Forma de Expressão Política: o compartilhamento de experiências acerca da lei maria da penha na internet. **Revista Científica Gênero na Amazônia**, [S.L.], n. 5, p. 57-80, 27 set. 2022. Universidade Federal do Para. <http://dx.doi.org/10.18542/rcga.v0i5.13186>.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira et al . O uso do software Iramuteq na análise de dados de entrevistas. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei , v. 15, n. 2, p. 1-19, jun. 2020 . Disponível em: <<https://bit.ly/3xM8a8B>>. acessos em 15 abr. 2024.

TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312009000300013>. Disponível em: <https://bit.ly/3Q3n80s>. Acesso em: 12 abr. 2024.

UOL Notícias. **Cadeia para mulher que faz aborto é má política pública, diz Barroso**. Disponível em: <https://bit.ly/4apBhg1>. Acesso em: 23 mar. 2023.

WANDERMUREM, Isadora. Hospital que vazou dados de Klara Castanho é condenado a indenizar atriz em R\$ 200 mil . **Terra**, 20 mar. 2024. Nós, Disponível em: <https://bit.ly/4ikPUG9>. Acesso em: 5 mar. 2025.

YOUNG, Iris. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. *In*: Souza, J. (org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: UNB, 2001. cap. 12, p. 365-386.

_____. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. Categorias desajustadas: Uma crítica à teoria dual de sistemas de Nancy Fraser. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 2, p. 193-214, jul. 2009 Disponível em: <https://bit.ly/4hC2Juh>. Acesso em: 17 mar. 2025.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do Feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, V.7, N.2, 2021, p. 10-31.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: A pergunta feita da forma correta: paridade de participação e justiça social interseccional no posicionamento de brasileiros sobre o aborto

Pesquisador/a responsável: Carla Rizzotto

Local da Pesquisa: online

Você está sendo convidado/a a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para tirar suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou depois de assiná-lo, você poderá buscar orientação junto a equipe de pesquisadores. Você é livre para decidir participar e pode desistir a qualquer momento, sem que isto lhe traga prejuízo algum.

A pesquisa intitulada A pergunta feita da forma correta: paridade de participação e justiça social interseccional no posicionamento de brasileiros sobre o aborto, tem como objetivo elaborar um mapa sobre os posicionamentos acerca da descriminalização do aborto de brasileiros e brasileiras.

Participando do estudo você está sendo convidado/a a:

- i) responder um questionário online com tempo estimado de duração de 8 minutos;

Desconfortos e riscos:

i) Desconfortos e riscos: possibilidade de constrangimento, desconforto ou vergonha ao responder o questionário; estresse ou sentimentos negativos diante do tema e de sua situação; cansaço ao responder às perguntas; quebra de sigilo; quebra de anonimato; interferência em sua rotina.

ii) Providências e cautelas: o questionário será realizado de forma anônima, você não terá que nos dizer seu nome, sugerimos que você o responda sozinho, assim a possibilidade de constrangimento e vergonha será reduzida. Além disso, você pode desistir de responder ao questionário, a qualquer tempo, sem nenhum prejuízo. A pesquisa utilizará o aplicativo online Lime Survey, dado que nesse sistema é possível a coleta de dados de forma anônima sem a necessidade de um encontro presencial ou compartilhamento de endereços físicos/endereços eletrônicos. O instrumento de coleta de dados não irá registrar ou solicitar identificação. Após a conclusão da coleta de dados, será feito o armazenamento dos documentos e dados coletados (TCLEs) em ambiente privativo dos pesquisadores e protegido por senha.

iv) Benefícios: é relevante identificar os fatores de incidência na formação dos posicionamentos dos indivíduos sobre o tema do aborto, de modo a contribuir para o avanço do debate acerca de um importante problema de saúde pública.

Os dados obtidos para este estudo serão utilizados unicamente para essa pesquisa e armazenados pelo período de cinco anos após o término da pesquisa, sob responsabilidade do (a) pesquisador (a) responsável (Resol. 466/2012 e 510/2016).

Forma de armazenamento dos dados: Após a conclusão da coleta de dados, será feito o armazenamento dos documentos e dados coletados (TCLEs) em ambiente virtual privativo dos pesquisadores e protegido por senha.

Sigilo e privacidade: Você tem garantia de manutenção do sigilo e da sua privacidade durante todas as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário. Ou seja, seu nome nunca será citado, a não ser que você manifeste que abre mão do direito ao sigilo.

Ressarcimento e indenização: A pesquisa não prevê nenhuma forma de gasto para você, já que poderá respondê-la do seu computador ou celular. Diante de eventual despesa, você será ressarcido pelo (s) pesquisador (es). Você terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Resultados da pesquisa: Você terá garantia de acesso aos resultados da pesquisa, através de um relatório de divulgação científica publicado em redes sociais.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o(s) pesquisador(es):

Pesquisador responsável: Carla Rizzotto

Endereço: Rua Bom Jesus, 650

Telefone: (41) 3313-2019

E-mail: carlarizzotto84@gmail.com

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais do Setor de Ciências Humanas (CEP/CHS) da Universidade Federal do Paraná, rua General Carneiro, 460 – Edifício D. Pedro I – 11º andar, sala 1121, Curitiba – Paraná, Telefone: (41) 3360 – 5094 ou pelo e-mail cep_chs@ufpr.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Você tem o direito de acessar este documento sempre que precisar. Para garantir seu direito de acesso ao TCLE, este documento é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pelo/a pesquisador/a e pelo/a participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o/a pesquisador/a.

Quando o TCLE for obtido por meio digital, não deve haver menção a duas vias, mas deve ser esclarecida a forma por meio da qual os participantes terão acesso ao TCLE, garantindo o seu direito ao livre acesso ao TCLE.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UFPR sob o número CAAE nº [campo a ser preenchido após a aprovação e aprovada com o Parecer número campo a ser preenchido após a aprovação emitido em data - campo a ser preenchido após a aprovação.

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter lido este documento com informações sobre a pesquisa e não tendo dúvidas, informo que:

aceito participar

não aceito participar

APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE MODERAÇÃO DO GRUPO FOCAL

ROTEIRO DE MODERAÇÃO DO GRUPO FOCAL

Prévio ao encontro

- Assinatura e armazenamento do TCLE

Introdução (tempo estimado: 5 minutos):

1. Cumprimentos às participantes e agradecimento pela participação.
2. Breve apresentação da pesquisa, explicação do que se trata o projeto e os principais objetivos.

- a. **Apresentação da pesquisa:** Gostaríamos de agradecer a presença de cada uma de vocês neste grupo focal. Esta atividade faz parte de uma pesquisa de mestrado conduzida por uma aluna Amanda Renaly, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A pesquisa tem como objetivo analisar o papel das narrativas nas discussões sobre a criminalização do aborto no Brasil. A pergunta central do estudo é: *"Como histórias pessoais influenciam a conversação sobre o aborto nos diálogos entre as mulheres?"*

Estamos interessadas em compreender de que maneira as mulheres discutem e refletem sobre o aborto, buscando identificar as estratégias comunicacionais utilizadas nessas conversas. Através desta análise, esperamos contribuir para uma compreensão mais profunda de como as experiências e histórias individuais moldam os debates sobre este tema.

A participação de vocês é essencial para o sucesso desta pesquisa, e agradecemos desde já pela disponibilidade e colaboração.

3. Explicar que a sessão terá o áudio gravado para análise futura, mas apenas as pesquisadoras terão acesso ao material, e que se desejarem poderão manter suas câmeras fechadas.
4. Explicação da dinâmica do grupo focal, salientando a importância da participação de todas e nesse espaço não há resposta certa ou errada. Buscar criar um ambiente confortável.
5. Reforçar que caso alguém não se sinta confortável, poderá desistir de participar ou solicitar uma pausa.

Quebra-gelo (tempo estimado: 10 min)

1. Antes de começarmos, gostaria de saber: vocês lembram de alguma história, seja de um livro, filme, série ou até algo que ouviram de outra pessoa, que tenha realmente marcado vocês? Se sim, o que nessa história chamou tanto a atenção? Pode explicar em poucas palavras.

Tópico 1 | Narrativas (tempo estimado: 30 minutos):

1. Apresentação do primeiro e segundo áudio com uma história narrada.
 - a. Quais são as suas impressões ao ouvir essas histórias?
 - b. O caso de Jéssica é um que está amparado por lei, já a história narrada por Rodrigo, se trata de um aborto ilegal. Mas, vocês acreditam que esses dois casos deveriam ser tratados diferentes um do outro?
 - c. Esses casos parecem ser extremos ou são familiares para vocês?
2. Apresentação do terceiro áudio com uma história narrada.
 - a. Quais são as suas impressões ao ouvir essas histórias?
 - b. O que você sabe/conhece sobre aborto medicamentoso?
 - c. O que você acha sobre o comportamento dos médicos e dos policiais nesse caso?

- d. Que papel as instituições de saúde e a sociedade em geral podem desempenhar na prevenção de situações como a descrita no relato de Jane?
- e. Você acredita que ela ou a pessoa que vendeu o medicamento para ela deveriam ser presos?

Conclusão - Feedback Final (tempo estimado: 10 minutos):

1. Perguntar se há algo que não foi abordado, mas que os participantes gostariam de compartilhar.

Agradecimento e Encerramento (tempo estimado: 5 minutos):

1. Agradecimento pelo tempo e contribuições.

ANEXOS

História 1

Sou a Jéssica e fevereiro de 2022 marcou um ponto de virada em minha vida. Com 19 anos, eu tinha acabado de realizar um sonho: fui aprovada na faculdade de Direito, a minha faculdade dos sonhos. A emoção de alcançar esse marco na minha jornada era grande, e decidi celebrar com dois amigos de longa data que haviam compartilhado minha jornada desde a infância. A noite da minha festa de recepção de calouros foi repleta de risos, danças e alegria.

Contudo, em meio a euforia, algo terrível aconteceu. Eu acabei ingerindo uma quantidade excessiva de álcool e, conseqüentemente, perdi completamente o controle sobre mim mesma. Fui encontrada desmaiada, vulnerável, e um dos amigos em quem eu confiava acabou cometendo um ato de crueldade inimaginável. Fui vítima de um estupro naquela noite, um evento que deixaria cicatrizes profundas em minha vida. Não era apenas o meu futuro acadêmico e profissional que estava em jogo; era minha própria essência, minha integridade e minha dignidade.

A tragédia se agravou quando, algumas semanas depois, descobri que estava grávida como resultado do estupro. Com apenas seis semanas de gestação, fui confrontada com uma escolha dolorosa e angustiante. A violência que eu havia sofrido me levou a tomar uma decisão difícil: eu precisava interromper essa gravidez indesejada.

História 2

Meu nome é Rodrigo, e hoje quero compartilhar uma história que teve um impacto profundo em nossas vidas. Tenho 36 anos e sou casado com a Juliana há 8 anos, com quem construímos uma família incrível, com dois filhos maravilhosos.

Há um ano, a Juliana engravidou pela terceira vez, mas o destino tinha outros planos para nós. Estávamos passando por dificuldades financeiras naquela época, as contas se acumulavam, nossos empregos estavam instáveis, e o futuro parecia incerto. Foi quando enfrentamos uma decisão muito difícil: interromper a gravidez.

Essa decisão foi um teste para o nosso casamento. Conversamos, choramos juntos e, finalmente, concordamos que era o melhor para nossa família. Não foi fácil, e acompanhar minha esposa durante esse processo foi desafiador para nós dois. Mas estávamos determinados a enfrentar isso juntos, como sempre fizemos.

Esses dias foram difíceis. Enquanto enfrentávamos essa jornada, vivíamos com o medo constante de sermos descobertos. O medo não se limitava apenas à clandestinidade; também havia o medo pela saúde de Juliana. O medo de perdê-la era sufocante, e a incerteza do futuro era angustiante.

Hoje, um ano depois, olhamos para trás e vemos como as coisas mudaram. Nossas finanças estão se recuperando lentamente, e, mais importante, nosso relacionamento se fortaleceu. Passamos por uma tempestade juntos e conseguimos superar. Apesar de tudo, acreditamos que fizemos o que era melhor para nossa família naquele momento.

História 3

Retirada de uma matéria do jornal [Brasil de Fato](#)

Algemada na maca do hospital

Em 2017, Jane*, de 25 anos, se sentiu à beira da morte e sem rede de apoio em um momento trágico de sua vida. Mulher parda, mãe de dois filhos e em um relacionamento abusivo, decidiu provocar o aborto após reconhecer que essa gravidez seria um perigo para ela e as crianças, frutos de outro relacionamento.

A terceira gestação não havia sido planejada, mas foi aceita. Nos dias que se seguiram, porém, o parceiro se tornou agressivo. Toda vez que ela falava em terminar a relação, o homem usava a gestação como ameaça: "Você sempre terá um vínculo comigo e eu sempre vou saber o seu paradeiro por causa disso", dizia ele, segundo o relato de Jane.

A jovem resolveu interromper a gestação com misoprostol, medicamento indicado para o tratamento de úlceras gástricas, que também provoca contrações uterinas e é conhecido no Brasil como Cytotec. Jane conseguiu o remédio na clandestinidade, com um homem que trouxe os comprimidos do Paraguai.

Após administrar o remédio de origem duvidosa, Jane chegou ao hospital com convulsões e febre alta. Na unidade de saúde que faz atendimento pelo SUS, no interior de São Paulo, a jovem não recebeu atenção adequada e acabou algemada na maca. Antes, o primeiro médico que a atendeu, e estava no fim do plantão, retirou os vestígios do medicamento introduzido na vagina e jogou no lixo. "Estou aqui para te ajudar, não para te acusar", disse o médico, segundo o relato de Jane.

"A outra médica nem foi me ver, já acionou a polícia e fez o boletim de ocorrência com a denúncia. Foi aí que começou a tortura. Em nenhum momento eu tive acompanhamento", conta a jovem. O relato foi confirmado pela Defensoria Pública de São Paulo. "As enfermeiras correram com o feto e me deixaram ali. Eu fiquei só com uma auxiliar de enfermagem que me dizia: 'mãezinha, você precisa me ajudar, só estamos eu e você aqui'", lembra Jane.

A jovem não conseguia controlar os movimentos de seu corpo. "Eu estava muito mole por

causa da convulsão", relata. Jane foi levada em uma cadeira de rodas a outro quarto, onde foi abordada por dois policiais militares que a intimidaram: "ou você confessa, ou você vai presa, vou te algemar aqui na maca mesmo", disseram os PMs, recorda Jane.

"Aquela pressão psicológica me fez confessar", conta Jane. "Eles falaram que, para não me levar para uma penitenciária, eu teria que dizer com quem eu consegui a medicação. Eles iriam estipular fiança e eu poderia responder em liberdade. Aí eu falei", completa.

APÊNDICE 3 - CATEGORIZAÇÃO BASEADA EM DADOS E CONCEITOS

As planilhas com as codificações baseadas em dados e conceitos estão disponíveis através do link: <<https://bit.ly/4hLnzr3>>. Em caso de dificuldade com o acesso, enviar um e-mail para <amandarenaly1@gmail.com>.